

Os cortiços do agro:

o bairro Santa Cruz, em Luís Eduardo Magalhães, Bahia, num olhar de perto e de dentro

Bruna Queiroz da Silva

ATA DE DEFESA DE TCC

BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO-IFBA

Estudante: Bruna Queiroz da Silva

Aos oito dias do mês de setembro de 2025, reuniu-se a banca de avaliação composta pelos professores do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA-Campus Barreiras, Osnildo Adão Wan-Dall Junior e Jurema Moreira Cavalcanti, além do avaliador externo, arquiteto e urbanista Antônio Pimentel Sequeira Júnior, sob a presidência do primeiro, orientador, para proceder ao exame do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pela estudante **Bruna Queiroz da Silva**, intitulado **Os cortiços do agro: o bairro Santa Cruz, em Luís Eduardo Magalhães, Bahia, num olhar de perto e de dentro**, como requisito para finalização do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do IFBA-Campus Barreiras.

O ato teve início às 14 horas e 30 minutos, na Sala 309, com apresentação pública e aberta para as comunidades interna e externa. Foram concedidos à estudante 30 minutos para apresentação oral e exposição do conteúdo do seu trabalho. Em seguida, a examinadora e os examinadores fizeram suas considerações e levantaram questões, que foram respondidas pela candidata.

Concluído o exame, foram atribuídas as seguintes notas:

Orientador: 10,0

Avaliadora Interna: 10,0

Avaliador Externo: 10,0

Com o que se julgou a candidata Bruna Queiroz da Silva APROVADA com **nota 10,0**, sendo recomendado ao Colegiado deste curso que lhe seja concedido o diploma de Bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Segue o parecer lido pela banca avaliadora ao final do ato:

O TCC de Bruna tem coragem temática, pela postura crítica e pelo vínculo afetivo-político com o objeto de estudo. É um trabalho que ultrapassa a mera descrição, assumindo um posicionamento claro frente às contradições do espaço urbano moldado pelo agronegócio. O trabalho cumpre plenamente os requisitos de um TCC em arquitetura e urbanismo, com potencial de futura pesquisa de mestrado. A banca sugere que o termo “cortiço” ganhe protagonismo nas “considerações introdutórias”. Para que o trabalho seja de leitura ainda mais fluída, reforça-se a importância da inserção de um texto introdutório para os “ensaios fabulatórios”, bem como da certificação de que todas as demais imagens estejam encadeadas ao texto.

Barreiras-BA, 8 de setembro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
OSNILDO ADAO WAN DALL JUNIOR
Data: 12/09/2025 12:41:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Osnildo Adão Wan-Dall Junior
Orientador e Presidente da Banca Examinadora (COAU/IFBA)

gov.br Documento assinado digitalmente
JUREMA MOREIRA CAVALCANTI
Data: 15/09/2025 12:08:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Jurema Moreira Cavalcanti
Membra Interna da Banca Examinadora (COAU/IFBA)

gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO PIMENTEL SEQUEIRA JUNIOR
Data: 12/09/2025 16:14:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Arq. Urb. Antônio Pimentel Sequeira Júnior
Membro Externo da Banca Examinadora (Doutorando PPGAU-UFF)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Conclusão de Curso

Os cortiços do agro: o bairro Santa Cruz, em Luís Eduardo Magalhães, Bahia num olhar de perto e de dentro

Bruna Queiroz da Silva

Orientador:
Osnildo Adão Wan-Dall Junior

Barreiras-Bahia, 2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que me permitiu chegar até aqui com sua proteção e benção.

Painho e Mainha, muito obrigada por todo amor, cuidado e incentivo, bem sei de todo esforço árduo e dedicação que vocês plantaram para que eu pudesse colher essa vitória. Eu amo vocês.

Vê, minha irmã, muito obrigada por ser meu refúgio, minha confidente e companhia de todas as horas e por ter embarcado nessa jornada comigo. Nós duas, sempre juntas. É um privilégio poder compartilhar a vida com você. Eu te amo.

Dan, meu irmão, meu técnico de T.I. particular, vulgo 0800. Muito obrigada por todo apoio e incentivo, suas palavras de encorajamento me mantiveram firme. Ayanna, minha cunha, muito obrigada por todo carinho e atenção. Você e Dan geraram nossa riqueza, Jorginho. Meu sobrinho amado, o amor da minha vida, sempre iluminando nossos caminhos com sua pureza e trazendo alegria nos momentos que mais precisei. Eu amo vocês.

Vó Nilzinha, muito obrigada pelos incentivos e por ser o alicerce da família. Sua alegria e disposição de viver, dançando seu forró, são como combustíveis para acreditar na vida. Tio Jair, Tia Nide, May, Dri e Nessa, muito obrigada pela torcida, cuidado e carinho, eu amo vocês.

Família, essa vitória não é minha, é nossa.

May, a prima que a faculdade me deu, a duplinha da vida, muito obrigada por sua amizade, pelas resenhas, pelos projetos que viramos noites fazendo, por sua prestatividade em ajudar e pelos tutoriais caseiros, você foi uma fiel testemunha de CorelDRAW. Paula, Vic, Jéssica, muito obrigada pelas trocas de risadas, rolês, choros e angústias durante todo o caminho da graduação. Conhecer vocês e poder chamá-las de amigas é um presente. Meninas, muito obrigada por todo apoio e carinho. Hennedy, Thamy, Liz, Gabi, Gal,

Roberta, e tantos outros, muito obrigada por todas conversas, cafés e almoços pelos corredores da faculdade.

Osnildo, muito obrigada por sua contribuição como professor e orientador. Sua dedicação, prestatividade, atenção e incentivo, foram fundamentais para minha pesquisa e formação profissional. Além disso, muito obrigada pela ponte até os professores Paulo e Sabrina. Paulo Baqueiro, muito obrigada pela conversa e o lembrete de sair da bolha para se manter revoltado, pela troca de conhecimentos e, principalmente, pelo trabalho da Mailza Santos, que foi fundamental para base teórica da pesquisa. Sabrina Stoll, muito obrigada pelo seu olhar crítico, que trouxe à luz a habitabilidade e a importância de pensar em cidades mitigadoras, diante da urgência climática.

Jurema, muito obrigada por suas contribuições tão assertivas como professora de TCC 1 e na pré-banca. Sua perspectiva foi essencial para dar seguimento na pesquisa. Regina, muito obrigada por sua prestatividade em resolver problemas institucionais e os trâmites da disciplina de TCC 2.

Rixau, Edinaldo, Marcos, Douglas, Fran e Ângela, obrigada pelas conversas sobre o bairro Santa Cruz e por partilharem comigo um pouco sobre as vivências de vocês.

A todos que contribuíram de maneira direta ou indiretamente para esse ciclo, muito obrigada!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso mostra como o agronegócio contribuiu para o cenário de desigualdades socioespaciais em Luís Eduardo Magalhães (LEM), no oeste da Bahia, tomando o bairro Santa Cruz como objeto de estudo. Diante do contexto de exploração do Cerrado na região do MATOPIBA e da inserção de LEM em uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA), grande parte das atividades do município foram direcionadas para o setor agrícola. A partir da identificação da grande incidência de cortiços no Santa Cruz, buscou-se assimilar o rebatimento dessa realidade na formação da autointitulada "capital do agronegócio" que é LEM e nas deficiências de oferta de serviços básicos, como habitação e infraestrutura na cidade. Por meio da abordagem qualitativa, realizaram-se levantamento e análise de dados em referencial bibliográfico, além de observação participante através de derivas e interlocuções com associações e moradores do bairro. Com isso, foi possível entender a contemporânea presença de cortiços – terminologia que remonta ao Brasil do século XIX – em LEM e perceber como a especulação imobiliária e a carência na promoção de serviços básicos intensificaram as desigualdades socioespaciais locais. Visando a melhores condições de habitabilidade para os cortiços e a cidade como um todo, foram elaboradas proposições nos eixos de qualidade ambiental, infraestrutura, mobilidade, educação, saúde e habitação, bem como foram produzidos alguns ensaios fabulatórios – em corroboração para práticas espaciais do bem viver.

Palavras-chave: Habitabilidade. Cortiços. Agronegócio. LEM. Desigualdade socioespacial.

ABSTRACT

This final project explores how agribusiness has contributed to socio-spatial inequalities in Luís Eduardo Magalhães (LEM), in the western region of Bahia, using the Santa Cruz neighborhood as case study. Given the context of Cerrado biome exploitation in the MATOPIBA (acronym for the region that represents one of Brazil's agricultural frontiers, formed with the first syllables of the states of Maranhão, Tocantins, Piauí, and Bahia) and LEM's inclusion in an Agribusiness Production Region (RPA), much of the municipality's activities were directed toward the agricultural sector. From the identification of the high incidence of tenements in the Santa Cruz, it was sought to assimilate the reflection of this reality on the formation of the self-proclaimed "agribusiness capital" that is LEM and the deficiencies in the provision of basic services, such as housing and infrastructure in the city. Using a qualitative approach, it was surveyed and analyzed data from bibliographic references, as well as participant observation through derives (driftings) and interviews with the Santa Cruz's associations and residents. It was thus possible to understand the contemporary presence of tenements – terminology dating back to 19th century Brazil – in LEM and to realize how real estate speculation and the lack of promotion of basic services intensified local socio-spatial inequalities. Aiming for better living conditions for the tenements and the city as a whole, proposals were drawn up on the axes of environmental quality, infrastructure, mobility, education, health, and housing, as well as some fabulatory essays were made – in corroboration of good living spatial practices.

Keywords: Habitability. Tenements. Agribusiness. LEM. Socio-spatial inequality.

SUMÁRIO

7 Preâmbulo: O que é um TCC em arquitetura e urbanismo?

10 1. Considerações introdutórias
15 Acerca da metodologia

17 2. Cerrado, MATOPIBA, LEM

23 3. A cidade do agronegócio

33 4. As dinâmicas da capital do agronegócio
34 Cultural
39 Espacial
41 Social

45 5. A expansão urbana de LEM
46 Planejamento urbano
51 Panorama verde
59 Usos do espaço

63 6. Santa Cruz x Jardim Paraíso
67 Deriva I

72 7. ‘‘Cidade’’ Santa Cruz

78 8. Os cortiços do agro

86 9. Os cortiços do Santa Cruz
87 Deriva II
89 Deriva III
95 Os quartos de tia

101 10. Um olhar de perto e de dentro
112 Políticas habitacionais

115 11. Considerações

123 Referências

Preâmbulo: O que é um TCC em arquitetura e urbanismo?

Ao invés de pensar em uma resposta literal para essa questão, me vi refletindo sobre o caminho que percorri até chegar nesse momento tão esperado. Afinal de contas, fazer o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) significa o encerramento de um ciclo; no caso, o da graduação. Diante disso, memórias marcadas pelo cansaço e esgotamento, que por vezes estiveram presentes nessa jornada, contribuem para uma resposta óbvia: TCC é um trabalho obrigatório que o/a estudante precisa elaborar, para conseguir seu título de formação. A fim de escapar dessa explicação imediata e talvez simples por demais, me fiz outro questionamento: **Que tipo de profissional quero ser?**

Isso me trouxe boas lembranças, em específico, o memorial de leitura que fiz para o livro intitulado *Práticas discursivas para o bem viver: decolonizando saberes* (Pimenta Cultural, 2024), onde, junto à professora Delânia Santos Azevedo, colaborei com um texto sobre a representatividade da mulher negra na arquitetura e urbanismo.

Para responder de forma consciente aos dois questionamentos, trago aqui um recorte desse memorial:

> Me chamo Bruna Queiroz da Silva, sou uma jovem mulher negra, imersa no universo desafiador da Arquitetura e do Urbanismo. Em cada linha desenhada, procuro representatividade, sendo essa a firmeza que acredito ser necessária para me impor em meio a uma sociedade que silencia vozes como a minha [...]. Entendo que meu percurso é mais do que projetar construções, é erguer pilares de mudanças [...]. A minha presença não é apenas um ato de ocupação, mas uma declaração audaz de que os espaços devem ser partilhados por todos. [...]. Minha jornada é mais do que galgar um diploma, é um movimento para abrir portas [...], para que [mulheres negras] encontrem espaço e voz onde havia marginalização e silêncio (Silva; Azevedo, 2024, p. 71-73).

Dessa forma, acredito que o TCC seja uma atividade experimental, feita através de análises sobre os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e de

como isso reflete na identidade e no pensamento crítico do novo profissional que a sociedade irá receber.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) classifica o curso de Arquitetura e Urbanismo como Ciências Sociais Aplicadas, que é marcada pela interdisciplinaridade com questões práticas e teóricas relacionadas à sociedade. O objetivo do profissional dessa grande área é considerar a cidade como um todo e entender os seus desdobramentos nas interações entre as pessoas e o espaço físico, com o intuito de propor ações que influenciem as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais visando ao bem-estar coletivo. Assim sendo, quero me tornar essa profissional e utilizar a oportunidade de experimentação para contribuir de maneira positiva, com o desejo de impactar e transformar vidas. Espero que o meu TCC não seja um desfecho, mas uma iniciativa para uma carreira marcada por uma atuação sensível e colaborativa.

1. Considerações introdutórias

Segundo Goedert (1989, p. 2), devido ao crescimento acelerado da população no Brasil – considerando as grandes migrações no sentido campo-cidade entre 1940 e 1980 –, surge a demanda interna por produtos alimentares e matérias-primas de origem agrícola. Lefebvre (*apud* Azevedo, 2012, p. 5), já nos anos 1970, afirma não haver mais uma distinção entre rural e urbano, através do desaparecimento da vida agrária, com a instauração do processo de urbanização completa da sociedade – "tudo é urbano".

As atividades que estavam concentradas nas áreas subtropicais do país (Sul e Sudeste) passam a ser expandidas para a região do Cerrado, a partir da década de 1970, como alternativa para suprir a necessidade por gêneros agrícolas, utilizando-se de tecnologias adaptadas para o aumento da produção. Essa exploração promoveu intensa migração de mão de obra especializada – agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas etc. Por isso, difundiu-se o que Elias (2013, p. 214) chamou de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA), que são perpassadas por produtos agropecuários, comandadas por empresas nacionais e transnacionais, recebendo investimentos públicos e privados. Essas regiões produzem espaços marcados pela fragmentação geográfica e pela desigualdade socioespacial, visto que existe priorização dos investimentos produtivos e das iniciativas do Estado voltadas para a implementação de infraestruturas na área agrícola.

As novas relações estabelecidas entre o campo e a cidade são resultantes das RPA, associadas aos fluxos migratórios e à intensificação do processo de urbanização, motivadas pelas dinâmicas de consumo das "cidades do agronegócio", que modificam os espaços, através da lógica produtiva, desempenhando novas funções (Elias, 2006 *apud* Santos, 2021, p. 31). Conforme Castillo, Elias, Peixinho, Bühler, Pequeno e Frederico (2016, p. 270), nessas regiões, a acentuada desigualdade socioespacial resulta em áreas destinadas às elites e empresas, caracterizadas pela

presença de infraestruturas e serviços, e, paraxalmente, em áreas negligenciadas pelo poder público local, onde reside populações de menor poder aquisitivo.

Tudo isso é visto como efeito das RPA no Cerrado, por meio do crescimento urbano e do fortalecimento de cidades de pequeno e médio porte, que desempenham papéis fundamentais de contribuição e articulação no avanço das atividades do agronegócio (Santos, 2021, p. 31).

Diante disso, Luís Eduardo Magalhães (LEM), localizada no oeste da Bahia, é uma espécie de força produtiva nas RPA, pois oferece produtos e serviços demandados pelas atividades agrícolas e agroindustriais intensivas da região. Segundo Pequeno e Elias (2015, p. 16), LEM exemplifica o papel de município originado a partir das novas dinâmicas de uso do território brasileiro, impulsionadas pela economia e sociedade do agronegócio, fator determinante na sua configuração espacial.

Dentro dessas RPA ocorre forte concentração de riquezas, que contribuem para as desigualdades socioespaciais, além do rápido crescimento demográfico de cidades, que ficam marcadas por carências de infraestrutura. Com isso, surgem diversas questões atreladas a esse desenvolvimento excludente, como a degradação ambiental e incompatibilidades de uso e ocupação do solo, que são comprometedoras das condições de habitabilidade (Elias, 2013, p. 218).

A habitabilidade é um conceito amplo, que integra justiça social e sustentabilidade, e que tem origem após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por meio da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Com o intuito de reconstruir os ambientes assolados pela guerra, surgem estudos de associação entre o espaço e o comportamento humano. A habitabilidade está vinculada à promoção do conforto, saúde, segurança e bem-estar dos indivíduos. A Constituição Federal brasileira de 1988

prevê, dentre outros, a garantia desses direitos: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, p. 18).

Segundo Pequeno e Elias (2010 *apud* Elias 2013, p. 218) as condições da moradia formal ou informal, tecnicamente assistida ou autoconstruída, são referências para notar como tem se dado a urbanização e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Conforme Spink, Martins, Silva e Silva (2020, p. 6), “não basta garantir um teto, mas que a moradia tenha condições de habitabilidade – condições estas que extrapolam a construção propriamente dita”. As relações de trabalho e empregabilidade, acesso à infraestrutura e aos serviços básicos, qualidade do transporte público, garantia de educação, saúde e lazer, são exemplos para garantir a integridade física e mental da sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho relata como o agronegócio contribuiu para o cenário de desigualdades nas dinâmicas sociais, espaciais e culturais de LEM. A partir de uma abordagem baseada no contexto da exploração da região do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia que origina o acrônimo MATOPIBA, pretende-se fazer uma análise dos desdobramentos dessa exploração na formação da cidade. Com a coleta e análise de dados atuais sobre infraestrutura, acesso a serviços públicos e condições de moradia, espera-se compreender como essas desigualdades afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores. Essa abordagem tem o potencial de contribuir para reflexões sobre o panorama do espaço, indivíduos e bem-estar, e para avaliações das políticas públicas, na tentativa de usar o campo da arquitetura e urbanismo para promover equidade e

inclusão social, assegurando melhores condições de vida para os moradores.

Infelizmente, a cidade e a população de LEM são rotuladas de prósperas e enriquecidas em função do agronegócio. Atribui-se esse fato ao mercado econômico que propaga o discurso de que a cidade é a "capital do agronegócio" e a que "mais cresce na Bahia", no entanto, não escancara os problemas advindos com esse crescimento acelerado ancorado pelo agro. Levando em consideração a falta de conhecimento acerca da situação, visa-se, por meio da pesquisa, a mostrar esses infortúnios, compreendendo como a desigualdade afetou a formação e habitação, através do recorte do bairro Santa Cruz em particular, escolhido como objeto de estudo. Tudo isso apresentando a relação entre os moradores e os migrantes, apontando como a especulação imobiliária afetou a distribuição do espaço, identificando as condições de habitação e o acesso aos serviços básicos, bem como avaliando as políticas públicas locais na redução ou no agravamento da desigualdade socioespacial.

Acredita-se que é de extrema importância um olhar crítico do profissional de arquitetura e urbanismo sobre o assunto, visto que existem poucos estudos de caráter reflexivo, publicados com datas recentes a respeito.

No clássico livro *Quando a rua vira casa*, Vogel, Mello e Mollica (2017, p. 31) propõem que "as cidades são de fato da conta e da responsabilidade de todos os que nelas habitam e que, portanto, merecem conhecê-las e debatê-las sempre que possível". Eles apontam a necessidade de se levantar questões para uma discussão e uma tomada de consciência que cada dia parecem mais imprescindíveis no tocante às próprias possibilidades dos modos de vida urbana.

A partir dessas premissas, espera-se que o presente trabalho seja útil no sentido de divulgar a problemática do munícipio e, ao fazê-lo, compreender pelo menos um pouco sobre a desigualdade do bairro Santa Cruz, para que sejam desenvolvidas análises pertinentes e proposições significativas visando melhorias espaciais.

Acerca da metodologia

Para realizar a investigação sobre o tema descrito, foi utilizada a metodologia qualitativa, com a realização de pesquisa bibliográfica, através de documentos, revistas, livros e artigos, ponderando criticamente a pesquisa delineada por outros autores, destacando diferenças e semelhanças entre eles, sintetizando os pontos fundamentais para construção do trabalho. Foi realizada a análise de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente do último levantamento censitário, feito em 2022, acerca da população e domicílios do munícipio que a pesquisa retrata. Ademais, os mapas do anexo da versão vigente do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de LEM foram utilizados como base para a sobreposição de informações consideradas relevantes.

Sendo a autora deste trabalho moradora da cidade, considerou-se suas experiências empíricas. Foram, assim, feitos trabalhos de campo que seguiram a metodologia da observação participante, isto é, um modo de aproximação definido por Magnani (2002, p. 18) como um “olhar de perto e de dentro” a fim de compreender o espaço urbano a partir das vivências e experimentações dos indivíduos.

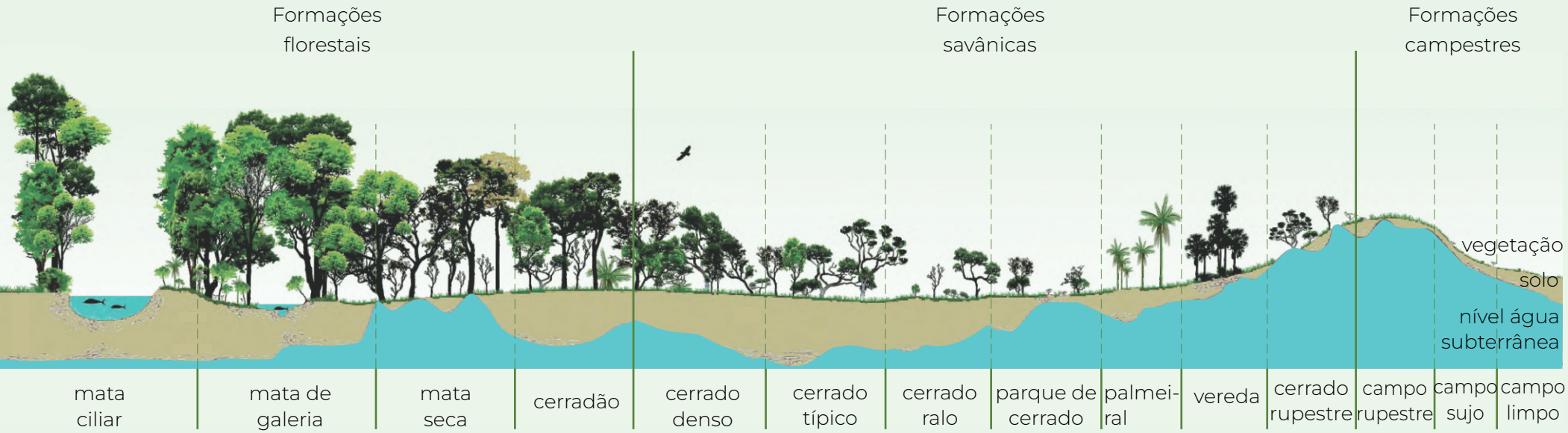
Assim, foram realizadas três derivas (Debord, 2003, p. 86) como prática de deixar-se levar pelo terreno de forma espontânea, livre das obrigações, sem nada a esperar, no entanto, de maneira consciente (uma regra) guiada pelo “urbanismo psicogeográfico”, ou seja, as sensações e emoções contribuindo para a exploração e reconhecimento do

local. A Deriva I foi feita numa Zona de Comércio e Serviço e Zona Residencial, enquanto as Derivas II e II foram feitas numa Zona Especial de Interesse Social. Sendo assim, foi feito um levantamento para produção de cartografias/mapas, identificando os bairros, o percurso das derivas e os pontos existentes de cortiços, de áreas verdes, de saúde e de educação na cidade. Ademais, foram apontadas as terminologias da palavra cortiço, caracterizadas por suas definições e tipologias ao longo do tempo.

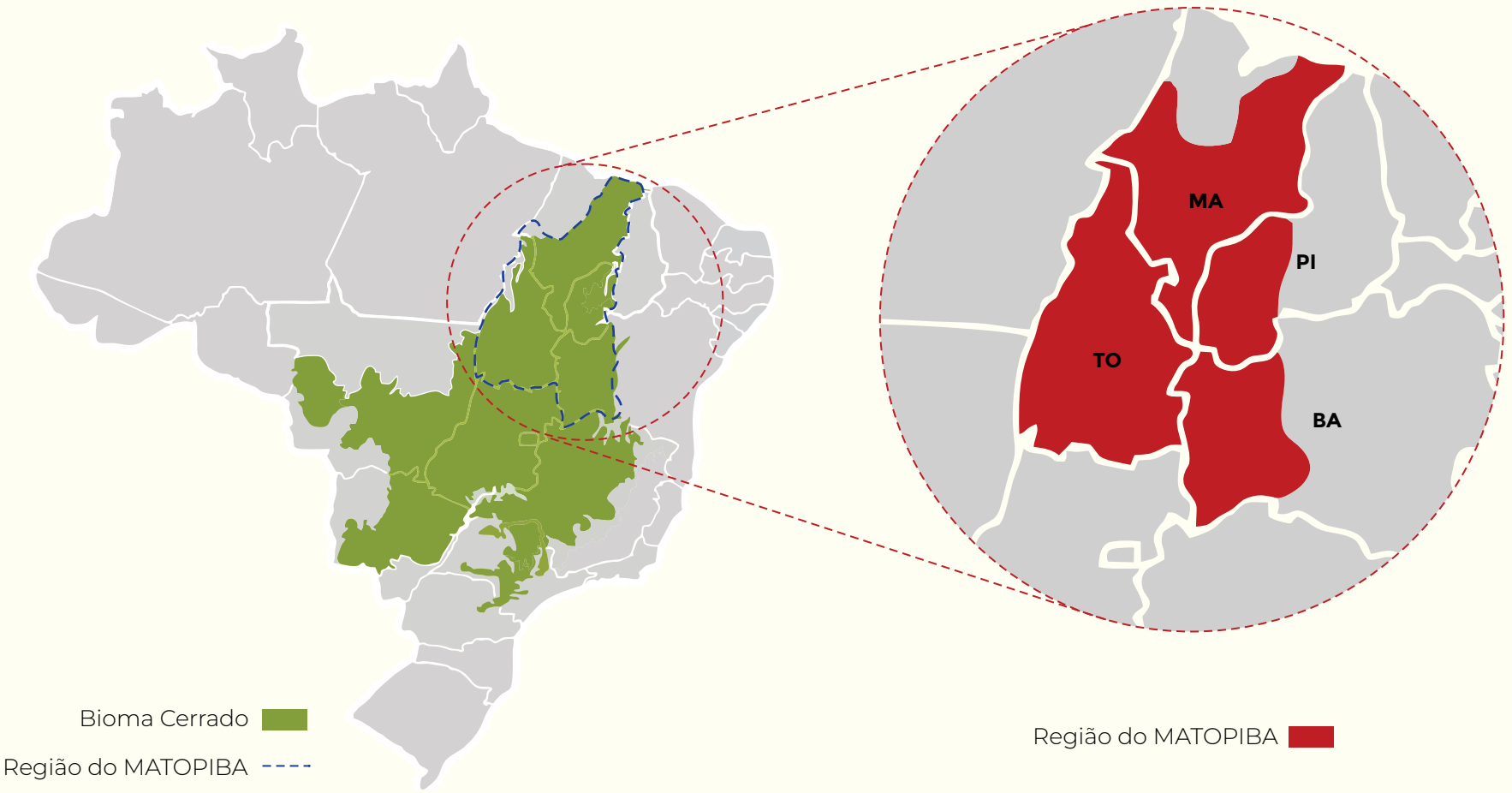
Além disso, foram feitas interlocuções com diferentes interlocutores: duas associações de bairro e seis moradores do bairro Santa Cruz. Essas interlocuções aconteceram no período de tempo entre fevereiro e maio; os moradores eram quatro homens e duas mulheres, cujas idades variavam entre 20 e 40 anos; e contribuíram diretamente para a compreensão do objeto de estudo, suas fragilidades e potências.

Por fim, foram elaboradas proposições com diretrizes norteadoras e ensaios fabulatórios, com o intuito de compor a pesquisa e complementar a formulação teórica.

2. Cerrado, MATOPIBA, LEM



Corte esquemático do Cerrado
EMBRAPA (Edição livre/ elaboração autoral)



Cerrado Brasileiro

Cerrado das águas (Edição livre/ elaboração autoral)
Sem escala

MATOPIBA

Observatório MATOPIBA (Edição livre/ elaboração autoral)
Sem escala

O Cerrado é o bioma que abriga as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), além de comportar os dois principais aquíferos brasileiros: o Guarani e o Urucuia Bambuí. Além disso, o bioma é considerado o "coração do país", devido a sua localização central no Brasil (Rêgo, 2022, p. 27).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2019), a vegetação do Cerrado é caracterizada por possuir grande diversidade de fitofisionomia, podendo ser dividida em:

- Formações florestais: 4 tipos: mata ciliar e mata de galeria (associadas a cursos de água); mata seca e cerradão (relevo elevado, terrenos bem drenados, sem associação com cursos de água);
- Formações savânicas: 7 tipos: cerrado denso, típico, ralo e rupestre (estrato arbóreo e arbustivo-herbáceo definidos, diferente densidade de distribuição, sem aspecto contínuo); parque de cerrado (árvores concentradas em locais específicos); palmeiral (presença marcante de determinada espécie de palmeira); vereda (presença de uma única espécie de palmeira, o buriti);
- Formações campestres: 3 tipos: campo rupestre (afloramentos de rocha); campo sujo (arbustos e subarbustos entremeados no estrato arbustivo-herbáceo) e campo limpo (a presença de arbustos e subarbustos é insignificante);

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Cerrado ocupa 23,3% do território brasileiro, sendo o segundo maior do país, contabilizando cerca de 1,983 milhões de km² de extensão territorial (Brasil, 2024 [2022]). Toda essa vastidão tem sido ameaçada de perda de cobertura vegetal, devido a intervenções humanas – leia-se intervenções do capital, dado que estaríamos vivendo, como defendem muitos autores, a era do

“capitaloceno” –, como desmatamentos e incêndios, que causam desequilíbrio, extinção de espécies, alterações na paisagem de maneira negativa, entre outras problemáticas. Além disso, o avanço tecnológico no âmbito do agronegócio, para fazer aproveitamento do solo, possibilitou que o Cerrado fosse alvo de uma exploração de maneira rápida e invasiva. Essa área compreende o Distrito Federal e dez estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, e a região de maior atividade agrícola – o MATOPIBA.

O MATOPIBA é considerado uma fronteira agrícola do Brasil, que provoca grandes impactos no Cerrado, pois converte as áreas nativas em área para a agricultura intensiva. Tudo isso promove tanto oportunidades econômicas quanto desafios ambientais e sociais, como a concentração fundiária e a perda de biodiversidade (Lopes; Lima; Reis, 2021, p. 14). De acordo com Belchior, Alcântara e Barbosa (2017, p. 2), por volta do ano de 1970, as condições para o desenvolvimento do agronegócio já estavam consolidadas, o que permitiu a expansão da atividade para a região, que foi favorecida por uma política nacional de interiorização. As características da topografia e o baixo custo das terras também contribuíram para a exploração agropecuária. Além disso, os solos profundos com disponibilidade de água, o clima propício para o cultivo, com dias longos e elevada intensidade de sol, fez com que as pastagens extensivas em cerrados fossem substituídas por agricultura de produção mecanizada e áreas de irrigação (Reis, 2014, p. 35-36).

No Oeste da Bahia, o processo de urbanização se deu pela ocupação do espaço rural para a introdução de atividades agroexportadoras. Decorre disso a imigração de gaúchos, catarinenses e paranaenses que, em sua maioria, passaram a assumir papéis regionalmente hegemônicos, como grandes latifundiários, detentores dos meios de produção agrícola voltada à exportação, empresários e agentes

políticos, ocupando locais de influência na gestão da cidade. Em contrapartida, teve a chegada de força de trabalho pouco qualificada, proveniente de outras regiões da Bahia e do Nordeste (Santos, 2021, p. 16).

Assim, a expansão do agronegócio contribuiu para o êxodo rural, e impulsionou os fluxos migratórios direcionados para as cidades com maior produção de grãos, gerando uma nova configuração do espaço urbano. Nesse ponto, o crescimento urbano culminou na criação de loteamentos, ampliação de ruas e construção de casas. Em consequência, esse crescimento tornou-se excludente, devido ao aumento eloquente no número de pessoas, cujo resultado foi a formação de periferias nas cidades agroindustriais (Santos, 2021, p. 33). No Oeste do estado, a expansão do agronegócio foi marcada pelo surgimento de grandes fazendas de monocultura, que utilizaram as tecnologias mecanizadas para a produção em larga escala, destinada à exportação de grãos, como soja, milho e algodão.

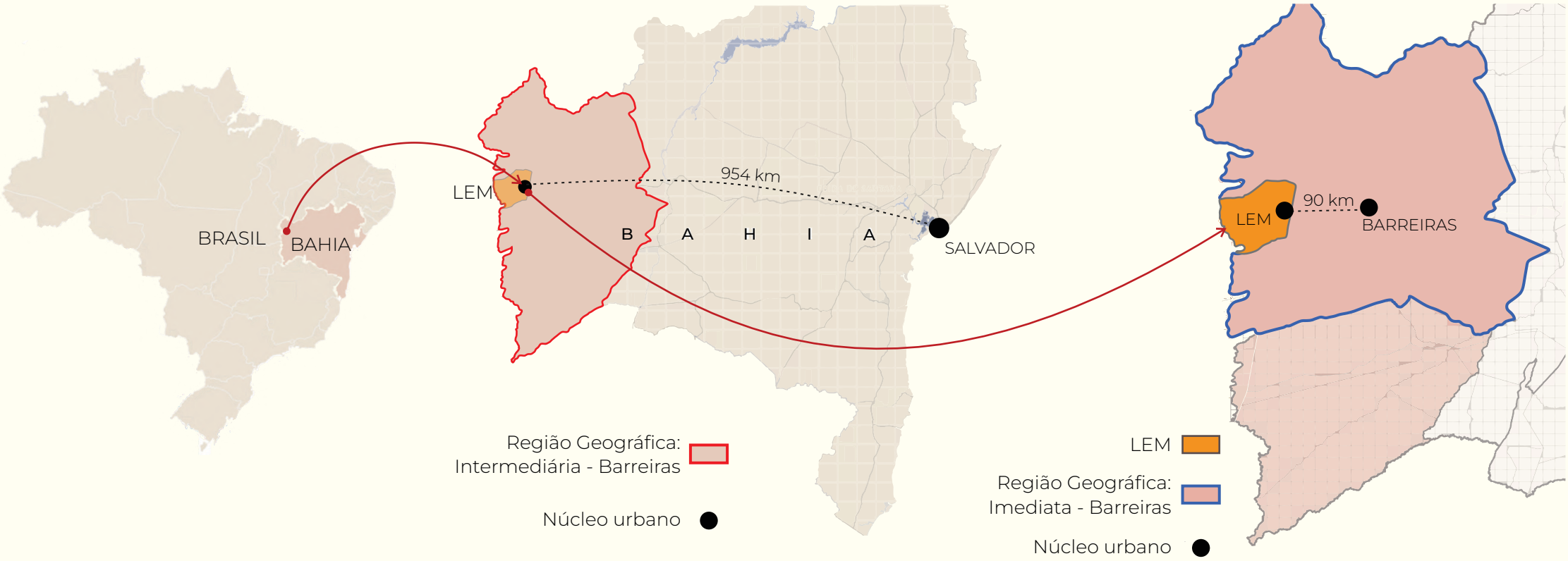
LEM, por exemplo, é uma cidade da RPA que possui diversas sedes de empresas agrícolas. O município recebe, desde 2004, um dos maiores eventos de equipamentos de alta tecnologia destinados ao setor, a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola, conhecida como Bahia Farm Show, atualmente em sua 19ª edição. Portanto, isso evidencia a forte movimentação econômica em nome do agronegócio.

Diante do exposto, essa conjuntura de crescimento urbano advindo do agronegócio justifica a expansão acelerada de LEM e a falta de resultados do poder público frente às demandas do aumento populacional, principalmente em bairros mais populares. “Percebe-se a necessidade de atuações de órgãos de planejamento e gestão, ao passo que tais setores são responsáveis pela organização do espaço urbano e pela melhoria da [sua] qualidade ambiental” (Silva, 2002 *apud* Santos, 2021, p. 16).

3. A cidade do agronegócio

Onde o Sol pousa a sua grandeza, e o fruto da **terra germina**.
Onde o céu mostra a sua **beleza**, como estrela de brilho sem par.
Com o seu **povo** forte, de brio e vigor, mostra todo o **esplendor**[1].

[1] Luís Eduardo Magalhães, 2002, p.10, grifo meu.



Regiões Geográficas: Intermediária e Imediata

IBGE (Edição livre/ elaboração autoral)

Sem escala

Conforme a divisão regional do Brasil feita pelo IBGE, LEM está localizada nas regiões geográficas[2] intermediária e imediata, nomeadas de Barreiras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017, p. 26). A intermediária serve como polo de hierarquia a partir dos fluxos de gestão e de funções urbanas, enquanto a imediata detém de estruturas para a satisfação das necessidades das populações do entorno (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017, p. 2).

LEM fica a uma distância de 90 km de Barreiras, 487 km de Palmas, 544 km de Brasília e 954 km de Salvador. Segundo o Plano Diretor do Município de Luís Eduardo Magalhães (Luís Eduardo Magalhães, 2015a, p. 24), seu processo de formação é fruto da expansão da pecuária. Com a dispersão do gado no território para fins de monocultura, em meados do século XVII, surgiu na região o núcleo São João de Barreiras, que teve rápido crescimento, favorecido pela presença do Rio Grande. Em seguida, com o ciclo da borracha de Mangabeira, produto nativo da região, cresceu a chegada de migrantes na região e, em 1891, e a vila tornou-se, nesse mesmo ano, o município chamado Barreiras.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a infraestrutura aeroportuária da cidade desempenhou um papel importante. Foi utilizada como base militar e para o envio do látex extraído para fabricação de artigos militares. Além disso, serviu como ponto de escala para abastecimento das aeronaves (Brandão, 2010, p.41 *apud* Santos, 2021, p. 20). Queiroz (2012, p. 17) destaca que, nesse período, Barreiras passou por um significativo processo de modernização, recebendo uma série de equipamentos urbanos que proporcionaram maior dinamismo econômico e social para toda a região.

[2] As regiões geográficas são áreas representativas da composição da rede urbana.

Com a propagação agrícola oriunda do Sul e Centro-Oeste do Brasil para essa região, inseriu-se na região uma nova fase de desenvolvimento, acompanhada de objetos técnicos para a disseminação do capital agrícola, transformando significativamente a dinâmica produtiva do local (Frederico, 2009 *apud* Santos, 2021, p. 21). De acordo com Santos (1989 *apud* Santos, 2021, p. 21), três fatores impulsionaram esse processo: a criação de Brasília, como nova capital do Brasil, em 1960; a instalação da hidrelétrica de Correntina, também localizada na região Oeste do estado, a cerca de 160 km de Barreiras, em 1966; e a transferência do 4º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção), de Crateús, no Ceará, para Barreiras, em 1972. O 4º BEC foi responsável pela construção das rodovias BR-020, BR-242 e BR-135, que promoveram a integração da região ao processo de ocupação do interior brasileiro.

> Com o intuito de colonizar a região, o Governo Federal criou, nas décadas de 1970 e 1980, programas de desenvolvimento agrícola, fundamentados em estudos científicos que comprovaram as principais potencialidades físicas da região. Observaram-se, então, mudanças na dinâmica, na estrutura e no funcionamento da organização espacial. Esses programas foram importantes para que a agricultura científica alcançasse a superioridade que se verifica na atualidade (Goés; Fontes; Silva, 2012, p. 113 *apud* Santos, 2021, p. 23).

Em 1970, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) implementou o projeto de irrigação em Barreiras, inserido em um conjunto de políticas públicas de apropriação do Cerrado para fins econômicos (Santos, 2021, p. 22). Essas políticas favoreceram o primeiro fluxo migratório, marcado pela mobilidade de sulistas que, atraídos pelo baixo custo das terras, acabaram assumindo protagonismo como empreendedores na região, possuindo maior quantidade de propriedades rurais mecanizadas.

O segundo fluxo foi composto majoritariamente de nordestinos, a maioria sendo

oriunda da região de Irecê que, entusiasmados com o "Eldorado da soja" (Schlosser, 2014, p. 19) – local visto como um pródigo em riquezas através da comercialização da soja –, vieram em busca de melhores condições de vida, vendo a possiblidade de ascensão econômica através das oportunidades de emprego. Esses fluxos migratórios estabeleceram a presença de dois grupos distintos na região, que ficou marcada pelas desigualdades sociais, expressas nos acessos aos recursos produtivos e na dinâmica da ocupação territorial (Schlosser, 2014, p. 19).

Dessa forma, fazendas de produção agrícola foram tomando a região e contribuíram com a intensificação do fluxo de veículos nas rodovias. Um exemplo é a Fazenda Mimoso que, por sua vez, viria a se tornar o loteamento Mimoso do Oeste. A propriedade foi vendida ao Sr. Arnaldo Horácio Ferreira, comerciante e agricultor no Distrito Federal e Goiás que, em viagem pela região, recebeu uma oferta de compra e resolveu aceitá-la. Com isso, em 1982, ele inaugurou o posto de combustível Mimoso do Oeste, no entroncamento das BR-242 e BR-020, que foi primordial para o desenvolvimento do povoado, que recebeu o mesmo nome, e o crescimento do fluxo econômico na região possibilitou que o posto ampliasse suas prestações de serviços, comercializando mercadorias.

Com isso, o Sr. Arnaldo fundou, junto à esposa, a empresa Colonizadora e Administradora Vale do Rio Grande (CARIG) que, em 1984, criou o loteamento Rancho Grande, tendo como primeiros habitantes os produtores rurais vindos da região Sul do Brasil. O loteamento logo ficaria conhecido por Mimoso do Oeste, como homenagem ao posto de combustível (Rios, 2012 *apud* Santos, 2021, p. 39). Nesse período, os sulistas foram respaldados pelo crédito rural subsidiado, concedido pelo Sr. Pedro Guedes, gerente do Banco do Brasil em Barreiras.

Essas transformações também foram impulsionadas após a implantação do Projeto de

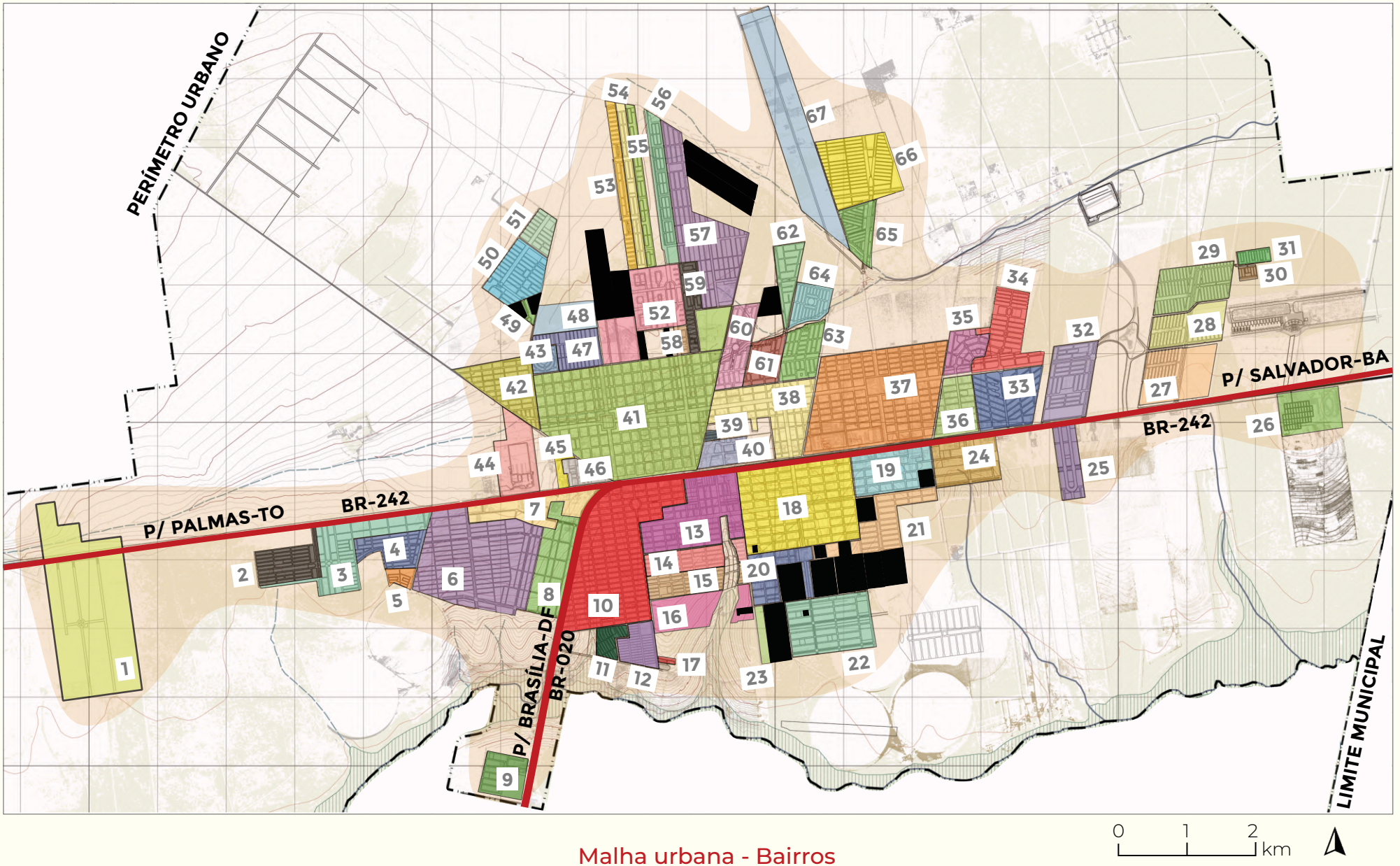
Colonização Ouro Verde, resultante do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), que foi instituído em 1979 pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Isso contribuiu para uma considerável repercussão demográfica e expansão urbana local, pois o povoado, com a população em torno de mil pessoas em 1981, elevou-se para 3 mil em 1989; em 1997, ele tornou-se distrito de Barreiras e, nos anos 2000, alcançou cerca de 20.169 habitantes – ano de emancipação de Luís Eduardo Magalhães como município.

Para Inocêncio (2010 *apud* Santos, 2021, p. 42), esse programa não apenas ampliou as RPA, mas gerou um crescimento populacional e tributário. Entretanto, juntamente com o crescimento econômico, vieram os distúrbios sociais e ambientais, como a destruição de fauna e flora e o inchaço populacional devido à rápida ocupação urbana, entre tantos outros, que causaram impactos negativos sobre a área do Cerrado ocupada pelo projeto.

Considerada jovem, LEM, hoje com apenas 25 anos de emancipação, é reconhecida como um dos principais polos agrícolas do país, sendo a cidade com o maior índice de exportação do ramo agrícola no estado da Bahia. Diante dessa circunstância, apresentou um rápido crescimento econômico e, consequentemente, de densidade demográfica. Segundo dados do Censo 2022 do IBGE, no *ranking* de alta populacional de cidades com mais de 100.0000 habitantes, a cidade ficou em 3º lugar do país e em 1º do estado, computando uma taxa de quase 80% de crescimento (Alencar, 2023). Impulsionada pelos investimentos do agronegócio, ela atraiu um constante fluxo de pessoas que estavam em busca de oportunidades de emprego, de forma que teve sua paisagem urbana e rural modificada por diversos perfis socioeconômicos e culturais que ocuparam o espaço.

No entanto, o desenvolvimento desse cenário não foi equitativo, sendo contrário ao ideal propagado com o hino do município, uma vez que, como resultado de uma RPA, LEM apresenta acentuada desigualdade socioespacial, refletida na concentração de riquezas e na organização urbana. Com áreas bem estruturadas e outras sem serviços básicos, parte da população foi marginalizada, passando por um processo de exclusão. Essa realidade mostra, ironicamente, todo o esplendor promovido pelo agronegócio cujo principal fator econômico – o capital privado – manipula interesses, atividades e serviços da cidade.

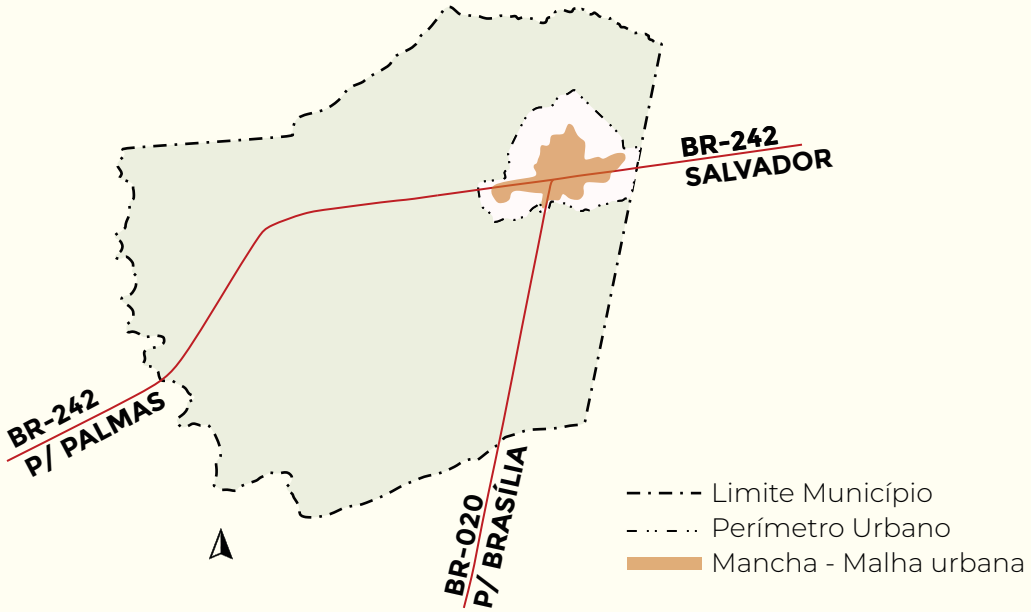
Segundo Alves (2006, p. 92), LEM é nomeada como “capital do agronegócio”, tendo um arranjo espacial que segue o modelo das cidades modernas, com largas avenidas para facilitar o fluxo de veículos. O mapa da malha urbana mostra que a rápida transformação no uso e ocupação do solo, priorizou o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental, com 67 bairros no total – um número expressivo –, além da presença marcante dos condomínios.



Malha urbana - Bairros

Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)

Edição livre/ elaboração autoral



Município: LEM

Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)

Edição livre/ elaboração autoral

Sem escala

LEGENDA BAIRROS:

1 - CENTRO INDUSTRIAL CERRADO
2 - LUAR DO OESTE
3 - SOLAR DO OESTE
4 - TOP PARK
5 - VISTA ALEGRE
6 - BOA VISTA
7 - COMERCIAL 90
8 - COMERCIAL SUL ARNALDO H. F.
9 - ALTO DA LAGOA
10- SANTA CRUZ
11 - SANTA CRUZ III
12 - CONQUISTA
13 - FLORAIS LÉA I
14 - FLORAIS LÉA II
15 - FLORAIS LÉA III
16 - FLORAIS LÉA IV
17 - SOLAR SANTA CRUZ
18 - JARDIM PARAÍSO I
19 - JARDIM PARAÍSO II
20 - JARDIM PARAÍSO III
21 - PARAÍSO LESTE
22 - NOVO PARAÍSO
23 - FLORAIS DO PARAÍSO
24 - COMERCIAIS LESTE
25 - CIDADE DO AUTOMÓVEL
26 - BAHIA FARM SHOW
27 - JARDIM DAS OLIVEIRAS
28 - JARDIM DAS OLIVEIRAS II
29 - JARDIM DAS OLIVEIRAS III
30 - SOLAR DOS BURITIS
31 - SOL DO CERRADO
32 - JARDIM EUROPA
33 - TROPICAL VILLE
34 - TROPICAL VILLE II
35 - JARDIM IpÊ
36 - VEREDA TROPICAL
37 - JARDIM DAS ACÁCIAS
38 - JARDIM IMPERIAL
39 - JK
40 - PARQUE OESTE
41 - MIMOSO DO OESTE I
42 - MIMOSO DO OESTE II
43 - MIMOSO DO OESTE III
44 - INDUSTRIAL
45 - DOM LAURINDO
46 - JARDIM PRIMAVERA
47 - NOVA BRASÍLIA I
48 - NOVA BRASÍLIA II
49 - BOSQUE MALLS
50 - BOSQUE DOS GIRASSÓIS I
51 - BOSQUE DOS GIRASSÓIS II
52 - CIDADE UNIVERSITÁRIA
53 - CIDADE UNIVERSITÁRIA II
54 - LUAR DO CERRADO
55 - VERDE VIDA
56 - NOVO HORIZONTE
57 - PARQUE SÃO JOSÉ
58 - CENTRAL PARK
59 - RESIDENCIAL 90
60 - CAMPOS ELÍSEOS
61- JARDIM SOL NASCENTE
62- SOL NASCENTE II
63- ALTO DOS CERRADOS
64- CIDADE ALTA
65- JARDIM ALVORADA
66- JARDIM DO BEM
67- CHÁCARAS BOM RECREIO
CONDOMÍNIOS

Diante disso, foi publicado o decreto nº 2.720, de 20 de junho de 2025, por 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, a suspensão de autorização de projetos de parcelamento do solo neste município. O intuito da prefeitura de LEM é conter o crescimento desordenado, levando em conta:

> [...] a quantidade expressiva de projetos imobiliários de parcelamento do solo sem a efetivação de prévios estudos de impactos urbanísticos e ambientais; [...] a necessidade de apuração da regularidade dos processos [...] em respeito às questões ambientais e sanitárias de interesse público; [...] as severas deficiências na rede pública de infraestrutura com problemas estruturais nos serviços públicos de tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto (Luís Eduardo Magalhães, 2025a, p. 2).

Dessa forma, foi instituído a Comissão Especial de Estudo e Avaliação da Ocupação do Solo para apurar as irregularidades e promover medidas corretivas e de adequação, além de analisar e revisar as diretrizes para atuais e novos empreendimentos imobiliários, para garantir qualidade aos serviços públicos, à infraestrutura urbana e para melhor atendimento do interesse coletivo (Luís Eduardo Magalhães, 2025a, p. 2).

4. As dinâmicas da capital do agronegócio

Conforme a definição de Elias (2006 *apud* Pequeno; Elias, 2015, p. 16), LEM configura-se como uma cidade do agronegócio, em que as atividades direcionadas para o setor agrícola se sobrepõem às demais demandas do município. O desdobramento disso é a produção de um espaço marcado por desigualdades de diferentes naturezas. Segundo Elias (2013, p. 209), existem eixos de operacionalização sobre as RPA, dentre os quais encontram-se a dinâmica populacional e o mercado de trabalho, o uso e a ocupação do espaço, o aumento da concentração fundiária e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

No processo de formação de LEM, as dinâmicas cultural, espacial e social foram permeadas por esses eixos, e exemplificam essa priorização da relação entre o agronegócio e a concentração de capital desde o processo de migração, o favorecimento das classes mais abastadas e os impactos no meio ambiente, até a criação de lotes com diferenciação de baixo e alto padrão e as diferentes condições de moradia.

Cultural

Onde os **sonhos** se tornam reais, e o **progresso** se faz com labor,
do Oeste és **orgulho** da nossa Bahia, de futuro **promissor**[3].

Em 1891, quando Barreiras já era considerada município, o território onde hoje se localiza LEM já era ocupado, no entanto, não de maneira significativa, visto que não era provido de serviços básicos, como energia elétrica e água. Foi somente em 1984 que a área se configurou como povoado Mimoso do Oeste, depois da aprovação da implantação no local do Loteamento Rancho Grande pela prefeitura de Barreiras. Com os incentivos para a expansão agrícola fora da região Sul, surgiu, como visto, uma onda migratória de sulistas, que trouxeram para a região seus hábitos, tradições e formas de organização

[3] Luís Eduardo Magalhães, 2002, p. 10, grifo meu.

urbana (Queiroz, 2012, p. 38). Segundo Haesbaert (1997 *apud* Santos, 2021, p. 41), a configuração territorial de Mimoso do Oeste é resultado de uma disputa envolvendo aspectos econômicos, culturais e políticos, de embate entre a velha soberania baiana e o novo capital agrícola. O autor defende essa ideia acreditando que a criação desse território foi uma tentativa de estabelecer no Oeste baiano uma região gaúcha, marcada pela presença de "colonizadores" sulistas.

> Trata-se de uma disputa que vai além da nova divisão territorial do trabalho estabelecida com a chegada da modernização agrícola, desdobrando-se também numa espécie de divisão cultural do território que constrói, pelo menos ao nível das representações simbólicas, oposições que fornecem uma distinção clara entre sulistas e "nativos" (Haesbaert, 1997, p. 210 *apud* Santos, 2021, p. 41).

Em uma entrevista feita por Schlosser (2014, p. 23), a Sr.ª Alzira Olga – moradora da cidade –, afirmou que, no início, os sulistas só desejavam se relacionar entre si, haja vista que era nítido o conflito entre as duas culturas (sulistas e nordestinos). Além disso, após adquirirem as terras e se estabelecerem, os sulistas reuniram-se e providenciaram a construção de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG), fundado em 1991, com o intuito de preservar o tradicionalismo da sua cultura de origem. Dessa forma, devido ao choque de culturas, houve estranhamento e a não identificação dos baianos com a predominância dos sulistas, o que contribuiu para o sentimento de "invasão" e "dominação" de sulistas para com a população local.

Segundo Alves (2006, p. 87) LEM é uma cidade na Bahia, mas não é baiana, pois nela há poucos elementos da cultura nordestina, principalmente a baiana, e grande domínio da cultura sulista, um exemplo de hegemonia forasteira dos gaúchos sobre o território, contribuindo para a consolidação do seu domínio cultural sobre o local.

Na medida em que os empreendimentos foram se expandindo pelo Oeste, com essa propagação agrícola, surgiu a necessidade de mão de obra, pois a população local não tinha qualificação ou conhecimento sobre a lavoura e a produção. Assim, os funcionários, chamados de peões, vieram das proximidades (Barreiras, Irecê, Jacobina) e das regiões do Norte e Centro-Oeste. Diante disso, LEM apresenta, hoje, grande diversidade cultural, com a miscigenação dos migrantes de várias regiões e a população baiana, formando a base da cultura local. Assim, a convivência possibilitou a permeabilidade entre os costumes, que foram sofrendo transformações ao longo dos anos (Schlosser, 2014, p. 25). Com a economia circunscrita no ramo agrícola, grande parte dos sulistas – os proprietários de fazendas – se beneficiam e atribuem o "desenvolvimento" da cidade a si próprios, usando isso como justificativa para a prosperidade da economia local. Nos dias atuais, alguns afirmam terem sido eles próprios os "colonizadores" do município, ao argumentarem que vieram do Sul e fizeram o Oeste baiano progredir, não recebendo, em contrapartida, o devido crédito/reconhecimento, o que corrobora para o aumento das disparidades culturais.

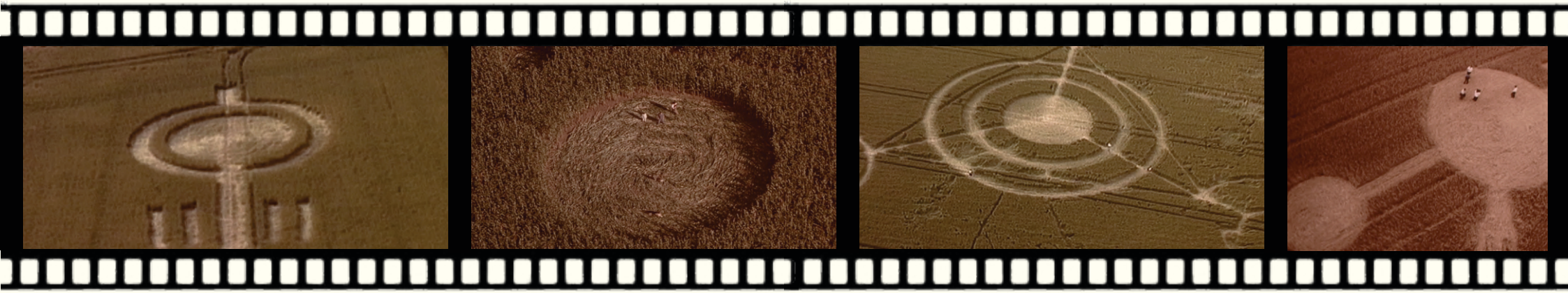
O aclamado filme "Sinais" (2002), dirigido por M. Night Shyamalan e protagonizado por Mel Gibson e Joaquin Phoenix, apresenta o mistério da aparição de enormes "sinais" em plantações dos Estados Unidos da América que, vistas do alto, sugerem ser formas geométricas. Essas formas, inicialmente enigmáticas, são interpretadas como a presença de alienígenas, uma ameaça silenciosa que se infiltrou na rotina dos moradores, mostrando que a população poderia estar diante de um perigo inimaginável (Oliveira, 2015).

Assim como os alienígenas aparecem de forma misteriosa, invadindo um território, a chegada da agricultura mecanizada no Oeste baiano também foi,

de certa maneira, misteriosa e invasiva, visto que esse processo se deu através de uma apropriação que transformou a vegetação típica do Cerrado em grandes plantações com formas geométricas que, vistas de cima, desenham círculos formados pelo uso dos pivôs centrais.

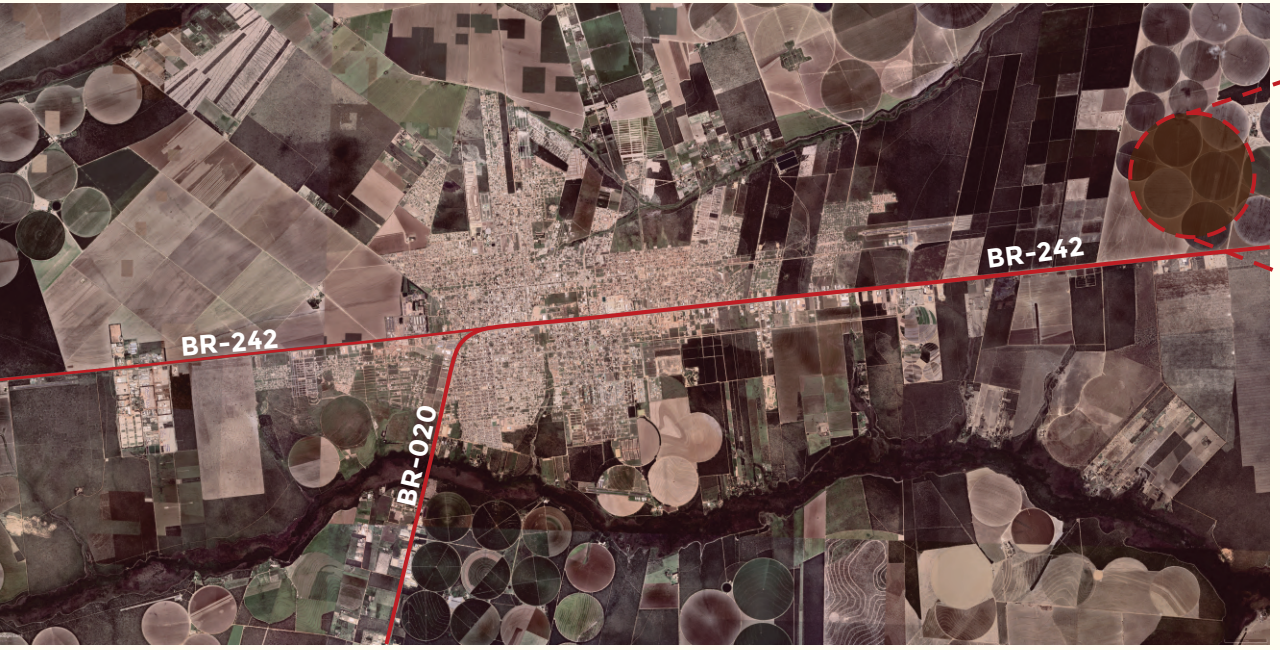
Os pivôs centrais são um tipo de mecanismo para irrigação do agronegócio de larga escala composto por uma linha lateral suspensa por torres com rodas e motores, girando em torno do pivô – o ponto central – que distribui água e energia elétrica para a lavoura. Esse sistema é o responsável pela redução dos níveis dos rios e intensifica os períodos de seca no bioma (Rêgo, 2022, p. 30). Segundo Gama (2025), um estudo realizado pelo grupo de jornalistas independentes Ambiental Media apontou que o volume de água dos rios do Cerrado diminuiu 27% desde a década de 1970, reduziu 21% nas chuvas e aumentou 8% na evapotranspiração; um sinal de que o bioma está secando por concentrar cerca de alarmantes 80% dos pivôs centrais utilizados para irrigação no país.

Essa reconfiguração do espaço, através da expansão agrícola, tem acontecido de forma desenfreada, sendo uma ameaça, pois, assim como os alienígenas de “Sinais”, tem operado de forma impessoal, guiada por interesses que ocasionam dificuldades de curto e longo prazo. Assim, percebe-se que o “futuro promissor” de LEM, destacado na canção municipal, reverberou de forma negativa com problemas envolvendo desmatamentos, escassez de água e outros fatores que contribuem negativamente para a situação climática – e que precisam ser investigados com urgência.



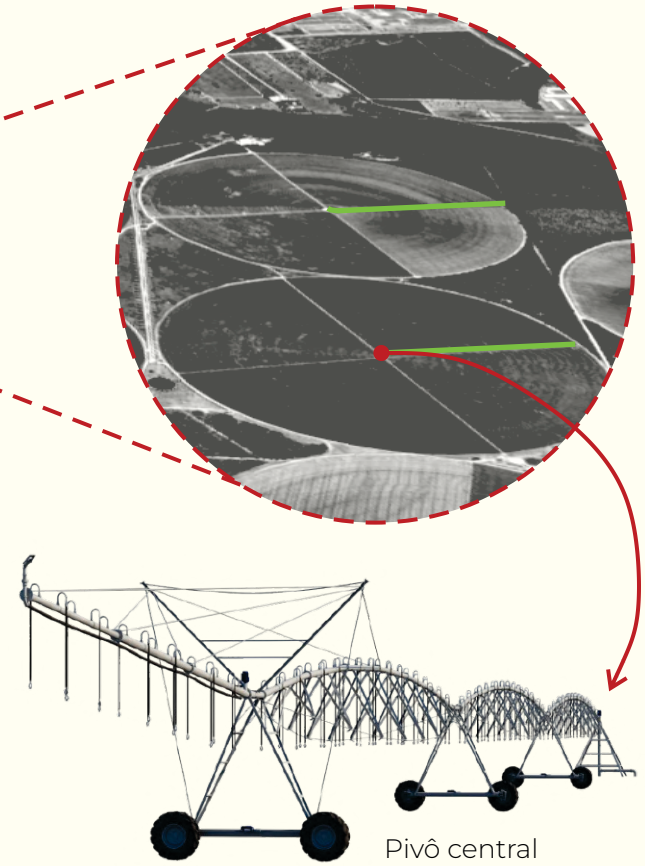
Recorte de cenas

Sinais (M. Night Shyamalan, EUA, 102', 2002)



LEM vista do alto com seus "sinais"

Google Earth® (Edição livre/ elaboração autoral)



Pivô central

Espacial

Terra fértil, mãe generosa, tão abençoado é o teu **chão**.
Luís Eduardo Magalhães, **progresso** e força da nação[4].

O processo de urbanização no Brasil intensificou-se a partir da década de 1950, impulsionado pelo êxodo rural decorrente da modernização técnica no campo. Nessa conjuntura, os municípios não estavam preparados para receber essa migração, que ocorreu de maneira desordenada, gerando diversos problemas por não terem a infraestrutura necessária. Entre eles, destacam-se a precariedade dos serviços de saúde, a exclusão social, o aumento da violência, o desemprego e a deterioração da qualidade de vida. Já no aspecto ambiental, os problemas são os desmatamentos, a poluição, a impermeabilização dos solos e a precariedade na gestão de outros serviços públicos.

A partir de 1990, a inserção da rede agroindustrial da soja foi impulsionada por agentes hegemônicos do setor, como as multinacionais Bunge e Cargill. Esse rápido crescimento de LEM está diretamente relacionado ao fato de a cidade fazer parte das RPA, com localização entre Salvador, Brasília e Palmas, possibilitando a ampliação das relações econômicas entre esses grandes centros. Queiroz (2012, p. 39) aponta que a urbanização do município segue o padrão das grandes cidades globalizadas, caracterizada por áreas marcadas por exclusão e precariedade dos espaços públicos, enquanto apresenta grandes enclaves urbanos inclusivos para a pequena parcela da população que possui maior poder aquisitivo. Esse modelo urbano valoriza padrões construtivos em que prevalece a ideologia da segurança e desfavorece a convivência social nas áreas públicas.

Segundo Ilario (2011 *apud* Queiroz, 2012, p. 35), em função dessa urbanização relacionada ao agronegócio, LEM apresenta diversos comércios de

[4] Luís Eduardo Magalhães, 2002, p. 10-11, grifo meu.

maquinários e implementos agrícolas, principalmente na BR-242, no trecho em que atravessa a cidade, oferecendo serviços para o grande fluxo de veículos de transporte de produção agrícola e favorecendo o fator de escoamento da produção. Além disso, tem-se disseminado, entre a população com maior poder aquisitivo da cidade, o estilo de vida com muros e segurança privada, caracterizando moradias, trabalho e lazer que confiram alto *status* social.

Com a economia baseada no agronegócio, o mercado imobiliário produz a separação e reforça a desigualdade, com a construção de condomínios para promover a valorização de bairros, que são ocupados, predominantemente, pela parcela branca e sulista da população, enquanto os bairros desvalorizados são habitados pela população negra e nordestina. Isso ocorre porque a distribuição e o acesso à riqueza, provenientes da terra fértil são desiguais, ao passo que a generosidade da cidade, cantada no hino, "abençoa" as pessoas que possuem maior poder aquisitivo, dominam o mercado e recebem privilégios para ter cada vez mais ascensão econômica e progresso.

Enquanto isso, moradores e migrantes de baixa renda – a maioria deles, nordestinos sem capacitação profissional – não se adequam às oportunidades e ficam marginalizados e reféns da informalidade (Queiroz, 2012, p. 38). Segundo Milhorance (2020 [2018]), o agronegócio tem pago mais, no entanto, empregado menos, pois se aumentou a demanda de mão de obra especializada para condução de tratores e outros tipos de maquinários. Dessa forma, houve redução na quantidade de ofertas de empregos informais e temporários, que eram ocupados por pequenos agricultores. Assim, percebe-se que o progresso de LEM, advindo do resultado do trabalho de muitos, não tem sido alcançado por todos. O depoimento de um morador migrante baiano, enfatiza isso:

> [...] a classe dominante aqui é sulista. Os homens do poder são sulistas. [...] os grandes empresários são os que mandam,

> nós nordestinos viemos para trabalhar, nós somos os proletários, e eles que são os empresários. O incrível é que eles são muito unidos, então, quando um chega, o outro dá uma força e logo eles crescem (Alves, 2006, p. 92).

Social

Verdes campos assim **cultivados**, com afinco e dedicação. A teus filhos a **posteridade**, de trabalho e **união**[5].

Quando LEM ainda não tinha se emancipado, a cidade dependia diretamente do governo municipal de Barreiras e, devido ao atraso ou à ausência de assistência e serviços no âmbito econômico, político e social, duas associações comunitárias locais se impuseram nesse sentido: a Associação de Moradores do Mimoso do Oeste (AMMO), fundada em 1987, e a Associação de Moradores Aracruz (AMA), fundada em 1995. Ambas surgiram com o intuito de suprir a ausência dos serviços básicos e melhorar a infraestrutura local, com a AMMO focada no bairro Mimoso do Oeste e a AMA no bairro Santa Cruz (Rios, 2014 *apud* Santos, 2021, p. 43). A criação dessas associações reflete a divisão entre dois grupos sociais que, em vez de atuarem conjuntamente, buscaram melhorias separadamente para seus respectivos espaços intraurbanos. Foi assim que essas entidades assumiram funções que cabiam ao governo municipal, como a implantação de energia elétrica e abastecimento de água.

A AMMO foi responsável por intermediar a instalação da empresa Ceval e, consequentemente, da rede elétrica no bairro Mimoso do Oeste, enquanto a AMA garantiu a instalação da rede elétrica e de água no bairro Santa Cruz. Ambas eram responsáveis pela administração do poço artesiano e pela limpeza pública do seu respectivo bairro. De 1998 a 2000, a AMA era responsável pela abertura de ruas no Santa Cruz e, marcada pelo caráter comunitário, promovia

[5] Luís Eduardo Magalhães, 2002, p. 11, grifo meu.

campanhas de distribuição de alimentos para crianças carentes (Rios, 2014 *apud* Santos, 2021, p.43). Ademais, as duas entidades mantiveram rádios comunitárias e tiveram influência política significativa. A AMMO foi a primeira sede do governo municipal, quando da emancipação de LEM, enquanto o primeiro presidente da AMA, foi eleito vereador na primeira gestão municipal. Entretanto, havia diferenças estruturais na atuação das duas associações, visto que a AMMO possuía maior poder de articulação política, enquanto a AMA limitava-se a ações voltadas para preencher as carências do bairro Santa Cruz.

Com a finalidade de compreender como está a situação atual das associações, como parte do processo metodológico deste trabalho, foram realizadas interlocuções com suas respectivas representações. Em conversa[6] com Marina Cristiane Coracini, secretária atual da AMA, foi dada a informação de que a sede atende cerca de 150 crianças de baixa renda, não somente do bairro Santa Cruz, mas também do entorno, funcionando como contraturno, com aulas de reforço escolar. Localizada na rua João Dourado, a associação oferece curso de informática para crianças e mães que querem se reinserir no mercado de trabalho. No espaço do auditório, promovem aulas de primeiros socorros ministradas por bombeiros, através do programa Cidadão Mirim. Por vezes, fazem uso da quadra do Colégio Municipal Onero Costa, localizado nas proximidades, quando necessário para algumas atividades, que, no entanto, têm sido evitadas, pois, segundo a Sr.ª Coracini, é muito perigoso atravessar a rua com os pequenos. Outrossim, a AMA recebe demandas de alguns moradores do bairro que, quando não procuram a rádio comunitária, trazem pedidos que são oficializados e levados aos órgãos competentes.

[6] Realizada na sede da AMA, no bairro Santa Cruz, em 17 fev. 2025. Não foi possível fazer o registro da conversa.

A associação é mantida por doação de parceiros e também por incentivos públicos, visto que a prefeitura municipal é responsável pela contratação dos profissionais que trabalham nos projetos sociais.

Por sua vez, a AMMO não possui caráter participativo e social. Na sua criação, a associação sempre esteve articulada a interesses políticos, no entanto, atendeu ao viés social quando serviu de espaço para festas e confraternizações da comunidade.

Em conversa[7] com Renato Palma, atual presidente da AMMO, foi dada a informação de que a associação serviu, inicialmente, como suporte para levar as pessoas que ficavam doentes, para receberem atendimento em Barreiras. Localizada na rua Rui Barbosa, no bairro Mimoso I, a sede recebeu pedidos de desapropriação por estar fechada e abandonada por mais de cinco anos. A prefeitura municipal queria transformar o local em um terminal de ônibus, no entanto, a ideia não ganhou força e o espaço está passando por reformas atualmente. Segundo a Secretaria de Comunicação Social de LEM (Vilares, 2024), juntamente a essa reforma, seria criado um Memorial da Cidade, com o objetivo de contar a história do município, no entanto, o Sr. Palma afirma que "houve um hiato" nessa informação; a reforma não contaria com esse memorial, pois "quem estava à frente do projeto, 'pulou fora'". Ademais, a associação pretende fazer um baile de inauguração do memorial; ao falar sobre o funcionamento do espaço, o Sr. Palma disse que ele será para uso exclusivo dos associados, ou seja, de cunho particular, com o predomínio de atividades de "jogatina", como baralho e o truco, além de festas e bailes.

[7] Realizada na IEOB (Instituto Educacional do Oeste Baiano), no bairro Mimoso I, em 7 mar. 2025. Não foi possível fazer o registro da conversa.

Diante do exposto, a intenção foi de visualizar como está a atuação das duas associações, ao passo que se pode constatar que ambas desempenharam um papel fortemente participativo na formação de uma cidade que defenderia o trabalho e a união. De acordo com o hino municipal, ela recebeu “todo esforço de um povo para mover as bases de sustentação econômica do local, plantando e colhendo, lutando e vencendo”, carregando “a certeza de estar construindo fortes pilares de progresso industrial, tecnológicos e principalmente humano, para as futuras gerações” (Luís Eduardo Magalhães, 2002, p. 11). No entanto, nota-se que a “desunião” entre as associações de bairro se mantém: enquanto uma desempenha atividades para a comunidade, a outra pretende funcionar como um clube – equipamento de uso necessariamente privativo. Isso exemplifica, em parte, como é o caráter social e privativo da cidade, que é desigual desde a sua formação, subordinado ao movimento do agronegócio.

5. A expansão urbana de LEM

Planejamento urbano

LEM passou a ter a necessidade de um planejamento urbano para mitigar os impactos causados pelo desenvolvimento que foi apoiado pelos interesses especulativos imobiliários e pela expansão agrícola. O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS) da cidade foi instituído pela Lei nº 791 (Luís Eduardo Magalhães, 2017), para orientar a administração pública e a iniciativa privada na organização do espaço urbano e rural, a fim de garantir a qualidade de vida, a justiça social e o exercício das atividades econômicas. Para isso, estabelece diretrizes que visam a assegurar a ocupação ordenada do território, a integração urbano-rural, a melhoria na qualidade de vida da população, a redução das desigualdades socioeconômicas, e o cumprimento da função social da propriedade urbana.

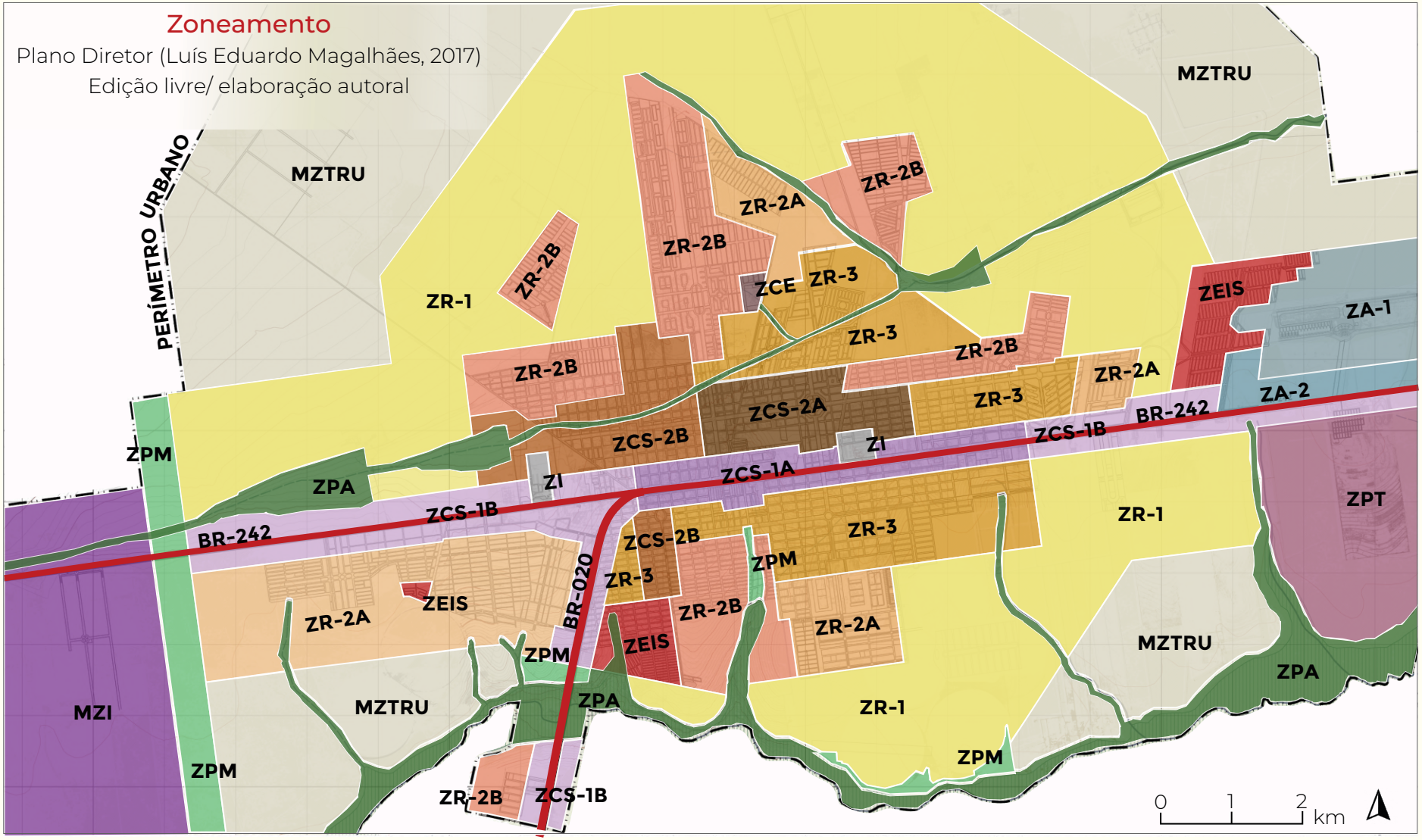
No capítulo III – **Política de desenvolvimento urbano sustentável**, por exemplo, dentre as diretrizes, está a garantia de espaço urbano para habitação da população de baixa renda. O capítulo IV – **Estruturação e ordenamento do espaço urbano**, por sua vez, informa que a distribuição da população levará em conta a garantia da qualidade de vida e a potencialidade do desenvolvimento do munícipio, buscando erradicar as condições subumanas de habitação.

O PDDS aborda também a mobilidade urbana, enfatizando o objetivo de viabilizar o transporte público coletivo para reduzir os deslocamentos dentro da cidade, além de promover acessibilidade e garantir infraestrutura urbana. Diante disso, a atuação do poder público, que é fundamental, deve ser direcionada para melhorias no transporte, habitação e saneamento, de modo a privilegiar os investimentos que promovem o bem-estar social coletivo. Referente ao ordenamento territorial, o PDDS regulamenta o uso e ocupação do solo com o zoneamento. As zonas residenciais são organizadas de acordo com o tipo e padrão de ocupação e as zonas de comércio e serviço

se dão conforme a atividade econômica e o desenvolvimento de empreendimentos. Além disso, existe a zona de interesse social para projetos habitacionais; a zona de controle especial para aterro sanitário; a zona de parque tecnológico com produção de bens e serviços e manufatura de produtos; a zona industrial com fábricas cercadas de residências; a zona de proteção ambiental, para proteção da diversidade biológica e impedir a ocupação de áreas alagáveis dos rios; parque municipal para lazer e cultura; e a zona aeroportuária, com atividades voltadas à logística aeroviária, rodoviária e ferroviária.

Zoneamento

Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)
Edição livre/ elaboração autoral



LEGENDA ZONAS:

- ZR-1 - ZONA RESIDENCIAL 1
- ZR-2A - ZONA RESIDENCIAL 2A
- ZR-2B - ZONA RESIDENCIAL 2B
- ZR-3 - ZONA RESIDENCIAL 3
- ZCS-1A - ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 1A
- ZCS-1B - ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 1B
- ZCS-2A - ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 2A
- ZCS-2B - ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 2B
- ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
- ZPT - ZONA DE PARQUE TECNOLÓGICO
- ZA-1 ZONA AEROPORTUÁRIA 1
- ZA-2 - ZONA AEROPORTUÁRIA 2
- ZI- ZONA INDUSTRIAL
- ZCE - ZONA DE CONTROLE ESPECIAL
- ZPA - ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- ZPM - ZONA DE PARQUE MUNICIPAL

LEGENDA MACROZONAS:

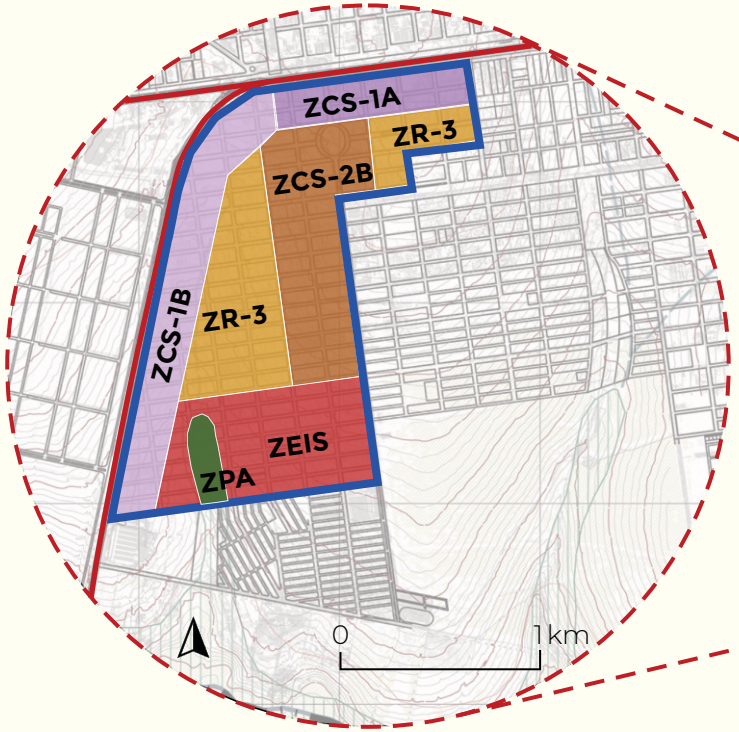
- MZTRU - MACROZONA DE TRANSIÇÃO RURAL URBANA
- MZI - MACROZONA INDUSTRIAL

Observando o zoneamento urbano de LEM, percebeu-se que ele pode ter sido concebido “de cima para baixo”, isto é, sem participação popular, de maneira arbitrária, sem análise da malha urbana existente, haja visto que há algumas delimitações de áreas que cortam a cidade de forma equivocada. Um exemplo pode ser visto no bairro Santa Cruz, onde a disposição das ruas, quadras e a própria dinâmica dos lotes consolidados são desconsideradas.

O Santa Cruz, localizado às margens da BR-242, apresenta seis zonas: Zona de Comércio e Serviço - ZCS-1A, que abriga prioritariamente comércio e serviços especializados, dirigidos às demandas urbanas; ZCS – 1B, que abriga o apoio rodoviário como logística, armazenamento, comércio e hotelaria; ZCS-2B, onde se localizam comércios e serviços de alcance local, relacionados à expansão linear consolidada de áreas residenciais lindeiras; Zona Residencial – ZR-3, onde se localizam área residencial unifamiliar ou multifamiliar de alta densidade; Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, onde há incidência de assentamentos em condições subnormais, priorizadas para projetos e programas de requalificação urbana e habitacional; Zona de Proteção Ambiental – ZPA, onde há áreas alagáveis, presença de rios e de biodiversidade vegetal e animal, para controle e preservação do meio ambiente.

Zonas - Bairro Santa Cruz

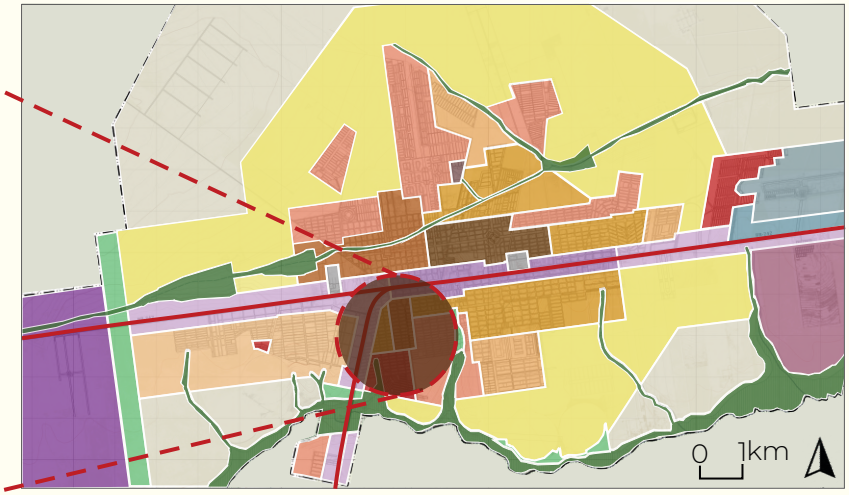
Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)
Edição livre/ elaboração autoral



- SANTA CRUZ
- ZR-3 - ZONA RESIDENCIAL 3
- ZCS-1A - ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 1A
- ZCS-1B - ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 1B
- ZCS-2B - ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS 2B
- ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
- ZPA - ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Zoneamento

Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)
Edição livre/ elaboração autoral



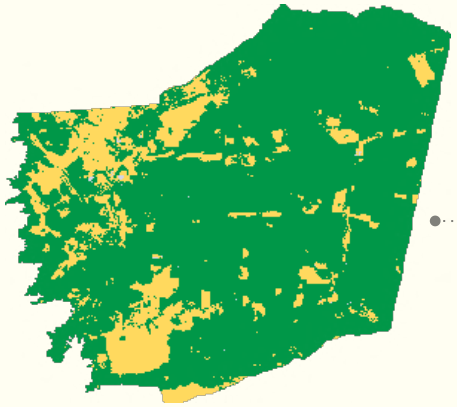
Essa divisão das zonas incita um questionamento sobre o que foi levado em consideração para sua definição, pois algumas particularidades territoriais e sociais, tais como as delimitações de área e a participação popular, não foram respeitadas. Por isso, entende-se que o zoneamento foi elaborado sem conhecimento local – sem um olhar "de dentro" que, ao invés de organizar a estrutura urbana vigente, impõe uma lógica desconectada da realidade.

Panorama verde

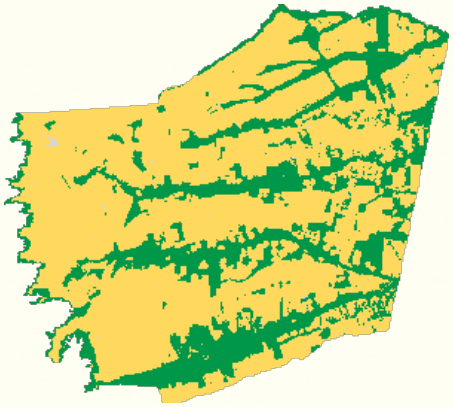
Conforme o relatório de pesquisa desenvolvida pelo MapBiomas[8] (2023), do primeiro levantamento, feito em 1985, até o último, realizado em 2023, houve grande alteração na cobertura e uso do território de LEM. Os dados apontam que as formações naturais passaram de 82,1% para apenas 28,5%, enquanto as áreas antrópicas, isto é, com ação humana direta, aumentaram de 17,9% a 71,5% em toda área do município. Desse espaço que sofreu intervenção humana, 1,6% é área urbanizada/não vegetada e 69,9% é tomada por agropecuária. Esses dados são críticos e mostram como a degradação ambiental em LEM está em grandes proporções, com desmatamento da vegetação nativa e o predomínio das atividades agrícolas, que causam poluição do solo e da água devido ao uso de defensivos agrícolas, além do pivô central como método de irrigação, que consome e desperdiça água em números exorbitantes.

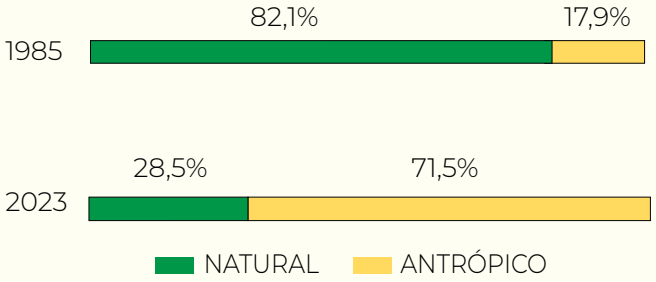
[8] Projeto que opera de forma colaborativa, produzindo mapas e dados sobre a cobertura e uso do território brasileiro.

1985



2023



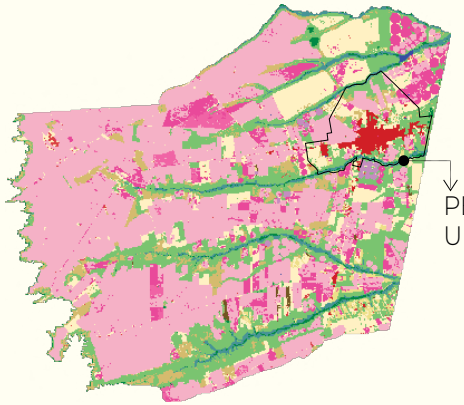


Cobertura do solo- LEM

Mapbiomas

Sem escala

2023



ÁREA URBANIZADA

AGROPECUÁRIA:
- SILVICULTURA
- PASTAGEM
- MOSAICO DE USOS
- AGRICULTURA

NATURAL:
- FORMAÇÃO SAVÂNICA
- FORMAÇÃO FLORESTAL
- VEGETAÇÃO ARBUSTIVA E HERBÁCEA



Usos do solo - LEM

Mapbiomas

Sem escala

Segundo Santos (2021, p. 25), a ausência de políticas de planejamento na ocupação e expansão da malha urbana colabora para o surgimento dos impactos ambientais, que estão diretamente associados às ações antrópicas, devido à intensificação das atividades industriais, agrícolas e dos fluxos migratórios.

Foi somente a partir dos anos 1990 que o poder público passou a debater sobre a preservação ambiental, especialmente do bioma Cerrado, a fim de fomentar os usos de maneira sustentável e reduzir a degradação dos recursos naturais (Reis, 2014, p. 41). Em 2007, foi aprovado o primeiro Plano Diretor de LEM, que traz no capítulo II – **Dos princípios, objetivos e diretrizes**, no Art. 5º, a intenção de "tornar o município primoroso em qualidade ambiental" (Luís Eduardo Magalhães, 2007, p. 2). No entanto, somente na revisão feita em 2017, com a publicação do PDDS, se definiu o zoneamento das áreas de proteção ambiental e de parque municipal. Esse atraso na regulamentação específica das áreas de proteção do meio ambiente, teve como impacto a ocupação de locais inadequados em regiões de veredas. Loteamentos, como o Santa Cruz, foram implementados nessas áreas, uma vez que "não foram feitas fiscalizações pelo poder público para determinar a [...] área como zona de proteção ambiental, assim como [...] não foi considerada pelos agentes imobiliários" (Santos, 2021, p. 75-76). As consequências, em épocas de chuva, são diversos pontos de alagamentos e inundações, e, juntamente a isso, o sistema de drenagem existente, insuficiente, é ainda precário.

No capítulo III – Seção II do PDDS, institui-se o **sistema de áreas verdes**, composto por: áreas verdes dos loteamentos; as margens do Riacho dos Cachorros, Rio Cabeceira e Rio de Pedras, e as vertentes de drenagem pluvial; e os parques urbanos Rio de Balsas, Ponta d'água e Cabeceira de Pedras. O PDDS enfatiza que o poder executivo deveria "elaborar no prazo de 12 (doze) meses, o Plano de Urbanização e

Paisagismo Municipal, contemplando os parques municipais citados" (Luís Eduardo Magalhães, 2017, p. 30). No entanto, não se tem informações sobre a elaboração e publicação desse documento.

Em abril de 2025, LEM sediou o evento nacional de nome estrangeiro Cerrado Summit (uma espécie de Cúpula do Cerrado), organizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária em parceria com diversas associações, para debater sobre o bioma e a agricultura regenerativa. O evento seria uma prévia à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, a COP30, que será sediado em Belém, no Pará, em novembro deste ano. No evento, Marcelo Behar, conselheiro sênior do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (cuja sigla no original em inglês é WBCSD), apontou que

> na COP30 serão definidas metas globais e nacionais para enfrentar as mudanças climáticas. Esse encontro prévio é fundamental e traz ao Oeste baiano um conjunto de soluções para transformar a agricultura em uma atividade regenerativa (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2025).

A COP30 é a conferência responsável por implementar decisões e diretrizes pelos países no combate à mudança do clima, implementada pela ONU.

O secretário estadual da Agricultura, Pablo Barrozo, disse que "a agenda climática global está mais presente do que nunca, e mostra que é possível produzir com responsabilidade, pensando em um futuro sustentável" e que o estado pode ser pioneiro em "práticas sustentáveis e no incentivo à agricultura regenerativa" (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2025).

A respeito dos loteamentos, a resolução do Conselho Municipal de Meio Ambiente de LEM, estabeleceu o plantio obrigatório de pelo menos uma árvore nativa na frente de cada lote e uma taxa mínima de apenas 10% da área total do loteamento e

condomínio para ser destinada à área verde (Luís Eduardo Magalhães, 2015b, p. 2). Essa área verde pode ser na forma de praças, parques, áreas contínuas e descontínuas. Além da arborização, é necessário que essas áreas contenham equipamentos e mobiliários urbanos (iluminação, calçadas, ciclovias, lixeiras, bancos, áreas de esporte e lazer). A faixa de serviço das calçadas deverá abrigar árvores, floreiras, lixeiras, bancos etc. (Luís Eduardo Magalhães, 2015b, p. 3-5).

Áreas verdes

Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)
Edição livre/ elaboração autoral



PRAÇAS GESTÃO MUNICIPAL:

1 - PRAÇA DA BANDEIRA
2 - PRAÇA ROTATÓRIA
3 - PRAÇA MIMOSO II
4 - PRAÇA GERSON HOFFMAN
5 - PRAÇA DA IGREJA MATRIZ
6 - PRAÇA MONTEIRO
7 - PRAÇA DAS GOTINHAS
8 - PRAÇA DOS TRÊS PODERES
9 - PRAÇA ELENIR DA SILVA CHAGAS
10 - PRAÇA DA JUVENTUDE
11 - PRAÇA SOLAR DO BURITIS
12 - PRAÇA DO AVIÃO
13 - PRAÇA ALBANO LAUCK
14 - PRAÇA DA BÍBLIA
15 - PRAÇA LÉA CORDEIRO
16 - PRAÇA ALDO DE GRANDI

PRAÇAS GESTÃO PRIVADA:

A - PRAÇA SANTO ANTÔNIO - UNIVERSITÁRIO
B - PRAÇA SANTO ANTÔNIO - FLORAIS LÉA

SANTA CRUZ
ZPA - ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ZPM - ZONA DE PARQUE MUNICIPAL
PRAÇAS

Através dos dados apresentados, percebe-se que o cuidado ambiental local é regulamentado e discutido, ainda que muito recentemente. No entanto, aproximando-se do perímetro urbano e adentrando os bairros, é possível verificar que as informações e projeções não são colocadas em prática, a começar pelos parques municipais, que nunca foram implementados. Um exemplo é a Zona de Parque Municipal, para a implantação do Parque Rio das Pedras, próximo ao bairro Santa Cruz, que já é uma área de lazer usada pelos moradores próximos. No entanto, por falta de equipamentos, gestão e da instalação do parque, o local não pode ser frequentado apropriadamente, pois não tem suporte para ser um local de permanência/convivência. A Zona de Preservação Ambiental existente deveria ser como uma faixa de vegetação, seguindo o fluxo da drenagem pluvial, no entanto, é uma área negligenciada. Os canais de drenagem existentes, maioria inacabados e sem proteção, carecem de manutenção.



Canal drenagem - Santa Cruz

Google Earth® (Edição livre/ elaboração autoral)



ZPA - ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

PERCURSO DO CANAL DE DRENAGEM

0 300m

O Canal Santa Cruz, por exemplo, tem presença de sedimentos e resíduos sólidos, como lixo, entulho, mato e esgoto, o que inviabiliza o escoamento das águas da chuva e causa poluição. Além disso, as praças municipais encontram-se em situações precárias, sem manutenção e com pouca arborização, ou seja, não cumprem totalmente sua função de área verde. Já as praças públicas sob direção privada estão em boas condições e são o cenário contrário das praças sob a gestão pública. Diante dessa análise, é possível perceber que LEM precisa dar enfoque a implementação e manutenção de áreas verdes, promovendo sustentabilidade não somente em debates, mas também na prática. Espera-se que o incentivo para a produção de um futuro sustentável, seja foco dentro das suas áreas de produção agropecuária, bem como das áreas verdes da malha urbana visando ao bem-estar coletivo.

Usos do espaço

O processo de emancipação de LEM consolidou sua transformação de Mimoso do Oeste em um polo do agronegócio, oficializando as mudanças estruturais significativas. O crescimento demográfico ilustra essa transformação: em 2000, ano de sua emancipação, a população era de aproximadamente 18.740 habitantes; em 2010, era de 60.179 habitantes (Observatório de Informações Municipais, 2011); e, em 2022, de 107.909 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022c). Esse crescimento acelerado adensou o núcleo urbano e reconfigurou a paisagem local, aumentando as demandas por infraestrutura e serviços. Com a emancipação da cidade, a dinâmica das associações – AMA e AMMO – foi alterada, visto que as funções que antes desempenhavam (como limpeza urbana, distribuição de água e abertura de vias) passaram a ser exercidas pelo governo local. Juntamente a isso, os agentes imobiliários foram beneficiados com o aumento da

demanda habitacional e a valorização territorial que, segundo Rios (2014 *apud* Santos, 2021, p. 49), estavam ligados à atividade agrícola, o que evidencia a concentração das atividades econômicas nas mãos de um seleto grupo.

Os primeiros bairros que surgiram na cidade foram o Mimoso do Oeste, Santa Cruz e Jardim Paraíso, cada um com características socioeconômicas distintas, diretamente relacionadas com as suas respectivas organizações.

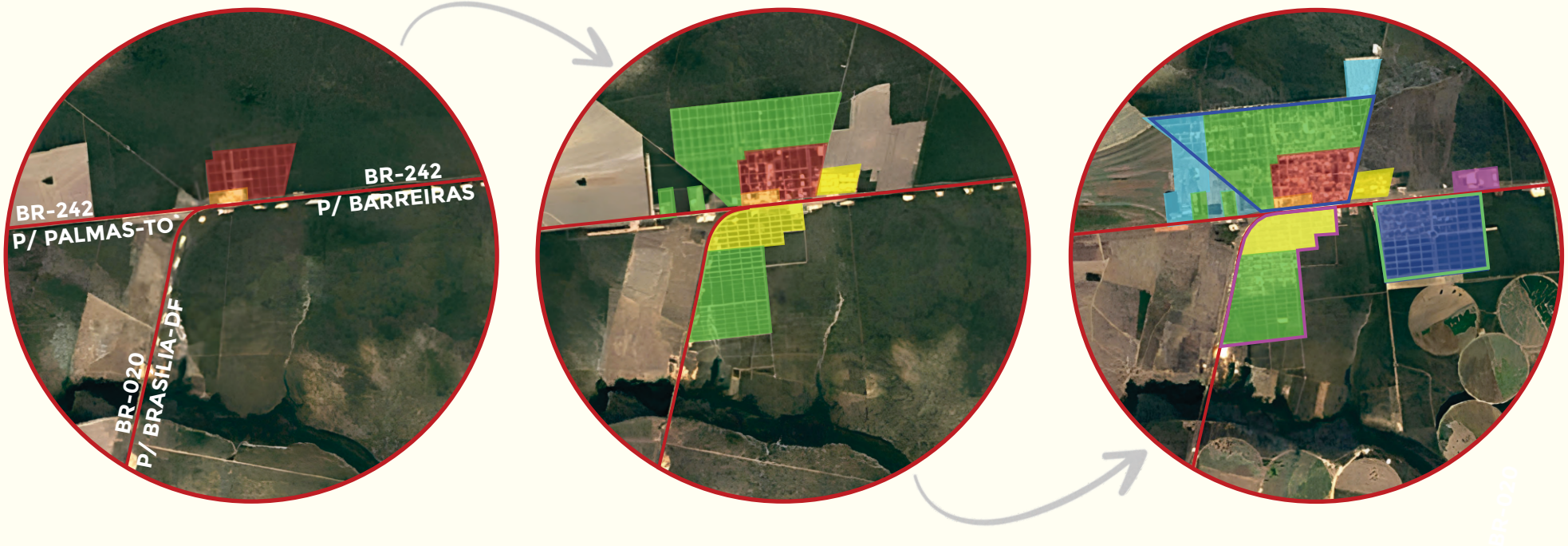
> Arnaldo Horácio Ferreira (Carig), Aroldo Cruz (Aracruz) e Jacob Lauck (Grupo Paraíso) foram os responsáveis diretos pela produção dos três bairros respectivamente. O primeiro como o centro de consumo; o segundo como bairro de baixa renda; e o terceiro, [como] o bairro nobre" (Rios, 2014 *apud* Santos, 2021, p.49).

Além desses, a Construtora Pedra do Sonho instalou-se na cidade, atuando na construção de condomínios horizontais, voltados às classes mais abastadas. Conforme Santos (2021, p. 50), Rios expressa que "a produção do espaço intraurbano da cidade é monopolizada pela elite, que tem o poder de escolher o local de moradia dos diferentes grupos sociais". Por conseguinte, o espaço urbano é controlado por novas e antigas imobiliárias, que formam loteamentos que reforçam a estratificação social. Esse controle faz com que o campo não desapareça, mas seja transformado para servir aos interesses urbanos, assim, consolidando o processo de que "tudo é urbano" na sociedade.

Através de imagens de satélite, é possível perceber como a paisagem urbana sofreu a ação do "capitaloceno" com a expansão da cidade fundada na economia do agronegócio. São notórios o desmatamento da vegetação nativa em detrimento da criação de loteamentos, que definem a malha urbana, e a instauração de fazendas baseadas na agricultura com sistemas de irrigação com pivôs.

Expansão urbana

Google Earth® (Edição livre/ elaboração autoral)



LEM é caracterizada por uma fragmentação espacial: ao norte da BR-242, no bairro Mimoso, instalaram-se os comércios; ao sul, no bairro Santa Cruz, localizou-se a força de trabalho; e no Jardim Paraíso, instalaram-se os produtores agrícolas (Rios, 2014; Alves, 2015 *apud* Santos, 2021, p. 52). A cidade não apresentava nenhuma característica física que pudesse direcionar a localização da elite. O fator determinante para tal localização foi, sobretudo, a oferta de infraestrutura que, desde o início, gerou valorização desigual no preço do solo urbano, promovendo a separação entre diferentes classes sociais (Rios, 2014 *apud* Santos, 2021, p. 52).

Diante dessa exposição sobre a formação da cidade e o seu ordenamento urbano, infere-se que é imprescindível apresentar o bairro Santa Cruz (baixa renda) e o Jardim Paraíso (elitizado) como estudo de caso, visto que os dois são resultantes da especulação imobiliária, atrelada ao fato de que "a desigualdade na distribuição de renda se reverbera no espaço urbano quando o categoriza por áreas nobres e pobres" (Mondardo, 2013 *apud* Balsani; Borges, 2017, p. 6).

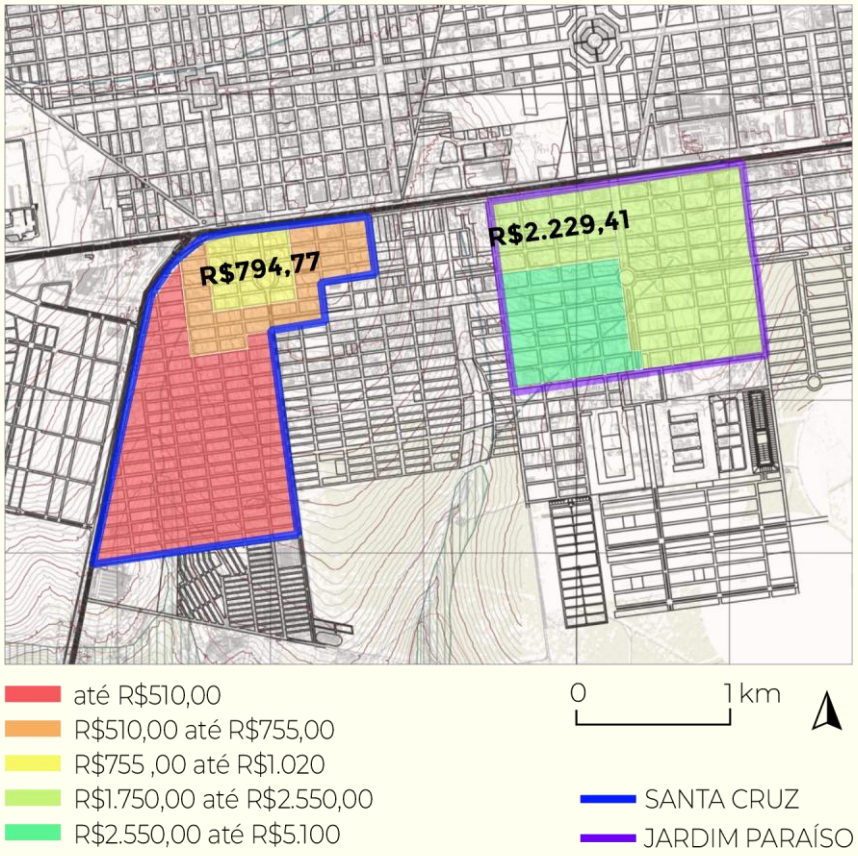
6. Santa Cruz x Jardim Paraíso

Como visto, LEM se consolidou através de um modo de produção, pautado em políticas que construíram a desigualdade socioespacial na cidade, propagada desde a formação dos bairros Santa Cruz e Jardim Paraíso.

Conforme os dados de renda média[9] por setores censitários, essa disparidade evidencia-se no perfil socioeconômico dos moradores. No bairro Santa Cruz, a maior média salarial mensal não passa de R$ 794,77; no Jardim Paraíso, em contraponto, a menor média salarial mensal é de R$ 2.229,41. Observando a distribuição na malha urbana, percebe-se que enquanto o Jardim Paraíso localiza-se entre os bairros com a maior faixa de renda média, o Santa Cruz localiza-se na faixa de menor renda média.

Renda média

Datapedia (Edição livre/ elaboração autoral)



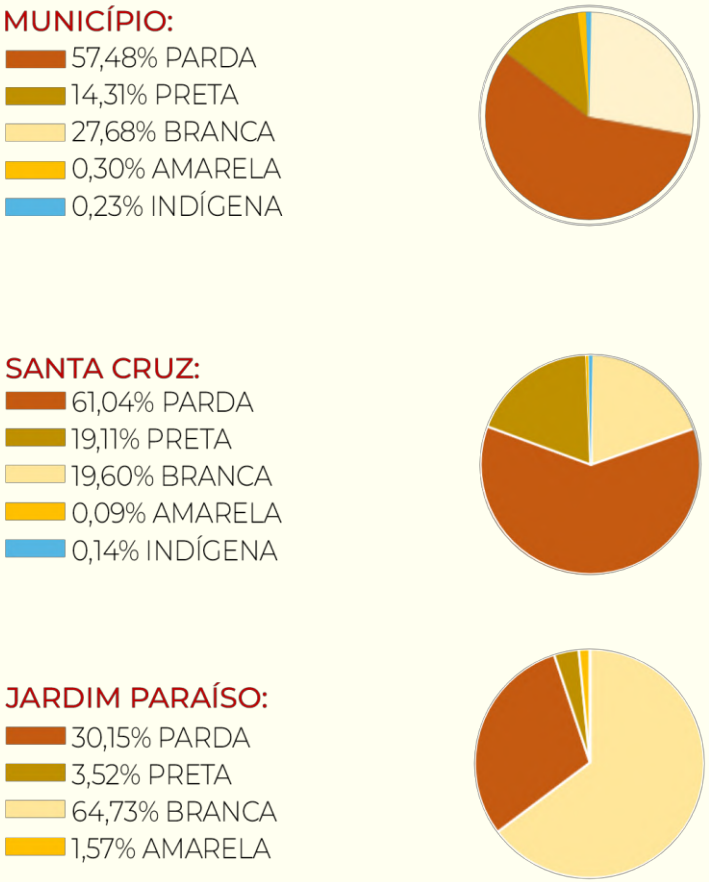
[9] Na falta de divulgação de dados mais atuais, utilizou-se como referência o indicativo de renda média dos setores censitários do Censo 2010 do IBGE (Atlas Brasil *apud* Datapedia, 2013).

Através da pesquisa direta realizada por Santos em 2020, com os moradores do bairro Santa Cruz, foi possível identificar que a mudança de renda de 2010 para 2020 foi insignificante. A autora defende que o perfil socioeconômico se manteve e que o bairro possui parte da população em situação de pobreza e vulnerabilidade (Santos 2021, p. 69).

Além disso, dados do último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022d) apontam que a população de LEM é predominantemente parda. Analisando gráficos de cor ou raça, nota-se que no Santa Cruz a maior parte da população é parda ou preta, enquanto no Jardim Paraíso a maioria é branca.

Cor ou raça

IBGE (Edição livre/ elaboração autoral)



O cálculo de porcentagem dos bairros foi feito pela autora com base nos dados indicados por setor pelo Censo 2022 do IBGE.

Para melhor compreender esses dois objetos – Santa Cruz e Jardim Paraíso –, adotou-se uma "postura antropológica", que está "intimamente ligada à maneira de se perguntar incansavelmente sobre a realidade que está na nossa frente e, por isso, o detalhe ganha significado. [...] o mesmo lugar pode ser interpretado, visto e sentido de maneiras outras, e que essas maneiras outras participam da construção desse lugar" (Biase 2012 *apud* Ojana, 2017, p. 7).

Aliada a essa postura, optou-se por adentrar os bairros a partir da observação participante através da deriva, a fim de falar da cidade a partir do usuário e não de uma perspectiva interpretada sobre uma prancheta (Vogel; Mello; Mollica, 2017, p. 100). Dessa forma, levou-se em consideração as experiências já tidas como moradora-transeunte na cidade, a fim de definir um ponto de partida.

A rua Ibitiba, no bairro Santa Cruz, foi escolhida para a prática da deriva por despertar curiosidade, pois, mesmo em momentos de passagem, foi possível perceber nela uma diversidade que transmite a sensação de um "organismo vivo". A deriva realizada foi feita sem regra, na tentativa de aproximação, para encontrar indícios, informações e qualquer coisa que o caminho pudesse oferecer. Segundo Magnani (2002, p. 18), a deriva é caracterizada como "de passagem", em que se percorre o espaço observando-se os equipamentos e os indivíduos, "deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz". O registro dessa deriva foi feito em um caderno de anotações, como uma nuvem de palavras, pois a intenção em campo era observar e absorver o máximo, sem desviar o olhar do ambiente para fazer o registro. Depois dessa exploração, a nuvem de palavras se transformou no relato a seguir.

Deriva I
Data: 8 fev. 2025 (sábado)
Início: Lotérica Lotobem
Regra: sem regra (campo “livre”)

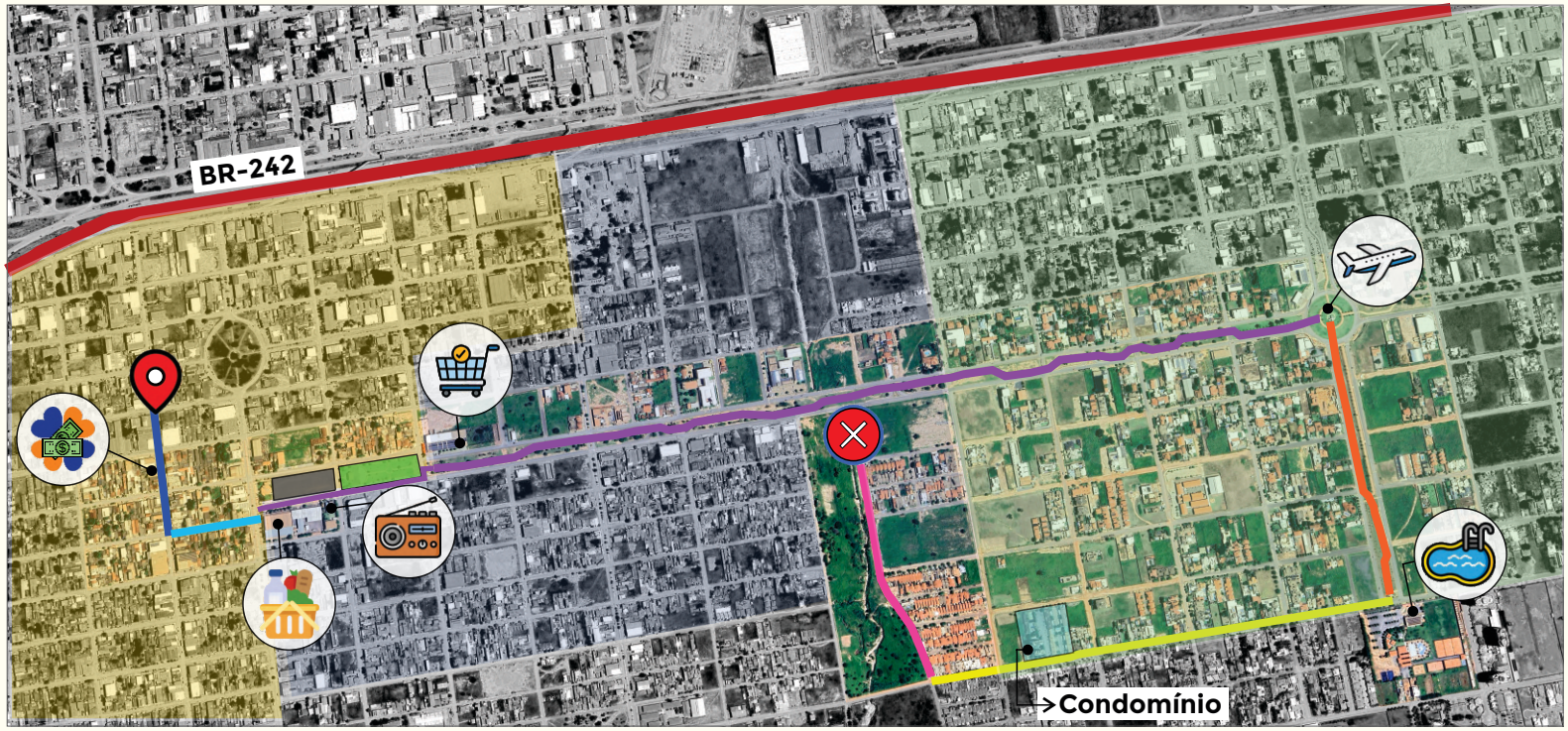
9h: Resolvi adentrar o bairro Santa Cruz por uma rua bem movimentada, a rua Ibitiba, a começar pela lotérica, congestionada por uma fila enorme de pessoas. Vejo uma pessoa escorada na parede com uma conta de energia na mão; os outros estão da mesma forma, mas não consigo ver o que estão segurando. Provavelmente, são boletos a serem pagos. Nenhuma árvore. Segui pela sombra das marquises das lojas na calçada, mas logo na próxima quadra tem árvores; decidi atravessar a rua. A movimentação é intensa, o comércio está fervendo, com entra e sai dos clientes nas lojas. Família chegando em casa. Farmácia, loja de roupas, brinquedos, joias, móveis, ótica, dentista, lanchonetes – praticamente um shopping[10] *na frente de casa ou embaixo dela. Pessoas circulam tranquilamente pelas calçadas. Tenho a impressão de que estão passeando. Algumas se concentram e jogam conversa fora. Se isso atrapalha a circulação, não se importam. As apressadas dividem a via com as motos e bicicletas e, às vezes, alguns carros. Conforme vou seguindo pelas calçadas, a trilha sonora muda, pois diversos estabelecimentos convidam seus clientes, com caixas de som na porta – uma toca piseiro, outra, forró. Sigo até o final da quadra, percebo que tudo é ocupado; se não por residências, por estabelecimento comercial ou pelos dois. Ao atravessar a rua, olho para os dois lados e vejo a fachada do galpão da feira, o Mercado Municipal. Resolvo seguir por ali; tem algumas árvores e o tempo está favorável e fresquinho. A feira só acontece aos domingos. Na rua tem alguns estabelecimentos abertos, mas a*

[10] Estabelecimento que oferece variados serviços no mesmo local.

movimentação de pessoas é menor se comparado ao ponto de partida. O estacionamento da feira não tem sequer uma árvore. Vou até a Praça da Bíblia e faço uma pausa para beber água. Tem a Rádio Cultura e um supermercado do outro lado. Na frente, uma faixa de pedestres e ciclistas é arborizada, então sigo esse caminho. Trata-se da avenida principal, paralela à BR-242, passando por três bairros: Santa Cruz, Florais Lea e Jardim Paraíso. Avanço um pouco e o cenário já muda drasticamente: muitos vazios, um silêncio. Me sinto sozinha. No bairro Jardim Paraíso, nenhum pedestre. Passaram alguns carros. Mais silêncio. Poucas casas, todas com muros. Lotes vazios, ninguém me observando. Me sentindo insegura, continuei o caminho. Cheguei no marco – Praça do Avião. Viro à direita e continuo o caminho na faixa do canteiro central da via. Mais lotes vazios. No fim do canteiro, um paredão – o muro do Clube Rio das Pedras. Viro à direita; a rua tem sombra de algumas árvores. Sigo caminhando. Poucos vazios, casas muradas, dois condomínios. Atravesso a rua. Casas geminadas, mais árvores. Chego no final da quadra. Na frente, uma área que deveria ser de preservação, mas na verdade é uma grande vala coberta de mato. Viro à direita. Rua sem asfalto, cheia de terra e muitos buracos. Me senti encurralada. De um lado, um matagal, do outro, o paredão de muros de contenção das casas. Segui até a avenida, um pouco desconfortável, com a sensação de insegurança. Cansada, notei que esse reconhecimento de área foi um desafio para a sedentária que sou. Então julguei necessário parar por ali. Eram 10h50.

Deriva I

Google Earth® (Edição livre/ elaboração autoral)



PARTIDA

LOTÉRICA

FEIRA MUNICIPAL

RÁDIO CULTURA

SUPERMERCADO

PRAÇA DO AVIÃO

CLUBE RIO DAS PEDRAS

CHEGADA

RUA IBITIBA
RUA GUANAMBI
AV. TRANCREDO NEVES
AV.PARAÍSO
RUA RUI BARBOSA
RUA 2 DE JULHO
ESTACIONAMENTO - FEIRA
PRAÇA DA BÍBLIA
SANTA CRUZ
FLORAIS LÉA
JARDIM PARAÍSO

Com o relato da Deriva I, é possível perceber que o bairro Santa Cruz se encaixa no perfil que Villaça (2007, *apud* Balsani; Borges, 2017, p. 7) chama de "subcentro", devido à quantidade de comércio informal e serviços voltados àquela população.

Segundo Alves (2006, p. 89), é nesse bairro que acontece a expressão da cultura nordestina da cidade, onde está a maioria dos migrantes nordestinos. A sua lógica de funcionamento é diferente; as pessoas circulam pelas ruas e vivenciam o espaço: são vizinhos sem pressa, conversas na porta de casa e as músicas nos bares. No entanto, devido aos seus índices de qualidade social baixos, detém problemas, como a prostituição infantil, disseminação de drogas ilícitas e violência (Balsani; Borges, 2017, p. 7).

Em contrapartida, o bairro Jardim Paraíso abriga a população burguesa e quase nenhum estabelecimento comercial, porque os moradores fazem o usufruto daqueles localizados no centro da cidade, devido a uma maior acessibilidade ou interesse mesmo. O bairro, considerado nobre, praticamente não tem vida pública nas ruas apáticas, como visto na Deriva I, o que é uma amostra do poder financeiro dos seus habitantes. Trata-se de um bairro "limpo" (leia-se *clean*) e organizado, que tem padrões construtivos determinados, com o predomínio de condomínios que desfavorecem a convivência social nas áreas públicas. Os grandes proprietários rurais, migrantes sulistas com dinheiro para aplicações, tiveram oportunidade de ascendência econômica e ocuparam o bairro, que recebe investimentos dos próprios moradores e da gestão pública.

Em *Quando a rua vira casa*, Vogel, Mello e Mollica (2017) fazem uma análise de apropriação do espaço coletivo para uso de lazer, comparando o bairro Catumbi com o conjunto habitacional Selva de Pedra, no Rio de Janeiro, diante da política de remoção de favelas que se instaurou na cidade no período de 1970-

1980. O Catumbi, exposto na obra, e guardadas as proporções entre o Rio de Janeiro e LEM, é similar ao Santa Cruz, visto que os dois possuem infraestrutura incompleta e precarizada, mas exemplificam a vitalidade caracterizada pela diversidade de uso e pela integração de comércios, residências e locais de trabalho, onde as ruas são espaços de convivência e se observa forte interação social entre os moradores. De maneira análoga, diante da "autossuficiência e variedade" do Catumbi, onde "a rua vira casa", no Santa Cruz, o bairro vira cidade.

Por outro lado, o conjunto Selva de Pedra, descrito na obra como um caso de controle, é, do mesmo modo que o Jardim Paraíso, definido pela ausência de diversidade, separação de funções e individualização. Nesses dois casos, o planejamento que particulariza e disciplina os espaços é visto também através dos condomínios, que possuem os princípios de racionalidade e funcionalidade, desconsiderando as dinâmicas sociais.

A relação estabelecida entre os bairros Jardim Paraíso e Santa Cruz é definida pelo contraste e desigualdade, uma vez que a valorização de um implicou diretamente na desqualificação do outro, respectivamente. Além da promoção de infraestrutura urbana, essa oposição é materializada através dos modos de se morar. O atual bairro Santa Cruz, justamente por ser formado por moradores predominantemente de baixa renda, possui a realidade marcada pela precariedade habitacional. Enquanto ele é o bairro com mais cortiços, amontoando as pessoas em ambientes possivelmente carentes de salubridade, o Jardim Paraíso tem um aglomerado de condomínios e de residências luxuosas.

7. “Cidade” Santa Cruz

O crescimento urbano acelerado e desordenado de LEM, resultou na degradação ambiental e no aumento das desigualdades socioespaciais da cidade. Segundo Silva (2010 *apud* Santos, 2021, p. 17-18), existem alguns fatores determinantes nesse processo, como a desorganização social, a carência de saneamento básico, a habitação, o desemprego, a modificação da paisagem natural e a poluição das águas e dos solos. Borelli (2007 *apud* Santos, 2021, p. 18) acredita que essa disparidade entre desenvolvimento econômico e expansão urbana sem planejamento adequado compromete a qualidade de vida da população.

O bairro Santa Cruz reflete essa realidade de transição de ambiente rural para a expansão industrial e populacional sem planejamento adequado, resultando em sérios problemas de infraestrutura urbana. Criado entre 1985 e 1986, o bairro foi concebido como periférico. Oliveira (2012 *apud* Santos, 2021, p. 52) destaca que o setor imobiliário e a elite local delinearam um modelo de ocupação que não priorizou a qualidade de vida dos moradores, visto que a loteadora do Santa Cruz, ARACRUZ, limitou-se à demarcação dos lotes e não ofereceu o mínimo de serviços básicos, enquanto a loteadora do Mimoso do Oeste, CARIG, aplicou recursos em infraestrutura, com a finalidade de atrair os produtores agrícolas para aí residirem. Essa discrepância influenciou diretamente no valor dos terrenos e, consequentemente, no perfil socioeconômico da população residente.

Diante disso, os migrantes nordestinos, majoritariamente de baixa renda, com pouca ou quase nenhuma qualificação profissional, adquiriram os pequenos lotes no Santa Cruz e os subdividiram entre os familiares para a construção de suas moradias, o que acarretou no alto adensamento populacional, com moradias precárias. Pequeno e Elias (2015, p. 26) relatam que a prefeitura municipal doou cerca de 1.000 lotes do bairro na década de 2000, na tentativa de ordenar o crescimento do bairro, no entanto, o resultado foi a permanência das condições insalubres

sem infraestrutura urbana adequada e a construção de moradias sem assistência técnica.

Além disso, o bairro enfrentou altos índices de violência, diante das condições de vulnerabilidade social, contendo

> uma parcela significativa de trabalhadores rurais desempregados e trabalhadores que exercem atividades de uma economia submergida, que, por ser tão desigual e violento, foi batizado pelos seus moradores de Iraque (Santos, 2008 *apud* Santos, 2021, p. 54).

Pereira (2015, p. 19) traz à luz os relatos do diário-livro *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, com o propósito de problematizar a cidade, especificamente a favela do Canindé dos anos 1950, em São Paulo. Ela aponta que a disputa territorial envolvida na questão fundiária é acirrada pela desigualdade social, que é fortalecida por discursos que fazem criminalização da pobreza.

O bairro Santa Cruz ficou marcado pelo estigma de "perigoso", sendo visto como uma periferia. Segundo Pereira (2015, p. 29), os discursos sobre a cidade definem-na como "lugar de objeto e poucas vezes considerado enquanto lócus da produção de conhecimento". Assim, torna-se indispensável "escutar as letras dos *raps*, apreender as mensagens dos grafites e conversar com aqueles que habitam nas ruas das grandes cidades (Ribeiro, 2005, p. 420 *apud* Pereira, 2015, p. 32).

> [...] / Os "**cana**" quer investigar / Como que os menor do Santa / Tem Nike e **grana** pra contar? / [...] / Sou cria do Santa fí / Cresci forte / Que isso é território / Pra **animal** de grande porte / [...]
>
> (Biel Mad, Rixau, Wlx Mad e Yoda, Santa Hit Part 2, 2021, grifos meus)

> [...] Minha terra é santa / **Sangrada** a doses de Santo Graal / Se no lixão nasce flor / Nós somos cocada de sal / Hoje a terra é santa / Mas um dia foi **Iraque** / [...] / Piscinas cheias de **rato / E porcos** na comunidade / [...] / Eu cruzei o Santa

> todo com medo dos **robocop** / Andando pela calçada, mesmo sem dever nada / Minha cyt tá tendo um **surto**, / Síndrome **Rafael Braga**
>
> (Biel Mad, Rixau, Lyall, Doon e Yoda, Santa Hit Part 3, 2022, grifos meus)

Santa Hit Part 2 e Santa Hit Part 3 são *raps* de moradores do bairro Santa Cruz, produzidas pela gravadora independente local How I See, que tem mostrado força na cena autoral do Oeste baiano. Nos versos apresentados, nota-se que o bairro é resultado do sacrifício e luta dos moradores, que são símbolos de resistência, diante das dificuldades e negligências que tiveram que enfrentar. Em específico, as letras marcam a atuação de autoridades opressoras, fazendo analogia ao caso do Rafael Braga, que foi condenado injustamente por porte ilegal de artefato incendiário. O caso foi simbolizado pois reflete o processo sócio-histórico de exclusão, que Souza (2018, *apud* Almeida, 2021, p. 2) denomina "subcidadania", ideia que perpetua a desigualdade dos subcidadãos: moradores de favelas, sem-teto, sem-terra. Além disso, o caso expõe o funcionamento da seletividade penal e do racismo institucional no Brasil (Almeida, 2021, p. 2).

Tudo isso mostra que a criminalização do Santa Cruz está associada à estigmatização, à violência policial e à exclusão social, desconsiderando a complexidade das dinâmicas que levaram à precarização do bairro e à situação cultural, espacial e social dos moradores, que são afetados pela ausência de serviços básicos, oportunidades de emprego e direito à moradia.

Segundo Dantas (*apud* Pereira, 2015, p. 68), *Quarto de despejo* "não é um livro de ontem, é de hoje [...] os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando". Nesse diário sobre seu dia a dia na favela, Carolina expõe que ouviu falar que São Paulo era a cidade onde até os pobres poderiam trabalhar e,

agarrada a isso como esperança, ela se mudou, no final da década de 1930, para essa que era então a segunda maior cidade brasileira; entretanto, viu que isso não era a realidade, visto que morava na favela, em situação de vulnerabilidade social.

Essa é uma característica que se repete em muitas cidades, mesmo mais contemporaneamente, como aconteceu em LEM, que recebeu migrantes em busca de emprego e hoje são marginalizados. O cenário da realidade de Carolina era o governo de Juscelino Kubistchek (JK) que, na época, tinha o discurso desenvolvimentista e o Plano de Metas "50 anos de progresso em 5", cujo objetivo era promover a modernização do país, com metas baseadas em energia, transporte, alimentação e indústria (Brasil, 1958, p. 9), onde a questão habitacional, entretanto, não foi levada em consideração.

Anos depois, LEM apresentou metas traçadas de maneira similar, com o "Plano LEM 50", cuja "finalidade é promover a transformação social, física e administrativa do município de Luís Eduardo Magalhães, tornando-o um modelo para a Região Oeste do estado da Bahia até o ano do seu cinquentenário" (Luís Eduardo Magalhães, 2017, p. 3). O plano, instituído pela Lei Complementar nº 791, de 2 de junho de 2017, é usado como âncora para anunciar o munícipio como a capital do agronegócio e do progresso. No entanto, diferente do "50 anos em 5" de JK, o "Plano LEM 50" estabelece, dentre suas metas, a questão habitacional, com implementação de programas de regularização fundiária e a construção de habitações de interesse social.

Todavia, o desenvolvimento em função do agronegócio em LEM é uma situação análoga à ideia de Carolina:

> Quando estou na cidade, tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos [*sic*], almofadas de sitim [*sic*]. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p. 31).

Pode-se dizer que, em LEM, as margens da BR-242 são a sala de estar, que funcionam como vitrines para os olhos dos transeuntes, uma vez que são favorecidas com investimentos, enquanto a periferia, como a ZEIS onde se localiza o bairro Santa Cruz, cada vez mais distante dessa sala e dos seus adornos e conforto, é direcionada para os fundos, para o "quarto de despejo".

Conforme aponta Maricato (1997 *apud* Becceneri; Alvez; Vazquez, 2019, p. 140), a habitação é uma mercadoria de produção e distribuição complexa, cujo alto custo é resultado da valorização das áreas mais privilegiadas. Esse custo elevado torna o acesso à moradia inviável para os desfavorecidos financeiramente, ou seja, a propriedade de terra reforça a exclusão social e é um instrumento de poder das classes dominantes.

Segundo Caldeira (1984 *apud* Souza, Pinto, Fiúza, 2016, p. 50), a periferia não é definida apenas pela localização distante dos centros urbanos, mas também pela fragilidade de recursos, sendo assim, tratam-se de áreas em situação de vulnerabilidade. Assim, moradias precárias e áreas abandonadas, deficientes em infraestrutura, prevalecem nesses espaços, onde reside a população mais pobre. Para Ilario (2011 *apud* Queiroz, 2012, p. 38), em LEM, a pobreza que se estabelece é um problema estrutural, não somente no bairro Santa Cruz, mas em diversos municípios da região.

Entretanto, esse discurso em que a periferia é associada à escassez e à carência ignora a complexidade e a dinâmica social desse espaço, construído mais pelo acúmulo do que pela falta. Para Silva (2003, *apud* Pereira, 2015, p. 33), "a representação dos espaços populares pela ausência, perpetua um conjunto de preconceitos e estereótipos a respeito dos setores populares, que terminam por conduzir políticas públicas a eles destinados".

8. Os cortiços do agro

Na metade do século XIX, com a consolidação da propriedade privada da terra (Lei nº 601, de 1850), a abolição da escravatura (Lei nº 3.353, de 1888, conhecida como Lei Áurea) e o deslocamento inicial de trabalhadores rurais para os centros urbanos, o Brasil passou a apresentar déficit habitacional e precariedade das moradias, devido à ausência de políticas públicas.

O clássico livro *O cortiço*" (1890), de Aluísio Azevedo, denunciou essa realidade, expondo as condições precárias de moradia no Rio de Janeiro, maior cidade brasileira à época e então capital do país, devido à exploração econômica e a marginalização habitacional. Foi somente em 1988 que o Brasil estabeleceu, através da Constituição Federal vigente, a igualdade como direito fundamental, garantindo a inviolabilidade à vida, à liberdade e à propriedade (Brasil, 1988, p. 2). No entanto, mesmo com esses avanços legais, a desigualdade social e habitacional persiste, devido às falhas na efetivação das políticas públicas.

Segundo o dicionário brasileiro Michaelis (Cortiço, [2025]), a palavra "cortiço" significa uma caixa feita de cortiça, tecido vegetal que forma a casca de uma árvore. Essa caixa é utilizada por apicultores com a finalidade de abrigar colmeias, com centenas de abelhas. De maneira similar, diferentes fontes bibliográficas convergem para outra definição comum e atual da palavra, seja Jacobs (1961), Bonduki (1994), Roldan (2012 *apud* Muniz, 2022) e até mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

> [Cortiços] são habitações coletivas com grande concentração de pessoas que vivem em situação de pobreza. [...] Em sua maioria, são moradias de um único cômodo, desprovidas de higiene, ventilação, iluminação e privacidade" (Luciani, 2018, p. 35).

De acordo com Santos, Lacerda, Werneck e Ribeiro (2018, p. 28), esse significado adentrou no Brasil exatamente com *O cortiço*, num contexto em que o pano de fundo do país era a lenta abolição da escravatura, desprovida de políticas de integração. Naquele momento, os ex-escravizados encontravam-se às margens da sociedade, sem trabalho e moradia digna; por isso, como alternativa de sobrevivência, surgiram essas habitações baratas para pessoas de baixa renda, feitas de um cômodo ou de um conjunto de pequenas casinhas em um mesmo terreno.

Terminologias da palavra cortiço*			
Referência	**Termos**	**Definição**	**Tipologia**
Aluísio Azevedo (1998 [1890]) – Rio de Janeiro	Cortiço; Estalagem;	Moradia nos fundos de um comércio, grande **concentração** de pessoas e pequenas casas com **falta** de ventilação e iluminação, **uso coletivo** de pontos hidrossanitários; situação de insalubridade.	Casinhas uma após outra formando um grande quadrilongo, numa espécie de pátio (p. 24).
Jacobs (2011 [1961]) – Estados Unidos	Cortiços	São círculos viciosos, moradias com **superlotação**, ocupadas por pessoas com menos opções, forçadas a amontoar-se devido à pobreza e à discriminação.	• Planejado: número de pessoas por domicílio é controlado, cortiço emparedado – conjuntos habitacionais de baixa renda; • Espontâneo: superlotação permanente.
Bonduki (1994) – São Paulo	Cortiços; Habitações operárias;	**Concentração** de trabalhadores e **uso comum dos serviços sanitários**, muitas vezes somados à **falta** de condições de saneamento e de redes de água e esgoto (p. 41).	• Hotel-cortiço (onde operários se aglomeram à noite para dormir); • Casa de cômodo (prédios de sobrado convertido em cortiço); • Cortiços Improvisados (fundo de terreno/venda; • Cortiço-pátio (corredor estreito para um pátio com pequenas casas enfileiradas). (p. 25-26)
Roldan (2012 *apud* Muniz 2022) – São Paulo	Casas miseráveis; Cortiços	Caracterizado pela **alta densidade**, dimensões insuficientes dos cômodos e **deficiências** de iluminação, ventilação e insolação. Casebre adensado onde famílias **dividem áreas molhadas**, ocupado por população muito pobre. (p. 13)	• Subcasebre (insatisfatória em todos os aspectos); • Casebre (pode ter elementos satisfatórios); • Semicasebre (não pode ser melhorada).
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) – Brasil	Habitação em casa de cômodos; Cortiço	Habitação com **uso comum de instalações** hidráulica e sanitária com outras moradias e utilização do mesmo ambiente para diversas funções. Geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação. (p. 12)	Grupo de várias habitações em lote urbano ou subdivisões de habitações de uma mesma edificação.

*Grifos meus.

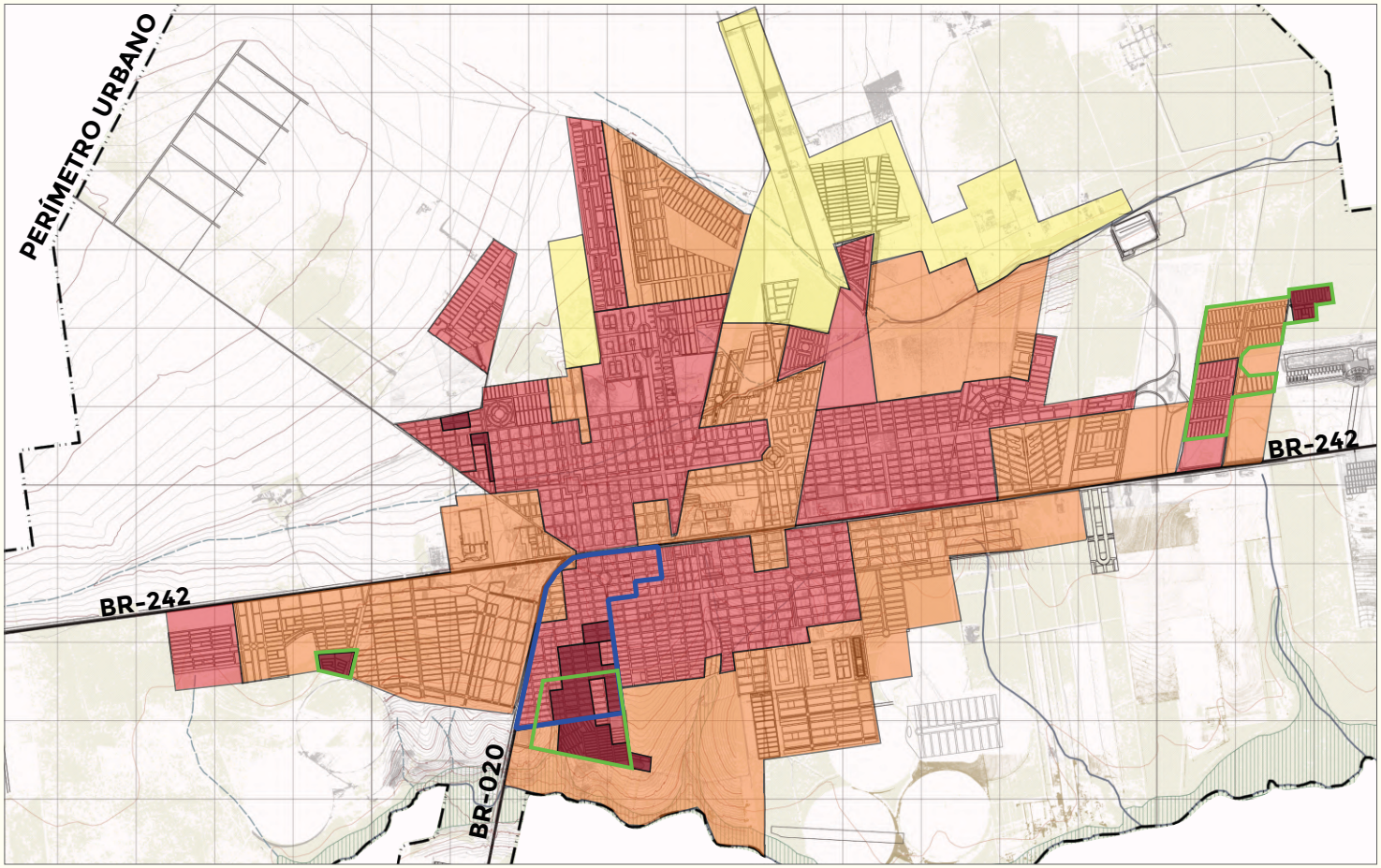
Ao longo dos anos, é possível perceber que o termo recebeu “diversas terminologias em função da variedade de tipologias, de soluções arquitetônicas e de dinâmicas de estigmatização social” (Muniz, 2022, p. 3), carregando conotação depreciativa, principalmente ligada à insalubridade em termos de habitabilidade. Isso se deu ao fato de que, na política higienista, no final do século XIX e início do século XX, “a habitação poderia afetar a saúde física em face de sua possível relação com a transmissão de doenças” (Muniz, 2022, p. 9).

Mesmo diante de cenários/realidades diferentes, o termo “cortiço” refere-se a uma forma de moradia, associada a um espaço que tem concentração de pessoas e uso comum das instalações, podendo estar em situação precária ou não. Temporalmente, o ponto comum que se mantém é o público: a classe de operários ou de trabalhadores de baixa renda que ocupam esses espaços.

Conforme Polcri (2024), o Censo 2022 do IBGE aponta que LEM é a segunda maior cidade no país que possui contingente de pessoas vivendo em cortiços. A taxa é de 2,8% da população, número que corresponde a cerca de 3.000 do total de 107.909 habitantes. Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a) também demonstrou que em LEM as áreas de maior densidade demográfica e de quantidade de cortiços estão localizadas em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Densidade demográfica

IBGE (Edição livre/ elaboração autoral)



HABITANTES POR KM²:

- 10 a 100
- até 1.000
- até 10.000
- até 20.000

- SANTA CRUZ
- ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

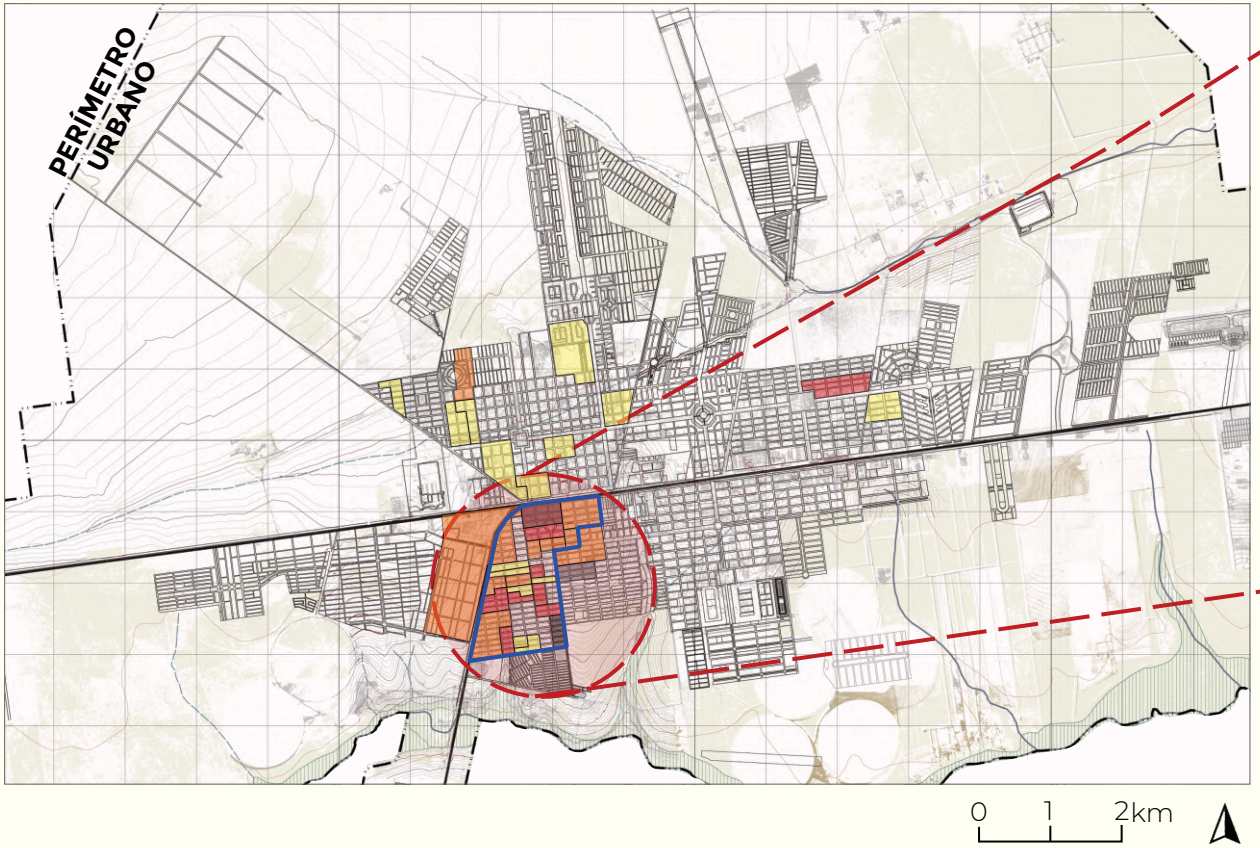
Acredita-se que isso se dá em virtude de essas áreas apresentarem um menor custo de vida, principalmente no que se refere ao preço dos aluguéis, com moradias "direcionadas" a pessoas de baixa renda. Dessa forma, essas áreas acabam sendo o destino de migrantes nordestinos, inebriados pela promessa de prosperidade do agronegócio, que ficam reféns do desemprego, devido à falta de oportunidades e/ou por não terem qualificação para manipular as tecnologias usadas no campo.

Além desses dados, existe a documentação da precariedade habitacional feita pelo próprio município, mesmo que de forma superficial. As ZEIS foram estabelecidas somente em 2017, com o PDDS, e indicam que elas têm "incidência de assentamentos em condições subnormais, relacionadas para priorização de projetos e programas de requalificação urbanística e habitacional" (Luís Eduardo Magalhães, 2017, p. 28).

Nesse sentido, este trabalho primou por analisar com mais acuidade o bairro Santa Cruz, em específico os dois setores com maior quantidade de cortiços e de densidade demográfica, que estão localizados em ZEIS dentro do bairro, a fim de entender sua situação habitacional, uma vez que "é na construção dos espaços residenciais [...] que se perceberá a forma mais predatória com que a expansão da urbanização tem se dado" (Pequeno; Elias, 2010 *apud* Elias, 2013, p. 218).

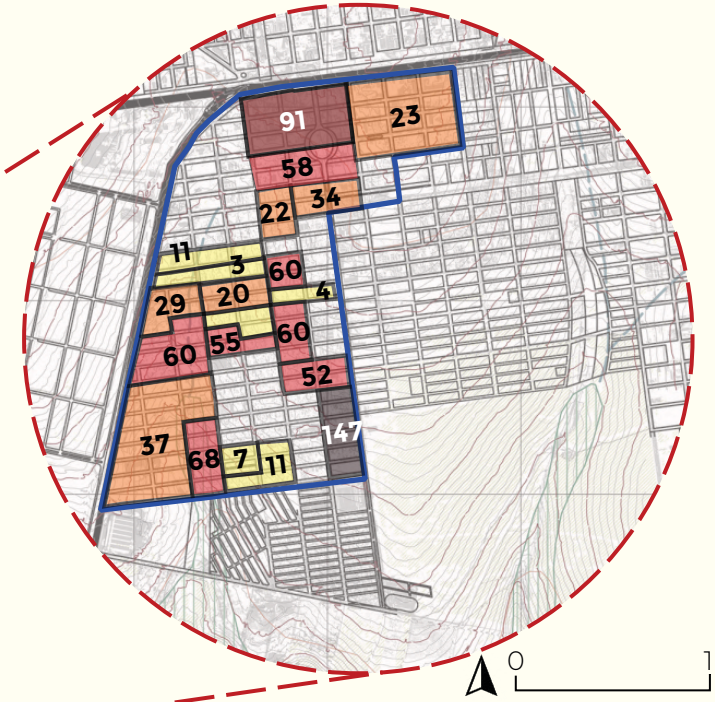
Cortiços

IBGE (Edição livre/ elaboração autoral)



Cortiços - Santa Cruz

IBGE (Edição livre/ elaboração autoral)



CORTIÇOS:

- 1 a 19
- 20 a 40
- 41 a 69
- 70 a 100
- 101 a 150
- SANTA CRUZ

9. Os cortiços do Santa Cruz

Como visto na Deriva I, o bairro Santa Cruz tem movimento intenso e as pessoas se apropriam das ruas fazendo uso do espaço público. No entanto, isso foi referente a uma área localizada em Zona de Comércio e Serviço e próxima a BR-242 que corta a cidade. Já as Derivas II e III, foram feitas em locais distantes da rodovia, localizados em ZEIS, que aqui coincidem com dois setores censitários. Esses setores foram definidos pelo IBGE para apurar os dados do Censo 2022, a partir de critérios como área, número de domicílios e as características da população local, levando em consideração os fatores de densidade de edificações e tipologias como área urbana ou rural. Os registros dessas derivas estão postos nos relatos a seguir.

Deriva II
Data: 3 mar. 2025 (segunda-feira)
Início: borracharia – Rua Ibitiba
Regra: encontrar o limite imaginário do Setor Censitário A

16h – Com o interesse na parte mais distante das margens da BR-242, no bairro Santa Cruz, comecei o percurso por uma borracharia que fica no encontro entre as ruas Ibitiba e Cafarnaum, que marcam o traçado de um setor do Censo 2022 do IBGE que apontou grande densidade demográfica e presença de cortiços. As características da rua Ibitiba se mantêm, com a mistura de casas e comércios e com o fluxo constante de pessoas, deixando o percurso tranquilo, com a sensação de segurança. Lojas, bicicletaria, algumas árvores e calçadas desniveladas. Alguns estabelecimentos são em dois pisos – salas comerciais embaixo e apartamentos em cima. Atravessei a rua. Na frente, um lote vazio, usado como depósito de uma loja de materiais de

construção, com blocos, areia e brita. A maioria das edificações são coladas na calçada e nas duas laterais vizinhas; acredito que seja para ocupar o máximo possível do lote e, se existe algum recuo, deve ficar nos fundos. O padrão construtivo é semelhante entre as edificações: o pé-direito é baixo, a fachada é marcada por um telhado de duas águas, uma janela e uma porta. Notei que quanto mais aumentou minha distância em relação à BR-242, percebi a provável diferença de renda dos moradores, pois os níveis de acabamento das residências mudaram. No começo do trajeto, o predomínio é de paredes com revestimentos e/ou com pintura; apenas algumas estão com reboco ou somente no tijolo. Grande parte das portas são de gradil, me permitindo uma permeabilidade visual, mesmo que mínima. Mas sou observada, afinal, estar com boné, óculos escuros, mochila nas costas e caderno na mão não caracterizam uma indumentária costumeira aos moradores. Encontrei um estabelecimento fechado, entulho e mato na calçada. Na entrada de uma casa, um ***varal de roupas*** *é improvisado. Em outra, a parede é marcada pela pintura da palavra "Pizza", seguido de um número de telefone. Depois de algumas casas, uma lanchonete e uma sorveteria. No percurso, algumas pessoas fizeram da calçada a sala de estar, com mesas e cadeiras; ficam sentadas, conversando, e vez ou outra assistem à movimentação na rua. Um lote de esquina é peculiar; não tem edificação, mas é fechado por cerca feita com lonas e ripas de madeira, e lá dentro tem plantação de alguma coisa – mandioca ou mamão, não consegui identificar. Na frente, um terreno com duas traves configura um campo de futebol, onde um grupo de jovens estava jogando bola. A paisagem de fundo é o muro do Estádio Coronel Aroldo. Virei à esquerda na rua Seabra. Edificações sem acabamento, outras com pintura. Outro lote de esquina, cercado com portas enferrujadas e ripas. Virei à esquerda – Av. Ayrton Senna. A cerca parece delimitar o quintal da casa que*

fica ao lado. Na porta, uma senhora sentada me observa com desinteresse. Continuei caminhando. Entre as casas, são distribuídos alguns bares e distribuidoras. Virei à esquerda – rua Cafarnaum. Encontrei pessoas na porta de suas casas, uma oficina de moto e, do outro lado, um mercadinho. Enfim, cheguei à borracharia do ponto de partida – 16h30.

Post Scriptum:
Segui reto até a rua Ilhéus, por cerca de 10 minutos, para fazer o reconhecimento do próximo setor censitário que será analisado.

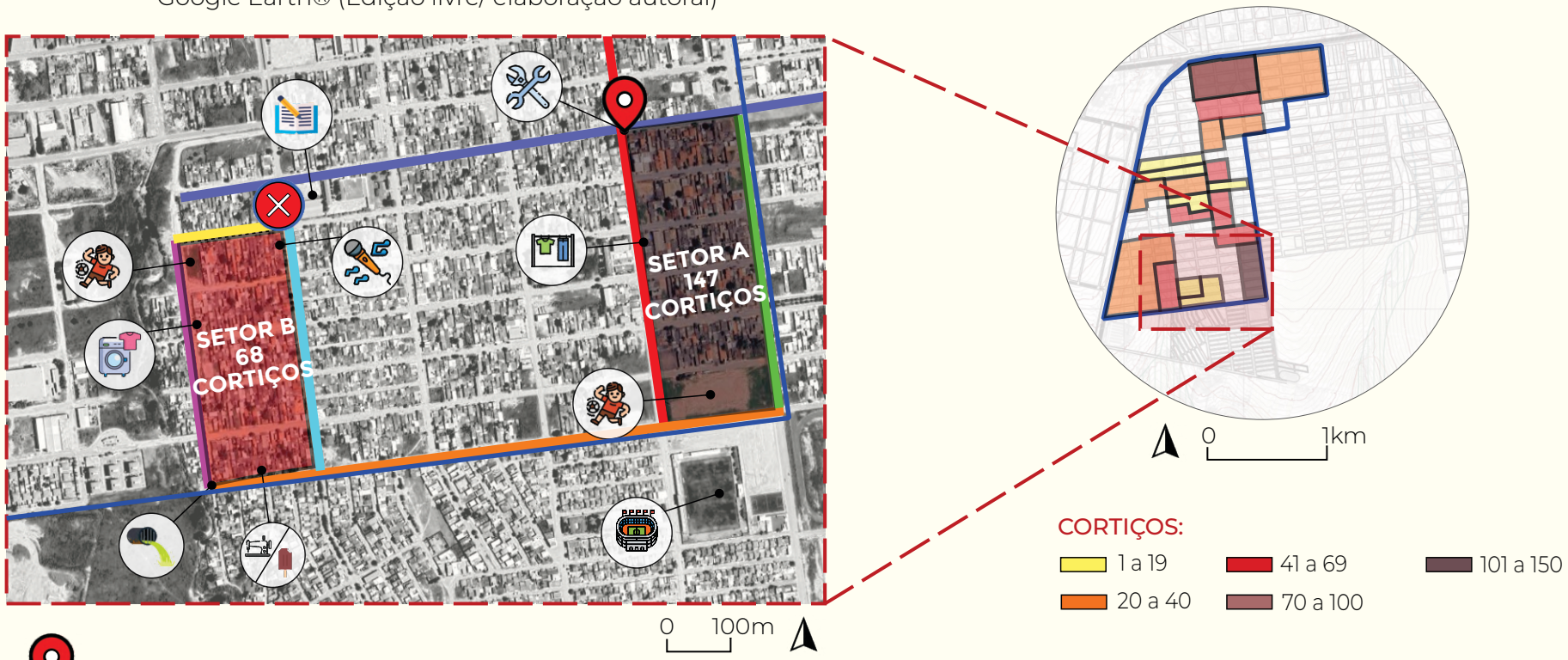
Deriva III
Data: 3 mar. 2025 (segunda-feira)
Início: Escola Municipal Aldori Luiz Tolazzi – Rua Ilhéus
Regra: encontrar o limite imaginário do Setor Censitário B

16h40 – Caminhei pelo fundo da Escola Municipal Aldori Luiz Tolazzi, no encontro entre as ruas Ilhéus e Jacobina. No lado oposto, na calçada, pessoas reunidas com caixa de som e microfone faziam um karaokê. Pelo caminho, mais pessoas se apropriaram das calçadas, com cadeiras de plástico, então fui beirando pelo meio fio. Alguns estabelecimentos comerciais se misturam às casas, como bares e salões de beleza. Notei que as ruas perpendiculares à direita não são pavimentadas e que o asfalto da rua Ilhéus tem muitos buracos, é coberto de terra e parece que alguns pedaços se desfizeram dele, provavelmente pelas chuvas. Numa esquina, duas bocas de lobo colocadas na calçada e, logo atrás, duas manilhas de concreto descansam; sinal de um serviço inacabado.

As calçadas estão cheias de mato. Na rua tem lixo espalhado e não vejo sinal de que acontece limpeza urbana por aqui. O uso do solo é semelhante ao do setor A, com a maioria das casas construídas no limite da calçada, sem recuo frontal ou laterais. Algumas possuem muros de meia parede com grades, outras com uma porta e uma janela. Um terreno é cercado por paletes e algumas chapas de ferro. Mais à frente, a rua tem entulho e lixo espalhado. Virei à direita – rua Seabra. Esta tem asfalto, mas nas mesmas condições da rua Ilhéus. As calçadas têm pavimentação, mas são desniveladas. Vi lixo, esgoto e uma casa com duas plaquinhas, escritas à mão, no portão: "Conseta roupa custureira" e "Vende-se geladilho". Muitas casas sem acabamento. Não notei em que ponto acabou o asfalto, mas não se tem resquício dele. No final da rua, o canal que deveria ser para drenagem, está cheio de mato, lixo, e o esgoto da rua escorre até ali. Virei à direita – rua Ibotirama, estreita, sem pavimentação, cheia de buracos. Em algumas casas, notei o cuidado dos moradores: as paredes sem acabamento contrastam com o verde de diversas plantas em baldes decorando as fachadas. Em outras, patologias são notórias, como problemas de umidade e algumas rachaduras. Andei um pouco mais e vi que, pela falta de espaço, moradores fizeram a ***calçada de área de serviço*** *– um tanque fixado na parede e um varal com roupas. Em um terreno vazio, encontrei crianças brincando e outras jogando bola. Virei à direita, na rua Jacobina, que é bem arborizada, se comparada com as ruas outras do percurso. As casas possuem acabamentos e as pessoas estavam conversando, sentadas na calçada. Prossegui até chegar novamente no fundo da escola – 17h30.*

Derivas II e III

Google Earth® (Edição livre/ elaboração autoral)



As duas últimas derivas foram realizadas com dois questionamentos em mente: “Onde está o agronegócio no bairro?” e “Qual a caracterização dos cortiços ali presentes?”. Diante da dinâmica apreendida, verifica-se que o agronegócio está relacionado à formação do bairro, visto que, conforme dito, ele foi fator determinante na distribuição e definição do espaço urbano e suas características em LEM. A feira municipal, que atende toda a cidade, é mantida pela agricultura familiar de pequenos produtores, haja visto que as grandes fazendas produzem milho, soja e algodão em larga escala para a exportação.

A ampla diversidade de atividades comerciais presente no bairro é caracterizada por Santos (2021, p. 56) em “consumo produtivo e consumo consumptivo”. Os estabelecimentos de consumo produtivo estão voltados, predominante, para a atividade agrícola, com lojas de máquinas oferecendo equipamentos e manutenção. Por outro lado, os estabelecimentos de consumo consumptivo, distribuídos de forma variada, são hotéis, restaurantes, concessionárias e lojas de autopeças que ficam nas proximidades da BR-242 e demais vias principais (Av. Ayrton Senna, Rua Xique-Xique e Rua Ibitiba). À medida que se adentra o bairro, nas partes mais distantes da rodovia, percebe-se a transformação na tipologia desses comércios. Estabelecimentos, como lojas de roupa, bares, farmácias, mercadinhos são de consumo consumptivo, que passam a atender às necessidades dos moradores locais. No entanto, quanto mais distante da BR-242, como os setores censitários percorridos nas Derivas II e III, mais essa oferta comercial é reduzida.

Os relatos das derivas realizadas evidenciam o que Santos (2021, p. 56) afirma sobre o Santa Cruz. Enquanto a porção sul do bairro, definida como Zona Especial de Interesse Social, apresenta precariedade dos serviços públicos, com ruas sem pavimentação, esgoto a céu aberto e ausência de iluminação pública,

as áreas mais próximas à BR-242, definida como Zona de Comércio e Serviços, contrastam com a primeira, apresentando melhores condições de infraestrutura, com pavimentação, iluminação, arborização e sistema de esgotamento sanitário consolidado. Essa disparidade reflete a desigualdade no fornecimento desses serviços essenciais dentro do bairro, que causam impactos diretamente na qualidade de vida dos moradores.

Diante disso, o adensamento populacional no bairro acontece nas áreas mais distantes da rodovia que, devido à precariedade de infraestrutura, têm menor custo. Em contrapartida, a força de trabalho local ocorre em grande parte dentro do próprio bairro, influenciada por fatores como escassez de oportunidades em outras regiões da cidade e dificuldades de deslocamento, resultado da precariedade do sistema de transporte público.

Conforme entrevistas realizadas com moradores do Santa Cruz por Santos (2021, p. 69), a oferta de serviços no bairro concentra-se em faxinas, auxilio de serviços gerais e mecânica. Além disso, há uma expressiva necessidade de trabalhadores sazonais em fazendas, para os serviços de mão de obra braçal, que não necessitam de operadores de máquinas. Essas demandas, juntamente à especulação imobiliária, que encarece os bairros centrais e viabiliza apenas bairros marginalizados para as pessoas de baixa renda, constituem, assim, a grande procura por moradias de aluguel no Santa Cruz, que sejam com menor custo e que não fiquem distante do trabalho.

Segundo a autora, um dos fatores que influenciaram a baixa renda dos moradores do bairro foi o nível de escolaridade, revelando que a maioria da população possuía, no máximo, o ensino médio completo, evidenciando a correlação entre a escolaridade, empregabilidade e renda (Santos, 2021, p. 69).

A aproximação feita através das derivas II e III mostra a existência das diferenças entre as casas situadas nas ruas que permitem o tráfego regular de veículos, como a rua Ibitiba, situada no setor A, e as casas localizadas nas áreas com menor infraestrutura, como a rua Ibotirama, no setor B, onde as condições habitacionais se deterioram. No entanto, em ambas as localidades, foi possível notar características comuns nas construções – espaços limitados, uso máximo dos lotes, falta de ventilação e iluminação.

Os fatos marcantes foram o varal para secar as roupas na porta de uma casa e a calçada com tanque, levando a entender que o possível quintal que se espera ter nos fundos, para ventilar e permitir a entrada de raios solares nos ambientes, não existe, o que pode acarretar em problemas sérios de saúde e higiene para os moradores, além da ausência de privacidade.

Essa interpretação é superficial, visto que só foi possível observar apenas as fachadas dessas habitações. No entanto, uma experiência particular será relatada a seguir, expressando as condições de uma outra moradia no Santa Cruz. Trata-se de um relato escrito enquanto este trabalho se fazia e que documenta memórias da infância da autora situadas na década de 2000.

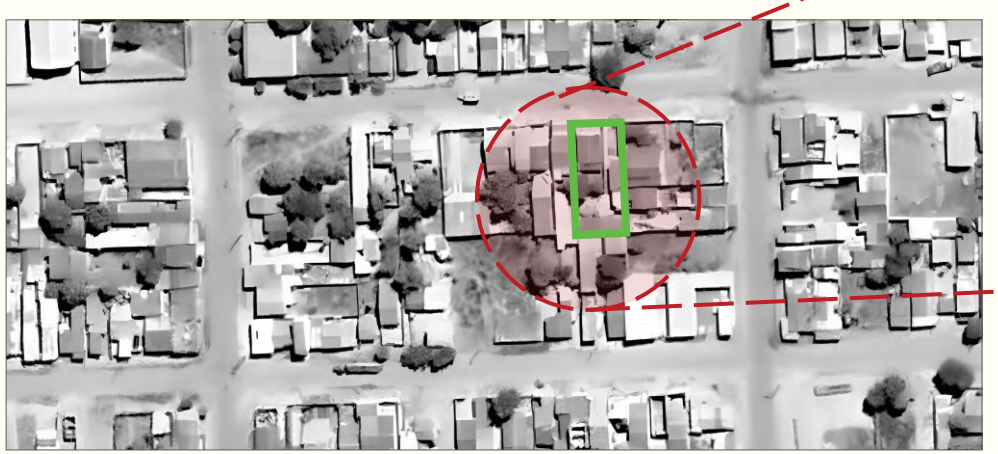
Os quartos de tia

Minha tia era proprietária de um terreno no Santa Cruz. Ela construiu uma casa na lateral, delimitou um espaço para o muro e alugou a edificação. No restante do terreno, ela plantava mandioca. Com o passar do tempo e o aumento da procura por moradia, essa plantação foi desfeita e deu lugar aos "quartos de aluguel". Inicialmente, foram edificadas quatro unidades de um cômodo, coladas no limite do fundo do terreno. Mas depois, no interior dessas unidades, levantaram uma parede no meio, na tentativa de separar a área comum (usada como sala/cozinha) da área íntima (o dormitório). As instalações hidráulica e sanitária eram coletivas; existiam dois tanques na área não coberta e um banheiro para todos. Uma casa era colada na outra; todas, cobertas por um telhado de água única, com pé-direito baixo e fachada com uma porta e uma janela. Era comum eu ir visitar minha prima, que morava com os pais em uma dessas unidades. Em família, o lugar era chamado de "os quartos de tia". As lembranças são da gente brincando de esconde-esconde e correndo ao redor do banheiro, que era essa "construção" à parte – e lugar de muitas quedas. Outra recordação é que, em uma dessas visitas, eu estava com uma amiga que, brincando, rasgou a blusa porque ficou enganchada na ponta do ferro que sustentava o tanque de cimento. Nós sempre ficávamos no quintal, pois o interior era muito pequeno e mal ventilado. As paredes tinham muitas infiltrações em época de chuva, por isso, eram cheias de mofo. Além disso, no quintal ficavam poças de água que, diante da rotina dos moradores, ficavam acumuladas, cheias de lodo. Era nesse quintal que ficavam estirados os varais secando as roupas. Posteriormente, para aproveitamento do lote, minha tia construiu mais três unidades; essas eram agora coladas na lateral e cada uma contava com banheiro individual. Depois disso, o restante do lote foi murado e nele colocaram um portão. Foi somente mais tarde

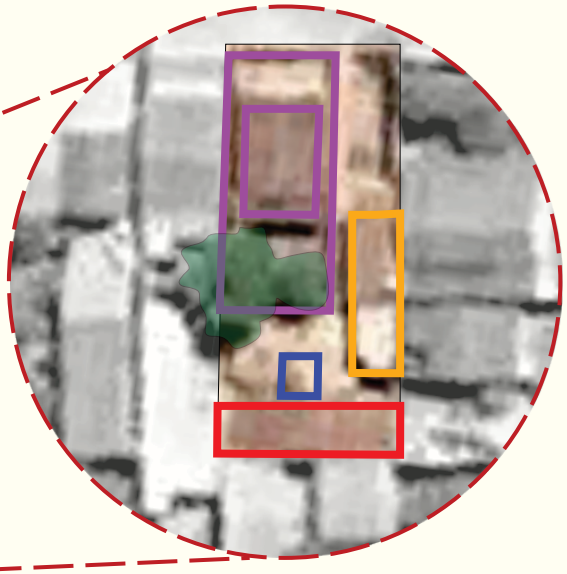
que o banheiro coletivo foi demolido, e as quatro unidades foram reformadas, transformando-se em duas unidades, com banheiros individuais, pé-direito mais alto e telhado embutido. Quem passava na rua, diante daquele muro, não teria como saber que ali dentro tinha esses aglomerados de moradias, visto que a ligação de água e de luz se davam por apenas um contador, distribuídos para todos. Logo depois, o restante do lote foi preenchido por outra edificação, com uma unidade no térreo e uma unidade no pavimento superior. Com a obra em curso, resolveram embutir o telhado das três unidades e "padronizar" o conjunto. Além disso, aproveitaram para separar as instalações de água e luz para cada moradia.

Os quartos de tia - 2007

Google Earth® (Edição livre/ elaboração autoral)



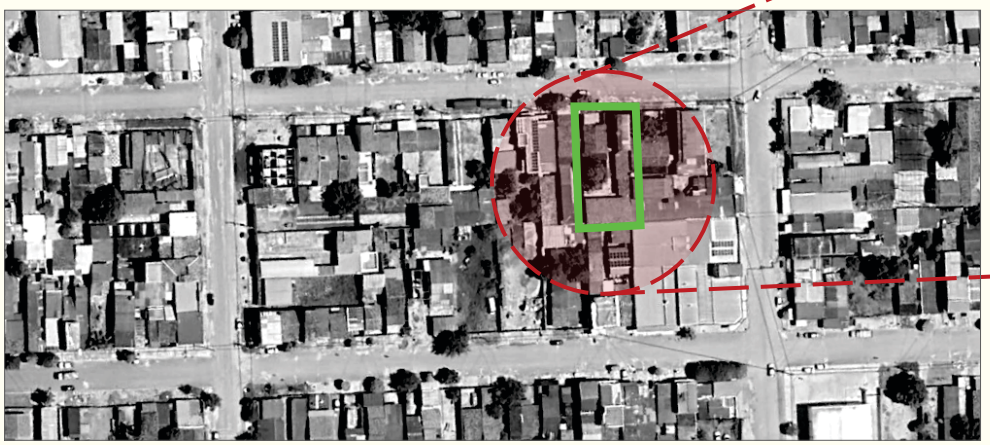
QUARTOS DE TIA



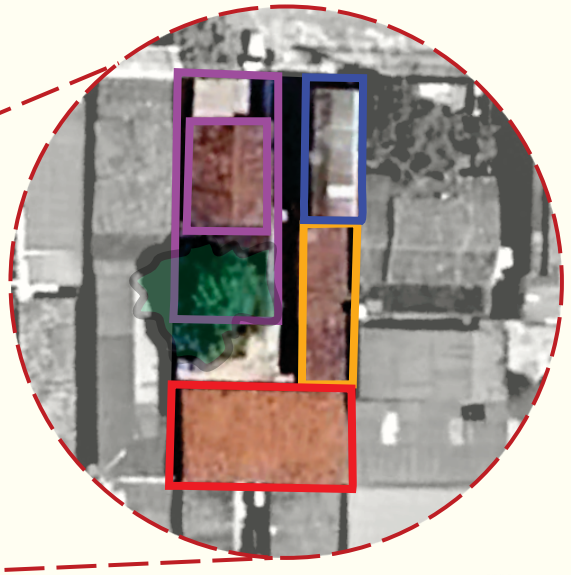
CASA COM MURO
4 UNIDADES SEM BANHEIRO
BANHEIRO
3 UNIDADES COM BANHEIRO

Os quartos de tia - 2024

Google Earth® (Edição livre/ elaboração autoral)



QUARTOS DE TIA



CASA COM MURO
2 UNIDADES COM BANHEIRO
3 UNIDADES COM BANHEIRO
UNIDADE COM PAVIMENTO

Diante desse relato, nota-se que o termo “cortiço” poderia definir muito bem a tipologia arquitetônica dos “quartos de tia”, que aproveitava o máximo do terreno, com unidades feitas com material construtivo de menor qualidade, poucos pontos hidráulicos a fim de baratear o investimento na habitação e, consequentemente, o valor do aluguel. No entanto, esse aglomerado de quartos não era chamado de “cortiço” justamente por conta da estigmatização histórica da palavra que, no senso comum, continuou com sentido depreciativo.

Atualmente, o termo tornou-se pouco usado, considerando que “a palavra favela se impõe, historicamente, como palavra que desloca o termo cortiço” (Guimarães, [2025]). Paradoxalmente, o termo veio à tona recentemente como um tipo de classificação dos domicílios usado pelo IBGE no Censo de 2010 e de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 p. 12). Essa classificação define os cortiços como habitações com “uso comum de instalações hidráulica e sanitária, com outras moradias e utilização do mesmo ambiente para diversas funções”, configurando-se como um grupo de “várias habitações construídas em lote urbano ou em subdivisões de habitações de uma mesma edificação, sendo geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação”.

Diante disso, as reformas feitas nos “quartos de tia” mudaram a tipologia das habitações, que agora já não eram consideradas precárias, não tinham mais uso comum das instalações e passaram a ser alugadas de maneira formal com contratos. Todavia, é notório que sua origem, deu-se através de um cortiço. As relações entre as derivas, as experiências como moradora-transeunte, as características identificadas e as considerações feitas levam a entender que algumas das construções vistas nas derivas podem ser habitações coletivas; que, por detrás de alguns portões,

podem existir habitações como os “quartos de tia” que, muito provavelmente, foram consideradas e contabilizadas pelo Censo como cortiços.

10. Um olhar de perto e de dentro

Para somar ao que foi exposto, foram feitas interlocuções com moradores do bairro, a fim de obter o que Magnani (2002) chama de “olhar de perto e de dentro”, em que, a partir da perspectiva dos atores sociais (os moradores), se pode compreender sobre a cidade, ou no caso, o bairro, e sobre suas dinâmicas. Trata-se de uma abordagem que valoriza a experiência cotidiana dos habitantes que usufruem dos serviços e dos equipamentos. O autor aponta que esses indivíduos são indispensáveis para se pensar a cidade, ainda que, na maioria dos casos, como em LEM, as cidades são pensadas atráves/para os interesses das elites locais, dos políticos e dos setores imobiliários.

As seis interlocuções feitas trouxeram demandas acerca de transporte público, saúde e educação. A respeito do transporte público coletivo, foi enfatizado que ele existe, mas é defasado e não funciona de maneira plena. A ausência de sinalização, pontos de parada e de informações sobre o itinerário contribuem para que os ônibus não sejam uma opção de mobilidade viável. Relacionada a isso está a questão de saúde, visto que a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Hospital Municipal Miriam Borges, principais pontos de atendimento médico-hospitalar da cidade, ficam do outro lado da BR-242 e, devido à ausência do transporte público, os moradores que não possuem outros meios de locomoção, ficam inviabilizados de conseguir chegar nesses espaços a não ser por ônibus.

Além disso, alguns moradores apontaram que os bairros com lotes de preços acessíveis ficam muito longe do centro e do local em que trabalham, por isso, por vezes, ficam submetidos à aglomeração familiar em uma única unidade ou reféns de aluguéis de habitações precárias. Essas habitações, devido a pouca infraestrutura, possuem menor custo, pois, de acordo com os interlocutores, não compensaria se mudar para um lugar tão distante, enquanto bairros mais próximos possuem vazios urbanos, alvos de especulação imobiliária.

Quanto à educação, a cidade contava, até pouco tempo, somente com três escolas de ensino médio, sendo elas estaduais – o Colégio Mimoso do Oeste, localizado no Centro; o Colégio Constantino, localizado no bairro Santa Cruz; e o Colégio Maria Otília, localizado no bairro Jardim das Acácias – e não suficientes para atender a demanda dos alunos da rede. Todavia, uma nova unidade do Colégio Mimoso do Oeste foi entregue recentemente no bairro Nova Brasília, com o intuito de ampliar o número de oferta de vagas. Além disso, Sampaio (2025) aponta que o governo do estado também entregará ampliações das outras duas unidades.

Uma interlocução em particular afirmou que o poder público não tem dado devida atenção às praças do bairro, que precisam de requalificação, porque "estão jogadas às traças", e que a pavimentação asfáltica "precisa de uma atenção". Nessas aproximações feitas, a habitação não apareceu como um problema de fato, no entanto, com a explanação sobre a realização da pesquisa, um desses moradores apontou que é proprietário de um "condomínio, que é assim: tem cômodos de apenas um quarto, o banheiro é fora e tem a área comum para lavar roupas. [...]. Se quiser, pode sim se aproximar, para ver o que dá pra melhorar, seria até interessante".

Mesmo que não tenha sido feita por um longo período, a visita realizada nesse espaço pode também ser considerada analogamente ao método chamado "observação participante" (Valladares, 2007, p. 154). Considera-se isso porque a visita ocorreu em um espaço desconhecido; foi necessário um "Doc" – (mediador) para "abrir as portas". Na ocasião foram feitos questionamentos do porquê e para que serviria a pesquisa. Essa visita mostrou que o proprietário do imóvel e os moradores não reconhecem a moradia como cortiço; eles a chamam de "condomínio". A estigmatização do termo ainda permanece, uma vez que não existe o reconhecimento do cortiço como um tipo de moradia legítima, e nem sua regularização.

Esse cortiço cobra o valor do aluguel baseado em sua localização “privilegiada” em uma Zona de Comércio e Serviço. Além disso, a situação de inquilinato não é formalizada com contrato. O morador não recebe nenhum resguardo de cuidado e reparo da situação da moradia.

Sua tipologia é definida pela entrada por um corredor estreito que dá para um pátio com três pequenas casas enfileiradas, que o autor Bonduki (1994, p. 26) chamaria de cortiço-pátio. As condições encontradas são insalubres; há diversos sinais de patologia construtiva (fissura, ferrugem, desplacamento, umidade e infiltrações, desbotamento); as instalações elétricas são expostas sem proteção; o mesmo ambiente é utilizado para diversas funções (estar, cozinhar, trabalhar, dormir); as unidades fazem uso comum das instalações hidráulica e sanitárias (dividem dois tanques para lavar roupas e louças, bem como dois banheiros, separados por gênero).

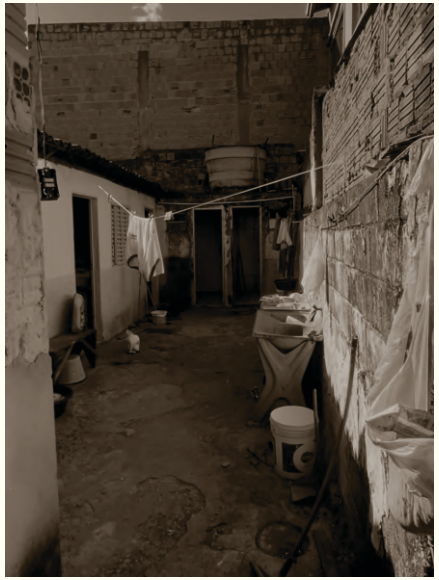
Cortiço do Santa Cruz - 2025

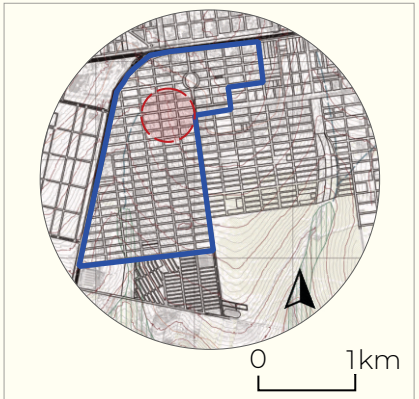
Fotos tiradas pela autora

ENTRADA



CORREDOR





CORREDOR



PÁTIO



FACHADA



Cortiço do Santa Cruz - 2025

Fotos tiradas pela autora



ÁREA DE SERVIÇO



BANHEIRO



BANHEIRO



CÔMODO - QUARTO/COZINHA

Tudo isso nos leva à impressão de que, mesmo diante da distância temporal, o cortiço de 2025 (LEM) é similar ao de 1890 (Rio de Janeiro de Aluísio Azevedo), pois apresentam em comum a carência do reconhecimento para que sejam formalizados e regularizados, a fim de que a moradia esteja em condições de habitabilidade e os valores cobrados nos aluguéis sejam justos, assegurando a garantia do direito de morar com dignidade para as pessoas de baixa renda.

Segundo Pires (2025), a contribuição brasileira na COP30 será o de promover a agenda da redução das desigualdades sociais, e enfrentar os problemas de moradia adequada pode ser um caminho. A autora aponta que a consolidação de uma política urbana para os pobres reforçaria a defesa da melhoria das condições de vida e do acesso ao direito a uma cidade mais justa, uma vez que a hoje conhecida lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), promulgada em 2008, é um instrumento de justiça social e de redução de desigualdade.

> O perfil social de quem habita bairros pobres, com baixas infraestruturas instaladas, é o de vítimas de violência pública, da insegurança pública, da vulnerabilidade alimentar e da injustiça sócio ambiental e climática. Por isso, é inaceitável a ausência efetiva da aplicação da Lei da ATHIS após 17 anos de aprovação, pois somado a isso, lajes estão caindo, domicílios não têm banheiro, casas são insalubres e ainda são sugadas por chuvas torrenciais ante a ausência efetiva de uma política nacional de habitação com recursos que auxiliem no esforço de contingência e mitigação desse estado crítico nacional (Pires, 2025).

Os fatores mencionados pelos interlocutores envolvendo transporte, educação e saúde mostram que existe exatamente uma carência dessas infraestruturas no bairro Santa Cruz, que tem como perfil social as pessoas de baixa renda.

Ironicamente, segundo Pinto (2025), o Índice FIRJAN[11] de Desenvolvimento Municipal (IFDM) aponta que LEM é, atualmente, a cidade mais bem desenvolvida da Bahia. O índice é calculado exclusivamente com estatísticas públicas oficiais e avaliou, na última amostragem, publicada em 2025, os municípios brasileiros de acordo com os indicadores de emprego e renda; saúde; e educação, com base em dados de 2023. O IFDM (2025, p. 18) de emprego e renda avalia a capacidade de geração de empregos e de distribuição de renda, levando em conta absorção de mão de obra local, a diversidade econômica, o PIB *per capita*[12] e a taxa de pobreza (parcela da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica). O IFDM (2025, p. 16) de saúde considera cobertura vacinal, consultas de pré-natal, gravidez na adolescência, quantidade de médicos disponíveis para cada mil habitantes. O IFDM (2025, p. 14) de educação pondera a qualidade da educação básica de ensino infantil até o ensino médio, percentual de matrículas taxa de abandono escolar e o desempenho dos alunos pelo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino fundamental.

No entanto, esse levantamento tem falhas, ao passo que desconsidera as especificidades, para saber se de fato essa movimentação, em termos de saúde, educação, emprego e renda, atende às demandas dos moradores. Percebe-se, no mínimo, que esse alto desenvolvimento de LEM não é a realidade dos moradores do bairro Santa Cruz.

O transporte público coletivo existente é inadequado; são poucas paradas de ônibus sinalizadas com placas e com abrigos; as unidades que fazem as rotas são igualmente poucas; os itinerários são insuficientes. O aplicativo Cittamobi, por onde é possível verificar itinerários e horários dos ônibus, não

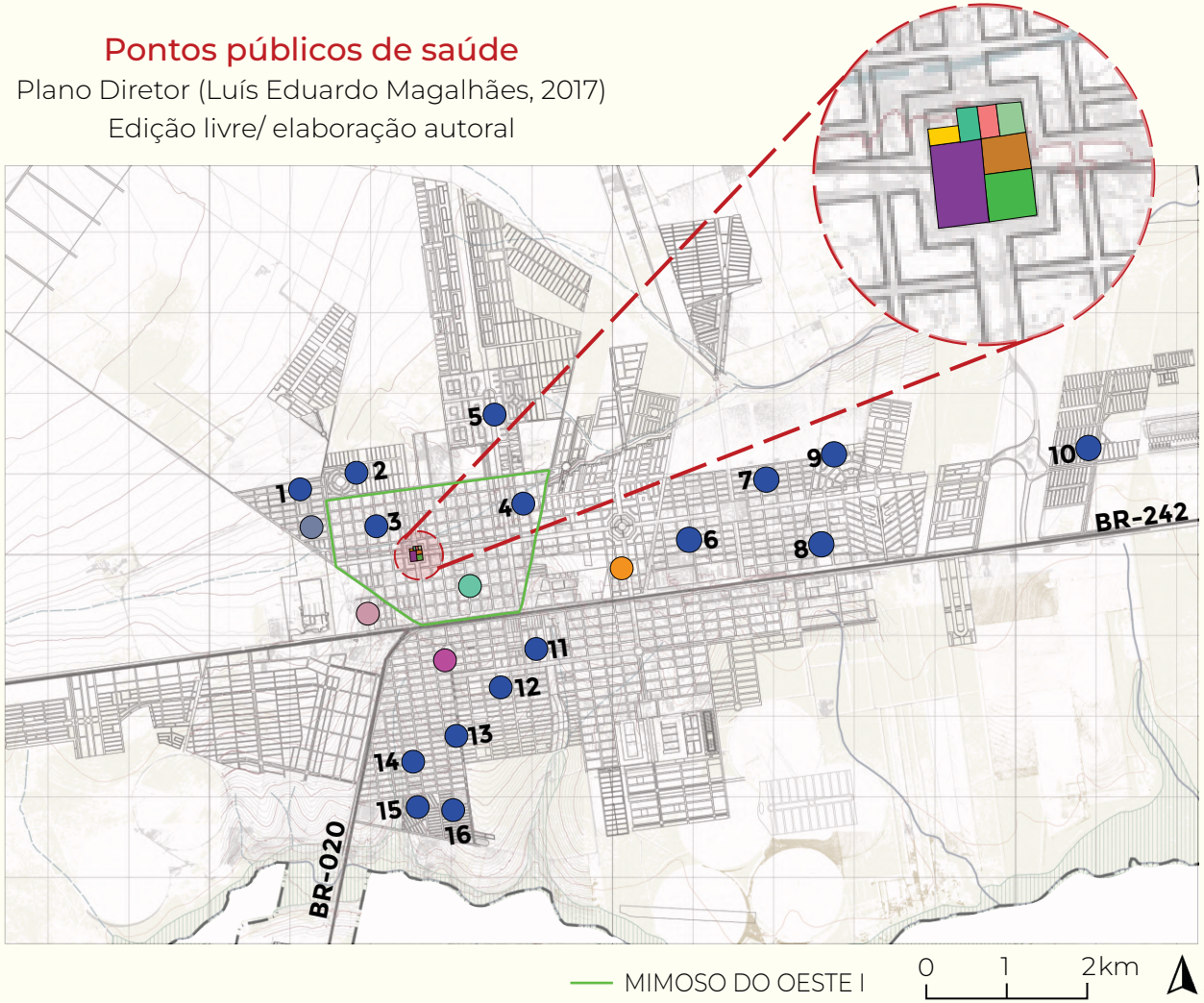
[11] Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

[12] Produto Interno Bruto, indicador econômico que divide a riqueza produzida no município pelo número de habitantes.

funciona plenamente; atrasos são frequentes, não há rastreamento, além da necessidade de acesso à rede de internet para conseguir utilizar. Isso dificulta a mobilidade até as redes de saúde, que, além de serem em pouca quantidade para atender toda a população, algumas se concentram apenas no bairro Mimoso do Oeste I. Além disso, o atendimento é precário, com atrasos em consultas e na realização de exames devido à alta demanda.

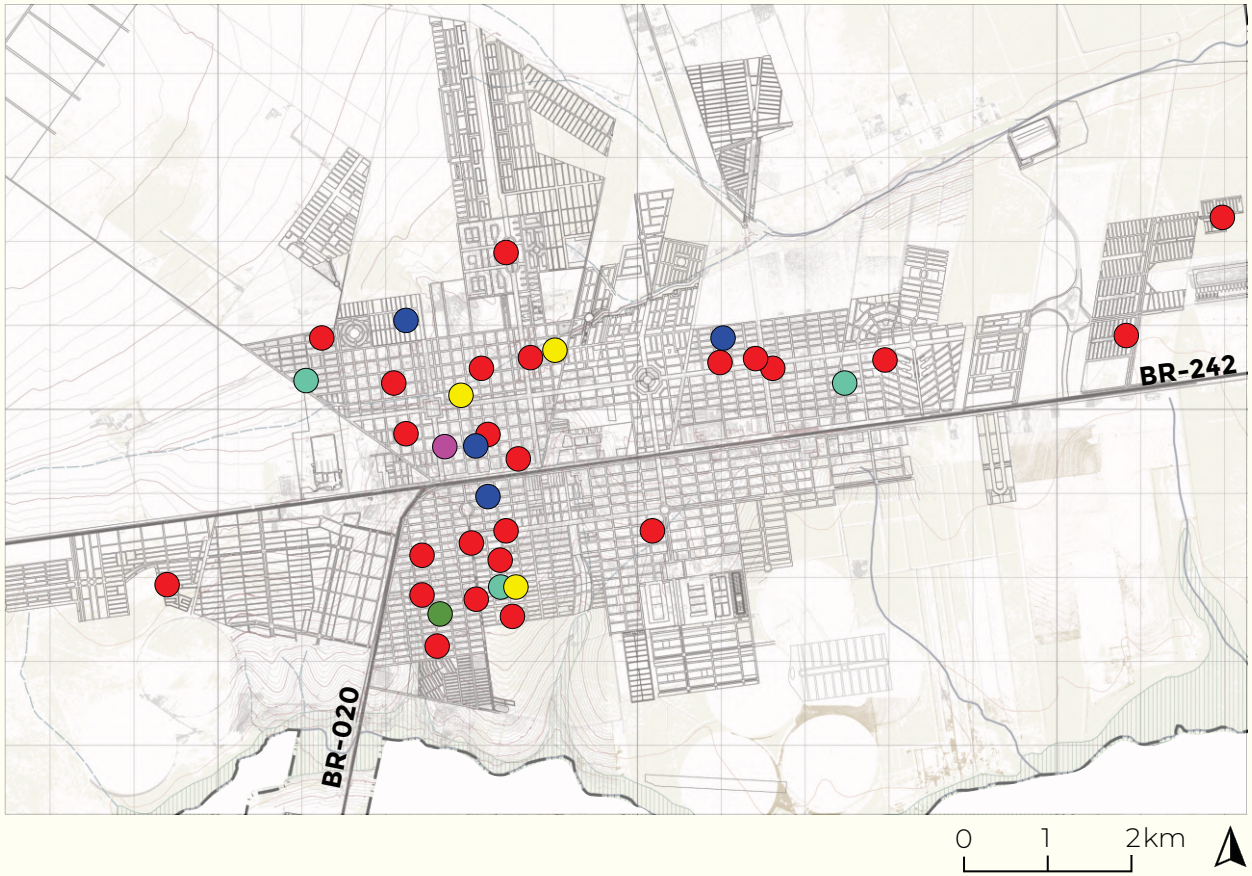
Pontos públicos de saúde

Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)
Edição livre/ elaboração autoral



Pontos públicos de educação

Plano Diretor (Luís Eduardo Magalhães, 2017)
Edição livre/ elaboração autoral



As unidades de educação também são insuficientes. Da mesma forma, não existe incentivo com programas para profissionalização, além da dificuldade para se locomover até o trabalho, devido ao serviço de transporte público ofertado não ser satisfatório. Ademais, o mercado de trabalho, demarcado pelo setor agrícola, exige capacitação que parte dos moradores não possuem, fazendo com que estes fiquem à mercê da informalidade.

O pouco acesso aos serviços públicos, relatado pelos moradores; a carência de infraestrutura urbana, vista nas derivas; e as condições de insalubridade das moradias, encontradas no cortiço, deixam claro que há muitas falhas na garantia de habitabilidade para os moradores do bairro Santa Cruz, contribuindo com a existência das desigualdades de LEM – culturais, espaciais, sociais etc.

Políticas habitacionais

A Agenda 2030 é um plano de ação estabelecido pela ONU com designo de direcionar a comunidade internacional para o desenvolvimento sustentável do mundo. O projeto conta com 17 objetivos e 169 metas e, dentre eles, é incluída a proposta de garantir que todos cidadãos possuam habitação segura e adequada, em condições acessíveis tanto financeiras quanto em serviços básicos (Organizações das Nações Unidas, 2015).

A desigualdade socioespacial contribui para as condições precárias de moradia, reduzindo o acesso aos serviços essenciais. Concernente ao cenário de LEM, associado à rápida expansão e à desordem do seu crescimento populacional, o papel da Agenda 2030 é contribuir para que cidades como essa se tornem sustentáveis, com o intuito de mitigar as desigualdades e proporcionar segurança e habitabilidade. A incorporação de políticas públicas é imprescindível para que moradias dignas sejam

garantidas frente à densidade demográfica da cidade e, por essa razão, o planejamento urbano equitativo institui-se na construção de espaços socioambientais justos, como é descrito pela Agenda 2030.

No que diz respeito às políticas habitacionais em LEM, nas Zonas de Interesse Social (ZEIS) – destinadas à moradia para população de baixa renda – , foram implementadas habitações através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), situadas nos bairros Sol Nascente, com 900 unidades, Buritis, com 500 unidades, e Vista Alegre, com 600 unidades (Luís Eduardo Magalhães, 2015a, p. 229). O programa em questão, visa a impulsionar a economia através da construção civil, gerando movimentação em diversos setores da cadeia produtiva, além de atender às famílias que enfrentam problemas sociais de moradia, com o intuito de reduzir o déficit habitacional (Pequeno; Elias, 2015, p. 28). Devido à ausência de integração urbana no município, existem desafios relacionados à construção das unidades do PMCMV que, na tentativa de desadensamentos dos bairros, marginalizam a população em bairros periféricos, afastando-os de oportunidades econômicas e de serviços essenciais. Portanto, retratam a ausência de articulações entre as políticas urbanas habitacionais, gerando impactos negativos nessas unidades, que são mal localizadas (Pequeno; Elias, 2015, p. 32).

Além disso, o município conta com o Programa Meu Lar, iniciado em 2021, que objetiva reformar casas populares, no qual já foram beneficiadas cerca de 100 famílias. Trata-se de uma política pública usada na promoção da qualidade de vida às pessoas mais vulneráveis (Alves, 2025). De acordo com a carta de serviços ao cidadão (Luís Eduardo Magalhães, 2025b, p. 19-20), a Secretaria Municipal da Cidadania fornece o Programa Meu Lar como apoio para reforma de imóveis em situação precária. O objetivo é promover a melhoria habitacional por meio da reforma de residências em situação de vulnerabilidade social, tendo como principal critério os domicílios chefiados

por mulheres. Ademais, o aluguel social, benefício eventual regulamentado pelo Estado e pelo município, visa a prover apoio financeiro temporário em casos de enchentes, incêndios, situação de rua ou alguma situação específica que inviabilize a permanência no domicílio.

11. Considerações

O déficit habitacional é identificado através de domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento de domicílios alugados (Spink, Martins, Silva, Silva, 2020, p. 8). LEM enfrenta esse déficit não só pela quantidade de cortiços, como também pela quantidade total de outras residências alugadas – cerca de 35,43% da população vive nessa condição de ocupação, apontado pelo Censo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022b).

Ademais, os casos das moradias vistas com patologias construtivas e com possíveis problemas de iluminação, ventilação e salubridade podem ser consideradas na situação de precariedade habitacional desde que haja uma confirmação dos fatos, feita por análises através da aproximação adentrando esses espaços. Dessa forma, percebe-se que essa questão encontrada precisaria ser melhor compreendida, e para isso é imprescindível que a gestão municipal faça um levantamento para quantificar e avaliar as condições dessas habitações, que estão localizadas na ZEIS, a fim de que seja possível aplicar as diretrizes das políticas públicas de maneira efetiva.

Sendo assim, a moradia é um foco a ser questionado, levando em consideração as condições de habitabilidade adequadas e ideais para o bem viver. Nesse ínterim, o objetivo do trabalho foi trazer a luz as problemáticas do rápido crescimento de LEM, buscando compreender a situação da formação dos cortiços, devido às desigualdades impostas pela predominância do agronegócio. Nunca foi objetivo deste trabalho, entretanto, propor melhorias aos cortiços em termos de projeto arquitetônico; pelo menos não aos cortiços enquanto objeto rentável a particulares.

Ao longo da pesquisa, as análises feitas da cidade e do recorte do bairro Santa Cruz permitiram identificar a cidade tomada pela agricultura, a escassez de áreas verdes, a desigualdade socioespacial entre os

bairros Santa Cruz e Jardim Paraíso; as condições de moradias (salubridade), a situação de infraestrutura urbana (praças, pavimentação, drenagem, iluminação, saneamento) e dos serviços públicos (transporte, saúde e educação). Assim, percebe-se que o Santa Cruz é um bairro populoso, de gente negra e, infelizmente, com vulnerabilidade social, devido às desigualdades e a precariedade na oferta de habitabilidade, contribuindo para uma situação de baixa qualidade de vida dos moradores.

Considerando, enfim, que "todo processo é também projeto, assim como o projeto é também análise, interpretação, síntese e crítica" (Saboia, Steque, Almeida, 2012, p. 111), deste trabalho emergem proposições de melhorias espaciais para LEM, que podem ser acrescentadas a políticas e programas já existentes na cidade como possíveis soluções. Elas são espacializadas de duas maneiras: no quadro a seguir com proposições pensadas com base nos déficits, considerando a qualidade ambiental, a infraestrutura, a mobilidade, a educação e a habitação como eixos de intervenção; e nos ensaios fabulatórios que daí advêm. Por fim, espera-se que esse trabalho sirva de base para melhorias não somente no bairro Santa Cruz, mas em toda cidade. Ademais, que seja instrumento para revisão do Plano Diretor, em suas sucessivas versões, e que fomente outras discussões em relação a preservação de áreas verdes na cidade, a qualidade de vida dos moradores e seus direitos de acesso aos serviços públicos de qualidade, à mobilidade, à moradia com dignidade e a tantas outras pautas que dizem respeito a habitabilidade e o bem viver. Acredita-se que, dessa forma, será possível tornar a cidade um espaço justo, colaborativo e inclusivo.

Eixos	Proposições
Qualidade ambiental	Promover a recuperação de vegetação nativa em áreas de preservação, recuperar as nascentes de rios e veredas assoreadas; promover arborização de ruas e praças; implementar a construção dos parques municipais, com áreas de convivência e de respiro para gerar conforto térmico, bem como espaços de lazer; instituir corredores verdes para proteger o percurso das águas de nascentes que cortam a cidade, juntamente ao sistema de drenagem urbana.
Infraestrutura	Melhorar a situação de ruas e calçadas com pavimentação drenante; finalizar a construção dos equipamentos de macro e microdrenagem; fazer manutenção e limpeza dos canais e bocas de lobo; oferecer sistema de iluminação pública e de saneamento básico de forma eficiente.
Mobilidade	Ampliar a quantidade de ônibus do transporte público; criar novas linhas de rota em todos os bairros, incluindo diversificação de horários e destinos; instalar abrigos e sinalização dos pontos de ônibus, todos com informativos de itinerários, com internet livre disponível e pontos de recarga com totens; implementar tarifa social para pessoas de baixa renda.
Educação	Expandir a quantidade de unidades educacionais, principalmente em ZEIS; fazer parcerias com associações de bairro e oferecer apoio para as demandas dos moradores; ofertar cursos profissionalizantes e de capacitação de maneira gratuita, além de políticas de permanência escolar com incentivos sociais.
Saúde	Ampliar a cobertura das unidades básicas de saúde; descentralizar os atendimentos e distribuí-los por bairros (UPA, laboratórios de exames clínicos etc.).

Eixos	Proposições
Habitação[13]	Levantamento/cadastro dos cortiços e suas condições; Quantificar outras tipologias de moradias que se encontram em situação precária; identificar o perfil socioeconômico dos seus moradores; Reconhecer o cortiço como moradia compartilhada, promover sua formalização e regularização dos aluguéis, com segurança jurídica contratual oferecida de forma gratuita; Notificar os proprietários dos imóveis e solicitar melhorias em situação de insalubridade; viabilizar essas melhorias com linhas de crédito diferenciadas para o proprietário em casos de aluguel. Se o imóvel for próprio, ser atendido pelo programa meu lar, ou caso não seja possível, facilitar o financiamento social dessas melhorias; Criar canal de atendimento específico para esses moradores/proprietários e fazer acompanhamentos das famílias com profissionais da equipe de ATHIS, para que elas não sejam comprometidas e haja regularidade nas condições da moradia e no valor cobrado pelos aluguéis. Em casos de risco de desocupação, que as famílias assistidas sejam amparadas pela gestão, com possiblidade de adquirir o imóvel ou custear as melhorias; Promover isenção de impostos como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), para registar os imóveis com destinação social; Instituir tarifa social de água e luz para os moradores desses imóveis cadastrados, com valores reduzidos ou taxa zero; Incluir esses imóveis como parâmetros de localização para incidir o atendimento de serviços públicos, com oferta de equipamentos regionais, como unidades básicas de saúde, escolas etc.

[13] As proposições desse eixo foram inspiradas na discussão sobre “práticas e políticas públicas para cortiços” (FICA, 2022), realizada pelo FICA, organização sem fins lucrativos que atua pelo direito à moradia social para famílias em situação de vulnerabilidade em São Paulo.









REFERÊNCIAS

ALENCAR, Itana. Censo 2022: com maior alta populacional da Bahia, Luís Eduardo Magalhães registra quase 80% em aumento de moradores. **Portal g1**, Bahia, 28 jun. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/06/28/censo-2022-com-maior-alta-populacional-da-bahia-luis-eduardo-magalhaes-registra-quase-80percent-em-aumento-de-moradores.ghtml. Acesso em: 28 nov. 2024.

ALMEIDA, Mayara Lorena Barbosa de. Caso Rafael Braga como evidência da subcidadania e seus reflexos no sistema penal. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e25136/e25136. Acesso em: 20 abr. 2025.

ALVES, Ales. Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães entrega casas reformadas a mais duas famílias pelo programa meu lar. **Irecê Notícias**. 9 jun 2025. Disponível em: https://www.irecenoticias.com.br/noticia/prefeitura-de-luis-eduardo-magalhaes-entrega-casas-reformadas-mais-duas-familias-pelo-programa-meu-lar/. Acesso em: 10 jun. 2025.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23042007-131621/publico/doutorado_VicenteEudesLemosALVES.pdf. Acesso em: 8 dez. 2024

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Cerrado Summit inicia debates sobre agricultura regenerativa rumo à COP30, em Luís Eduardo Magalhães**. 15 abr. 2025. Disponível em: https://aiba.org.br/cerrado-summit-inicia-debates-sobre-agricultura-regenerativa-rumo-a-cop30-em-luis-eduardo-magalhaes/. Acesso em: 20 maio 2025.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 1998. (Coleção L&PM Pocket).

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. O rural e o urbano na teoria de Henri Lefebvre. *In*: XIII Jornada do Trabalho. A Irreformabilidade do Capital e os Conflitos Territoriais no Limiar do Século XXI. Os Novos Desafios da Geografia do Trabalho. **Anais**... Presidente Prudente, 2012. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/09.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025

BALSANI, Jaquelyne Soares; BORGES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes. Desenvolvimento urbano de Luís Eduardo Magalhães/BA: economia e segregação. *In*: ENEPE – Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Novas Profissões, Emprego e Empreendedorismo. **Anais**... Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/36863169/Desenvolvimento_urbano_de_Lu%C3%ADs_Eduardo_Magalh%C3%A3es_Economia_e_segrega%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 dez. 2024.

BECCENERI, Leandro B; ALVES, Humberto P.F.; VAZQUEZ, Daniel A. Estratificação sócio-ocupacional e segregação espacial na metrópole de São Paulo nos anos 2000. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 137-154, jan./abr. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p137. Acesso em: 20 mar. 2025.

BELCHIOR, Ernandes Barboza; ALCÂNTARA, Pedro Henrique Rezende; BARBOSA, Cláudio França. Perspectivas e desafios para a região do MATOPIBA. **Fronteira Agrícola**, n. 16, jan. 2017. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1065435. Acesso em: 9 dez. 2024.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**: o caso de São Paulo (1930-1954). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-17052022-100206/publico/Bonduki_Nabil_Georges_DO_1994. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**. Rio de Janeiro, RJ, 1959. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cerrado**. 2024 [2022]. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/cerrado. Acesso em: 7 dez. 2024.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa**

em Geografia (Anpege), v. 12, n. 18, especial GT Anpege 2016, p. 265-288. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24490. Acesso em: 8 dez. 2024.

CORTIÇO. *In*: MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos. [2025]. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/corti%C3%A7o/. Acesso em: 17 mar. 2025.

DATAPEDIA. Renda média nos setores censitários (2010). **Atlas Brasil**. 2013. Disponível em: https://datapedia.info/cidade/3858/ba/luis-eduardo-magalhaes#renda-setores. Acesso em: 30 jul. 2025.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. Original de 1958 [1956]. *In*: INTERNACIONAL Situacionista; JACQUES, Paola Berenstein (org.). ***Apologia da deriva***: escritos situacionistas sobre a cidade. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 87-91.

ELIAS, Denise. Regiões Produtivas do Agronegócio: notas teóricas e metodológicas. *In*: BERNARDES, Júlia Adão.; SILVA, Catia Antonia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (org.). **Espaço e energia**: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 201-220. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360797172_Espaco_e_energia_mudancas_no_paradigma_sucroenergetico. Acesso em: 9 dez. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Bioma Cerrado**, 2019. Disponível em: https://www.embrapa.br/cerrados/colecao-entomologica/bioma-cerrado. Acesso em: 5 maio 2025.

FICA. Práticas e Políticas públicas para cortiços. **Muda | Direito à terra e à cidade**. 5 a 7 ago. 2022. Disponível em: https://fundofica.org/wp-content/uploads/2022/08/Praticas-e-Politicas-publicas-para-corticos.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

GAMA, Gabriel. Rios do cerrado perderam 27% da vazão de água desde 1970. **Mídia News**, 23 jun. 2025. Disponível em: https://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=496671. Acesso em: 21 jul. 2025.

GOEDERT; Wenceslau J. Região dos cerrados: potencial agrícola e política para seu desenvolvimento. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília v.24, n.1, jan. 1989. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/13716/7776. Acesso em: 7 dez. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. **Cortiço**. *In*: ENDICI – Enciclopédia Discursiva da Cidade. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=97. Acesso em: 18 mar. 2025.

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **FIRJAN** – Rio de Janeiro. Maio, 2025. Disponível em: https://firjan.com.br/data/files/C5/A7/42/59/8DBA6910734FAA69D8284EA8/IFDM-Indice-Firjan-de-Desenvolvimento-Municipal-2025.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro. **Densidade demográfica**. 2022a. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=densidade_demografica&recorte=setores_censitarios&localidade=2919553. Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/pdfs-extra/O%20recorte%20das%20Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20Imediatas%20e%20Intermedi%C3%A1rias%20de%202017.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do Censo Demográfico. 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/download/SNIG_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do Censo. **Indicador domicílios**: condições de ocupação. Luís Eduardo Magalhães. 2022b. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR. Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do Censo. **Indicador população**: população residente. Luís Eduardo Magalhães. 2022c. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR. Acesso em: 20 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Plataforma Geográfica Interativa. Censo Demográfico. **População**: cor ou raça predominante. Luís Eduardo Magalhães. 2022d. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/. Acesso em: 30 jul. 2025

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Original de 1961. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Original de 1960. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 2014. Disponível em: https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf. Acesso em: 1 mar. 2025.

LOPES, Gabriela R.; LIMA, Mairon G.B.; REIS, Tiago N. P. Dos. Revisitando o conceito de mau desenvolvimento: Inclusão e impactos sociais da expansão da soja no Cerrado do MATOPIBA. **World Development**, v. 139, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348417914. Acesso em: 9 dez. 2024.

LUCIANI, Luciana P. B. O cortiço: (des)construindo identidades e estabelecendo relações com o século XXI. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 33-45, jan./abr. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5935/cadernosletras.v18n1p33-45. Acesso em: 20 mar. 2025.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 1, de 28 de março de 2002**. Dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos do Município. Luís Eduardo Magalhães, BA, 2002. Disponível em: https://prefeitura.lem.mtransparente.com.br/admin//data/LEI230720133806.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 791, de 2 de junho de 2017. Revisa o Plano Diretor de Luís Eduardo Magalhães, redefine o perímetro urbano, institui o Plano LEM 50. Luís Eduardo Magalhães, **Diário Oficial do Município**, 5 jun. 2017. Disponível em: https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=3250&c=469&m=0. Acesso em: 30 jan. 2025.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Prefeitura Municipal. **Lei nº 255/07, de 14 de junho de 2007**. Aprova o Plano Diretor de Luís Eduardo Magalhães, define o perímetro urbano, o uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. Luís Eduardo Magalhães, BA, 2007. Disponível em: https://www.ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/luiseduardomagalhaes/?pagina=abreDocumento&arquivo=33EE015D8B46. Acesso em: 30 jan. 2025.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor do Município de Luís Eduardo Magalhães**. Relatório. 2015a. Disponível em: https://www.enioperin.com.br/trabalho/plano-diretor-luis-eduardo-magalhaes/87. Acesso em: 9 dez. 2024.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Conselho Municipal de Meio Ambiente. Resolução nº 21, de 4 de agosto de 2015. **Diário Oficial**, 5 ago. 2015b, n. 1.277, Caderno I. Disponível em: https://portaldatransparencia.com.br/prefeitura/luiseduardomagalhaes/iframe.cfm?pagina=abreDocumento&arquivo=31ED075C8F49. Acesso em: 9 dez. 2024.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Decreto nº 2.720, de 20 de junho de 2025. Suspende, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, os atos administrativos relativos ao processamento e a aprovação de projetos de parcelamento do solo neste município, e institui a Comissão Especial de Estudo e Avaliação da Ocupação do Solo e dá outras providências. **Diário Oficial**. 2025a. Disponível em: https://diof.io.org.br/api/diario-oficial/download/2025_06_205507004691.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. Prefeitura Municipal. **Carta de serviços ao cidadão**. 2025b. Disponível em: https://prefeitura.lem.mtransparente.com.br/admin//data/PRESTACAODECONTAS200525110423.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002. Acesso em: 20 mar. 2025.

MAPBIOMAS. **Análise de cobertura de Luís Eduardo Magalhães (BA)**. Série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil. 2023. Disponível em: https://abrir.link/QWHCb. Acesso em: 20 jun. 2025.

MILHORANCE, Flavia. Novo Eldorado brasileiro da soja tem PIB alto e saneamento precário. **Projeto Colabora**. 27 mar 2020 [2018]. Disponível em: https://projetocolabora.com.br/ods14/novo-eldorado-brasileiro-da-soja-tem-pib-alto-e-saneamento-precario/. Acesso em: 03 jun. 2025.

MUNIZ, Claudia A. As palavras sobre os cortiços: análise dos relatórios municipais e da produção acadêmica em São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202207. Acesso em: 5 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS. População dos municípios em 2000 e 2010, segundo o Censo Demográfico. 2011. Disponível em: https://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/05AF1E55-DF3E-E5D0-6C7660348E09EDE111072011020738.pdf&i=1546. Acesso em: 20 nov. 2024.

OJANA, Jessica. A cidade nas entrelinhas. **Revista de Administração Municipal**, n. 290, IBAM, maio, 2017. Disponível em: https://www.ibam.org.br/wp-content/uploads/2023/10/ram290.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

OLIVEIRA, Rodrigo. Sinais. **Papo de Cinema**, 2015. Disponível em: https://www.papodecinema.com.br/filmes/sinais/. Acesso em: 15 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 15 set. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 10 dez. 2024.

PEQUENO, Renato. ELIAS, Denise. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **Geographia**, ano 17, n.35, Dossiê, p.10-39, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13727. Acesso em: 9 dez. 2024.

PEREIRA, Gabriela Leandro**. Corpo, discurso e território**: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. 252 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PINTO, Eduarda. Luís Eduardo Magalhães é cidade mais bem desenvolvida da Bahia e Salvador amarga 7ª posição, veja ranking. **Bahia Notícias**, 8 maio 2025. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/45154-luis-eduardo-magalhaes-e-cidade-mais-bem-desenvolvida-da-bahia-e-salvador-amarga-7a-posicao-veja-ranking. Acesso em: 20 maio 2025.

PIRES, Claudia. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Em tempos de emergência climática: umas práxis. **Linkedin**. 16 jun. 2025. Disponível em: https://pt.linkedin.com/pulse/artigo-em-tempos-de-emerg%C3%AAncia-clim%C3%A1tica-umas-pr%C3%A1xis-oficialcaubr-rbo3f. Acesso em: 20 jun. 2025.

POLCRI, Maysa. Luís Eduardo Magalhães é a segunda cidade com mais cortiços do Brasil, aponta IBGE. **Correio 24 horas**. 23 fev. 2024. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/luis-eduardo-magalhaes-e-a-segunda-cidade-com-mais-corticos-do-brasil-aponta-ibge-0224. Acesso em: 04 maio 2025.

QUEIROZ, Bianca G. **A mudança de centralidade urbana no Oeste da Bahia**: o caso de Luís Eduardo

Magalhães e Barreiras (BA). 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=514386. Acesso em: 8 dez. 2024.

RÊGO, Franciele L. **Mulheres de rio**: um ensaio projetual como forma de re-existência. 176 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto Federal da Bahia, Barreiras, 2022.

REIS, Simony L. S. **Desenvolvimento e natureza**: A dinâmica de ocupação do cerrado e repercussões ambientais na região agroexportadora do oeste baiano. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SABOIA, Daniel; STEQUE, Fábio; ALMEIDA, Patricia. **ITAPAGIP3**. 247 f. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/arquivos/TFG_2013-DANIEL_SABOIA_FABIO_STEQUE_E_PATRICIA_ALMEIDA.pdf . Acesso em: 30 jan. 2025.

SAMPAIO, Carlos A. R. Colégio Estadual de tempo integral será inaugurado em março, em Luís Eduardo. **O Expresso,** 18 jan. 2025. Disponível em: https://jornaloexpresso.com/2025/01/18/colegio-estadual-de-tempo-integral-sera-inaugurado-em-marco-em-luis-eduardo/. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, Mailza P. V. S. **Urbanização e meio ambiente**: um estudo sobre a formação do bairro Santa Cruz, em Luís Eduardo Magalhães (Bahia). 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2021.

SANTOS, Orlando A.; LACERDA, Larissa; WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna. Informalidade, Invisibilidade e vulnerabilidade dos cortiços: disputas pela centralidade na área portuária do Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, ano XXI, n. 42, set.-dez., 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_art_3_Junior_Lacerda_Werneck_Ribeiro.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

SCHLOSSER, Janne Bandeira de Almeida Souza. **Características históricas e da gestão de políticas públicas de cultura do município de Luís Eduardo Magalhães**. 49 f. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia; Fundação Joaquim Nabuco; Ministério da Cultura,

Olinda, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17493. Acesso em: 9 dez. 2024.

SILVA, Bruna Queiroz da; AZEVEDO, Delânia Santos. Representatividade da mulher negra na arquitetura e urbanismo. *In*: QUEIROZ, Atauan Soares de; OLIVEIRA, Katia Luzia Soares; AZEVEDO, Delânia Santos; ARGOLO, Gerson C. (org.). ***Práticas discursivas para o bem viver***: decolonizando saberes. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 66-73.

SOUZA, Nilo S.; PINTO, Neide M. A.; FIÚZA, Ana L. C. Segregação sócio-espacial e percepção de risco de violência em conjuntos habitacionais do programa minha casa minha vida: o caso de Viçosa/MG. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 47-64, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18400/9615. Acesso em: 5 mar. 2025.

SPINK, Mary Jane Paris; MARTINS, Mário Henrique da Mata.; SILVA, Sandra Luzia Assis; SILVA, Simone Borges da. O direito à moradia: reflexões sobre habitabilidade e dignidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003207501. Acesso em: 14 mar. 2025.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDbCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 ago. 2025.

VILARES, Sigi. AMMO terá sua sede reformada e receberá memorial. **Blog do Sigi Vilares**, 31 jan. 2024. Disponível em: https://www.sigivilares.com.br/index.php?pag=noticia&id=146186. Acesso em: 10 mar 2025.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOLLICA, Orlando. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 4. ed. rev. e aum. Niterói: EDUFF, 2017 (Série Universidade, 3).